

Revista

ENFRENTAMENTO

Movimento Autogestionário

17

ISSN 1983-1684



REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL

MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A Revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário – MOVAUT. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária e autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. Os textos publicados são de responsabilidade de seus autores. Contudo, o Conselho Editorial da Revista Enfrentamento e o Movimento Autogestionário reservam-se ao direito de só publicar os artigos que expressem claramente os pontos de vista políticos e teóricos do Movimento Autogestionário.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

Gabriel Teles Viana

Lucas Maia

Mateus Orio

Capa

Mateus Orio

Sumário

EDITORIAL.....	5
BLOCOS SOCIAIS E LUTA DE CLASSES	
<i>Nildo Viana</i>	7
OBSERVAÇÕES AO TEXTO “A GUERRA CIVIL NA FRANÇA: MARX ANTISTATISTA?” DE FELIPE CORRÊA	
<i>Lucas Maia</i>	45
PORQUE NÃO EXISTE UMA LEI QUE FAÇA OS POLÍTICOS CUMPRIREM AS PROMESSAS DE CAMPANHA?	
<i>Diego Marques Pereira dos Anjos</i>	71
A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO PROLETÁRIA EM PANNEKOEK	
<i>Edmilson Marques</i>	78
A GUERRA CIVIL NA FRANÇA DE 1871	
<i>André de Melo Santos</i>	92
CAPITAL COMUNICACIONAL E DISCURSO DO PODER	
<i>Lisandro Braga</i>	102

EDITORIAL

O Movimento Autogestionário edita a Revista Enfrentamento há quase uma década. Este é um periódico de caráter eminentemente político. Não há nas páginas da Revista nenhuma pretensão de neutralidade e objetividade, mas sim um compromisso com a transformação revolucionária da sociedade. Este compromisso gera outras vinculações: com o materialismo histórico-dialético; com os interesses de classe do proletariado; com a busca pela verdade; com a crítica das ideologias burguesas e interesses capitalistas etc. Deste modo, se há algum mérito em periódicos como este, é demonstrar que a produção cultural partindo da perspectiva proletária não é procedimento jurássico, justamente por que o proletariado como classe é realidade contemporânea e a possibilidade de um levante popular é algo presente.

Demonstrações de instabilidade política, econômica, social se apresentam em quase todas as regiões do mundo. O regime de acumulação integral, ou seja, a etapa atual do modo de produção capitalista, que emerge após a década de 1980, começa a apresentar em vários momentos problemas em se reproduzir. Não estamos aqui advogando nenhuma crise final do capitalismo. Na verdade, lutamos para que esta se realize o quanto antes, contudo, o fim do capitalismo não é mera questão de desejo, embora este deva compor o rolo compressor, a revolução autogestionária, que colocará definitivamente esta sociedade no museu da história. Embora não seja a crise final que se desenha no horizonte, o que está em jogo na atualidade são crises setoriais (finanças, produção industrial, setor de serviços, etc.), problemas sociais graves (desemprego, migração etc.) que não são passíveis de serem solucionados dentro dos estritos limites da acumulação integral (organização toyotista do processo de trabalho; estado neoliberal e relações internacionais marcadas pelo neoimperialismo e oligopolismo transnacional). Estes elementos que garantiram uma acumulação de capital em condições mais ou menos estáveis não estão mais conseguindo se reproduzir sem percalços.

Em contrapartida, a classe capitalista e suas auxiliares (burocracia e intelectualidade) ainda não conseguiram desenhar um novo cenário político, econômico e social. Tentam resolver as dificuldades empregando as mesmas estratégias que garantiram o sucesso da acumulação integral nos anos de 1980, 1990 e início dos anos 2000. Arrocho nas políticas sociais, transferência de renda para o setor financeiro,

privatizações etc. são os componentes da receita. Estas, contudo, não são mais suficientes, pois produzem sempre os mesmos efeitos: desemprego, instabilidade política e social, etc. O drama, porém, é que ainda não se apontou no horizonte histórico uma fórmula nova. Isto implica que as classes dominantes irão apertar ainda as condições de existências das classes desprivilegiadas, radicalizando as políticas neoliberais já enfeixadas há décadas.

É neste ponto que nos encontramos nos dias correntes. A forma atual de reprodução das relações sociais está com dificuldades de se reproduzir, não existe ainda nenhum novo desenho de como se modificar o quadro estabelecido, o que implica que haverá uma radicalização das políticas neoliberais em escala global. Isto tende a acirrar os conflitos que já se anunciam há vários anos em Europa, Estados Unidos, América Latina etc.

É neste sentido que o artigo de Nildo Viana: Blocos Sociais e Luta de Classes vem muito a calhar, pois situa com clareza teórica e radicalidade política o papel do bloco revolucionário no momento atual do modo de produção capitalista. O texto de Lisandro Braga: Capital Comunicacional e Discurso do Poder demonstra o significado político das empresas capitalistas de comunicação, clarificando a relação destas com o poder estabelecido. Os textos de Edmilson Marques: A Questão da Organização Revolucionária e Anton Pannekoek e de André de Melo Santos: A Guerra Civil na França de 1871 resgatam as contribuições de Karl Marx e Anton Pannekoek acerca da questão da organização revolucionária e da luta proletária. Corroborando com estes dois últimos, o texto de Lucas Maia: Observações ao Texto “A Guerra Civil na França: Marx Antiestatista?” de Felipe Corrêa polemiza com o anarquista Felipe Corrêa acerca da interpretação deste do texto de Marx A Guerra Civil na França. Por último, o texto de Diego Marques Pereira dos Anjos: Porque Não Existe uma Lei Obrigue os Políticos a Cumprirem as Promessas de Campanha? realiza um debate de extrema atualidade, qual seja, o significado político que as instituições burocráticas (partidos políticos, estado etc.) desempenham na luta de classes.

Esperamos que este número seja mais um contributo à colossal luta de por em xeque a sociedade capitalista.

BLOCOS SOCIAIS E LUTA DE CLASSES

*Nildo Viana**

A sociedade capitalista ampliou e complexificou a divisão social do trabalho como nunca antes na história da humanidade. A luta de classes, em determinados momentos do capitalismo, era mais cristalina e o confronto entre burguesia e proletariado era mais perceptível. A partir das mutações do capitalismo, especialmente após a emergência do capitalismo oligopolista (regime de acumulação intensivo, após segunda metade do século 19) e, mais ainda, o capitalismo oligopolista transnacional (regime de acumulação conjugado, pós-segunda guerra mundial), esse processo vai ficando cada vez menos transparente e isso dificulta a percepção das lutas de classes, especialmente no plano conjuntural e nos processos revolucionários. Uma solução para a percepção mais adequada desse processo pode ser encontrada no conceito de blocos sociais. Desta forma, torna-se importante a análise dos blocos sociais e seu significado histórico e político para a compreensão das lutas de classes.

Blocos Sociais e Intransparência Capitalista

Esse processo de crescente intransparência, pós-Marx, tem a ver com a complexificação e ampliação da divisão social do trabalho, incluindo a formação e/ou consolidação de novas classes sociais. Marx previu em alguns momentos, tal como no *Manifesto Comunista* (MARX e ENGELS, 1988), uma polarização crescente entre burguesia e proletariado. Da mesma forma, analisava a revolução proletária como uma revolução da maioria, com o crescente processo de proletarização da sociedade burguesa (MARX e ENGELS, 1988). A revolução proletária também parecia próxima, pois o proletariado se desenvolvia em quantidade, organização e consciência. Esses três aspectos (polarização entre as duas classes fundamentais, proletarização e revolução da maioria, fortalecimento do proletariado) ocorreu numa época de crise do regime de acumulação

* Militante do Movimento Autogestionário. Autor de diversos livros, entre os quais *Manifesto Autogestionário*, *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*, *A Consciência da História* etc. Professor da Universidade Federal de Goiás.

extensivo, que se expressou ao lado de revoluções burguesas tardias. Essas previsões ocorreram num momento de radicalização das lutas de classes na Alemanha e França, entre outros países, desde a década de 1840, embora com antecedentes em anos anteriores e com processos posteriores, que culminam com a Comuna de Paris em 1871.

A constituição do regime de acumulação intensivo, fase do capitalismo oligopolista, marca um novo estágio da luta de classes. O proletariado conseguiu extrair da burguesia algumas concessões no interior das relações sociais da sociedade capitalista, como a redução da jornada de trabalho, legalização de partidos e sindicatos, etc. Ao mesmo tempo, a sociedade capitalista avançava, tanto no processo de produção, com a instituição do taylorismo (aumento da extração de mais-valor relativo) e outros processos, quanto com a criação de uma sociedade civil organizada, com uma onda de burocratização (partidos, sindicatos, universidades, etc.). Assim, o que a burguesia cedeu, recuperou sob outra forma. No entanto, o que nos interessa aqui é que o crescente processo de mercantilização e burocratização desse regime de acumulação gera novas classes sociais. Marx, em *O Capital*, percebeu a emergência da “classe dos serviçais” (MARX, 1988), o que preferimos denominar classe subalterna, assim como a classe burocrática, existente através de sua fração estatal e empresarial, se vê fortalecida por uma ampla burocracia civil em constante crescimento (partidária, sindical, universitária, eclesiástica, etc.). A classe intelectual também se consolida em alguns setores e frações, se ampliando durante tal regime de acumulação. Assim, novas classes sociais emergem e complexificam a luta de classes, ao lado das classes anteriormente existentes (campesinato, lumpemproletariado, latifundiários, artesãos, semiburgueses, cooperados, rentistas, etc.).

Esse processo acaba promovendo uma confusão na luta de classes. O proletariado acaba muitas vezes se confundindo com algumas destas classes, tanto pela proximidade social e de renda com algumas, quanto por interesses e reivindicações semelhantes, além das influências culturais. O proletariado, por exemplo, em certos momentos e setores, se aproxima da burocracia sindical, especialmente nessa época em que a força e diferenciação desta era menor do que passa a ocorrer a partir da passagem para o capitalismo oligopolista transnacional. No entanto, a origem proletária de muitos sindicalistas acaba fazendo a confusão permanecer até os dias de hoje, embora em muito

menor grau. Mas também a proximidade com o campesinato, artesãos e semiburgueses¹, aliado com a hegemonia burguesa, é outro obstáculo constituído para o avanço da luta proletária.

A questão é que essa complexificação das lutas de classes aumenta com a passagem para o capitalismo oligopolista transnacional (pós-1945), pois o avanço da mercantilização, burocratização e competição gera um crescimento das classes subalterna, burocrática e intelectual. Por outro lado, a política integracionista acaba diminuindo o ímpeto contestador do proletariado por algum tempo e a renovação hegemônica, novas ideologias, novas tecnologias, entre outros processos, acabam contendo o potencial revolucionário dentro do capitalismo, no caso dos países imperialistas.

O aumento relativo de renda, os avanços tecnológicos e medicinais, o crescimento do consumo (junto com a ideologia da “sociedade de consumo”), ampliação da destruição ambiental e competição social, intensificação dos desequilíbrios psíquicos², entre outros, criam uma situação social marcada por um recuo do movimento operário e pela emergência de novas reivindicações e algumas divisões sociais acabam ganhando maior relevância e presença, gerando um fortalecimento de certos movimentos sociais. Assim, os movimentos sociais, baseados em divisão de grupos, que formam a sua base social, acabam complexificando e confundindo ainda mais as lutas de classes (VIANA, 2016). A juventude emerge como grupo social consolidado a partir dessa fase do

¹ Camponeses e artesãos são classes sociais de produtores de bens materiais que emergem com o capitalismo e são submetidos à dinâmica produtiva m-d-m (mercadoria-dinheiro-mercadoria). A classe semiburguesa, que alguns denominam “pequena burguesia”, um termo impreciso, já que não se trata de uma fração da burguesia, é aquela que compartilha com as duas anteriores o caráter de propriedade nominal, mas sua dinâmica é a capitalista, d-m-d, com a diferença em relação à burguesia pela dificuldade de acumulação de capital, pois os pequenos comerciantes e outros possuem uma taxa de lucro baixa e que é gasta em grande parte nas despesas com instalações, meios de produção, salários, por um lado, e com o consumo familiar, por outro, além da parte que é repassada para o capital bancário, sob a forma de pagamento de empréstimos, juros, etc. Esse último aspecto mostra sua semelhança com o campesinato e artesanato. Alguns semiburgueses conseguem, embora seja raro, se tornarem burgueses, outros conseguem se manter precariamente ou até mesmo razoavelmente, e muitos caem no proletariado ou na subalternidade e outros passam para a intelectualidade ou burocracia. Esse é o caso dos pequenos comerciantes que falem com a chegada dos *shopping centers*.

² Alguns autores anunciaram que o século 20 era o “século da ansiedade” (LINDGREN, 1965), e o uso de drogas, suicídio, entre outros processos, mostram que o desenvolvimento tecnológico e financeiro não é acompanhado pelo processo de humanização, gerando novas formas de sofrimento psíquico, o que, em parte, foi tematizado por Fromm (1986).

capitalismo e passa a cumprir um papel contestador cada vez mais forte com o desenvolvimento desse regime de acumulação, desde as lutas estilistas até as lutas mais radicais, tal como as lutas estudantis do final dos anos 1960³. A juventude, no entanto, não é uma classe social e sim um grupo social e, por conseguinte, é constituída por indivíduos de diversas classes e isso, aliado com outras determinações, geram distintas “conformidades geracionais” (VIANA, 2015a).

A presença de outros movimentos sociais, como feminino, negro, pacifista, ecológico, entre outros, todos policlassistas, acaba reforçando esse processo de confusão e complexificação no processo da luta de classes, o que se amplia ainda mais com a passagem para o regime de acumulação integral, não só porque surgiram novas reivindicações e grupos, como também pelas novas ideologias e renovação hegemônica que produz e cria um fortalecimento do “especificismo” (TARDIEU, 2015).

É nesse contexto que o conceito de luta de classes continua expressando a realidade, em seu caráter essencial. A classe capitalista continua sendo a classe dominante, dominando o aparato estatal (gerido por sua classe auxiliar, a burocracia, em sua fração estatal), a produção intelectual e informacional, e gerindo a acumulação de capital, processo de exploração, etc. O proletariado continua sendo a classe revolucionária e que traz em si o futuro, como colocou Marx (MARX e ENGELS, 1988). As demais classes (e os grupos sociais) giram, ainda, em torno dessas duas classes. No entanto, esse processo se tornou menos visível e mais complexo. A emergência e consolidação da burocracia como classe social, especialmente certas frações da burocracia civil, e a ideologia da representação que emerge com a democracia representativa (VIANA, 2003), geram uma nova força política que atrai parte do proletariado e demais classes desprivilegiadas. O proletariado, em períodos de estabilização, perde parte de sua radicalidade e ao lado da burocratização e mercantilização, acaba recuando em suas lutas. Ela não deixa de existir, continua sobrevivendo na forma de luta cotidiana, lutas espontâneas, explosões localizadas de

³ As lutas juvenis assume várias formas (VIANA, 2015d), sendo que as lutas estilistas é uma das mais comuns e se caracteriza por adotar um estilo de vida que entra em contraste parcial com o modo de vida dominante. As lutas mais radicais são as lutas autônomas e autogestionárias, sendo esta última marcada por sua fusão com o movimento operário e quando assume um caráter revolucionário ao adotar um projeto autogestionário.

radicalidade, algumas vezes reforçadas por outros setores da sociedade (juventude, lumpemproletariado, grupos políticos, intelectuais, etc.).

É nesse contexto que é necessário entender que uma coisa são *as classes sociais determinadas pelas relações de produção dominantes* e outra coisa são *elas agindo de acordo como seus interesses de classe, especialmente os interesses fundamentais* (que são distintos dos interesses imediatos). Os interesses imediatos são os compartilhados pelos indivíduos das classes, tal como o interesse dos proletários em aumentos salariais, da burguesia em aumento de lucro, dos burocratas em aumento da burocratização e assim por diante. A luta pelos interesses imediatos é constante, mesmo porque eles são reforçados pela mentalidade burguesa, hegemonia, pressões sociais, etc. e, muitas vezes, estão intimamente ligados à própria sobrevivência (nesse caso, em setores das classes desprivilegiadas) ou manutenção de pertencimento de classe.

Os interesses fundamentais são aqueles que apontam para as necessidades coletivas de uma classe social em sua totalidade e em longo prazo. Assim, a classe capitalista tem como interesse fundamental a reprodução ampliada do capital, condição para a continuidade de sua existência; o proletariado tem interesse fundamental em abolir o capital e a si mesmo, superando sua situação de classe explorada; a burocracia tem interesse fundamental em burocratizar o conjunto da sociedade. Estes exemplos apenas mostram os interesses fundamentais de algumas classes. Porém, nem sempre as classes sociais defendem seus interesses fundamentais. Voltaremos a isto adiante.

Outros elementos complexificam essa situação, que são as subdivisões no interior de uma classe social e seus interesses específicos, bem como outras formas de divisão social. Isso, muitas vezes, gera diferenças, divisões políticas, conflitos, no interior de uma mesma classe social. Outro elemento é a consciência. Apesar de uma classe social possuir o mesmo modo de vida, interesses comuns (imediatos e fundamentais) e luta comum contra outras classes, o que gera costumes e representações também comuns (MARX e ENGELS, 1991), a sua consciência concreta não é homogênea. Ela possui elementos em comum, mas também manifestam diferenças, especialmente no âmbito político e social.

É nesse contexto que a distinção realizada por Marx entre classe em-si (determinada) e classe para-si (autodeterminada) é fundamental. A classe determinada é

aquela que reproduz a dinâmica gerada pelas relações de produção dominantes, pelo aparato estatal e, no capitalismo contemporâneo, pelo capital comunicacional, instituições, etc. Existe uma classe social que é, imediatamente, classe autodeterminada: a burguesia. Ela, por ser a classe dominante e por possuir uma “associação” que faz valer seus interesses de classe, o estado, é autodeterminada, defende seus interesses fundamentais via aparato estatal. Isso, no entanto, não quer dizer que ocorre com todos os indivíduos, frações, setores, da classe capitalista. Muitos indivíduos, setores, etc., podem ter interesses imediatos que entram em contradição com os interesses fundamentais da classe, além da questão da consciência acima aludida e outras determinações. No entanto, ela é a classe mais homogênea e que possui um aparato que defenda seus interesses fundamentais.

O proletariado, por sua vez, é uma classe determinada pelo capital (relações de produção dominantes) e por isso fica, geralmente, no nível dos interesses imediatos, submetidos à hegemonia e mentalidade burguesas, subdividido em diversas frações, setores, perpassado por diversas diferenças (culturais, políticas, etc.). A sua passagem para classe autodeterminada é resultado da luta de classes, quando esta ganha certa radicalidade. Esse processo já foi descrito por alguns autores (MARX, 1986a; JENSEN, 2014; VIANA, 2008). As demais classes ficam numa posição semelhante ao proletariado.

Assim, por detrás da vida cotidiana e seu emaranhado de conflitos, conciliações, competição, mudanças, é possível perceber a luta de classes, mesmo que os agentes diretamente envolvidos não percebam da mesma forma o que está ocorrendo. Marx já havia colocado isso ao tratar das lutas de classes na França durante o bonapartismo:

Os legitimistas e os orleanistas, como dissemos, formavam as duas grandes facções do partido da ordem. O que ligava estas facções aos seus pretendentes e as opunha uma à outra seriam apenas as flores-de-lis e a bandeira tricolor, a Casa dos Bourbons e a Casa dos Orléans, diferentes matizes do monarquismo? Sob os Bourbons governara a grande propriedade territorial, com seus padres e lacaios; sob os Orléans, a alta finança, a grande indústria, o alto comércio, ou seja, o capital, com seu séquito de advogados, professores e orados melífluos. A Monarquia Legitimista foi apenas a expressão política do domínio hereditário dos senhores de terra, como a Monarquia de Julho fora apenas a expressão política do usurpado domínio dos burgueses arrivistas. O que separava as duas facções, portanto, não era nenhuma questão de princípio, eram suas *condições materiais de existência*, duas diferentes espécies de propriedade, era o velho contraste entre a cidade e o campo, a rivalidade

entre o *capital* e o *latifúndio*. Que havia, ao mesmo tempo, velhas recordações, inimizades pessoais, temores e esperanças, preconceitos e ilusões, simpatias e antipatias, convicções, questões de fé e de princípio que as mantinham ligadas a uma ou a outra casa real – *quem o nega?* Sobre as diferentes *formas de propriedade*, sobre as condições sociais, *maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas*. A *classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações sociais correspondentes*. O indivíduo isolado, que as adquire através da *tradição* e da *educação*, poderá *imaginar* que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta. Embora orleanistas e legitimistas, embora cada facção se esforçasse por convencer-se e convencer os outros de que o que as separava era sua lealdade às duas casas reais, os fatos provaram mais tarde que o que impedia a união de ambas era mais a *divergência de seus interesses*. E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus *interesses reais*, o conceito que fazem de si do que são na realidade (MARX, 1986b, p. 45-46).

A análise magistral de Marx aqui é apenas uma aplicação da concepção materialista da história. O seu mérito, presente em qualquer análise dialética autêntica, consiste em superar a aparência e revelar por detrás dela a essência e o concreto com suas múltiplas determinações. Marx revela aqui, num plano mais histórico e concreto de análise, as múltiplas determinações sem nunca abandonar a determinação fundamental. Nesse processo, ele analisa as “duas facções do partido da ordem”. Ele chega até aos detalhes mais corriqueiros das lutas políticas, mostrando sua concreticidade e como a consciência, as concepções, as formas de pensar, etc., existem e se manifestam, mas não estão livres da determinação dos interesses de classes. Além disso, poderíamos elencar as correntes de opinião e diversos outros fenômenos contemporâneos que aumentam a complexidade da situação. As duas facções do partido da ordem são semelhantes ao que denominamos duas alas do bloco dominante, embora o vínculo das facções com classes sociais era muito mais visível, devido à época e suas especificidades.

Essa análise de Marx serve, principalmente, para conseguirmos entender o significado da luta de classes e como ela se manifesta concretamente. A partir dessa percepção podemos concluir que é necessário analisar o que é essencial (a luta de classes e os interesses envolvidos) e sua materialização concreta, com múltiplas determinações, que obliteram a consciência dos indivíduos e classes nesse processo. Isso, aliado à complexificação real das relações sociais concretas e confusão mental em torno das lutas de classes na sociedade contemporânea, reforça a necessidade de pensarmos não apenas

em termos de classes isoladas, mas também de suas relações, aproximações, distanciamentos, oposições e antagonismos. A compreensão desses processos pode ser realizada através do conceito de blocos sociais. Isso não significa abandonar a luta de classes, pois tais blocos são expressões desta luta em nível concreto. Isso significa ultrapassar a análise dicotômica e abstrata em apenas duas classes sociais, que tem o mérito de apontar para o essencial, mas tem o demérito de esquecer a complexidade da realidade e, ainda, permitir deformações de análise por reduzir os conflitos sociais a apenas dois polos em oposição, colocando lutas secundárias como fundamentais e, por conseguinte, lutas fundamentais como secundárias. Assim, o conceito de blocos sociais é fundamental para a análise mais ampla da política institucional (o que seria útil para cientistas políticos se ultrapassassem sua cegueira ideológica), das divergências no interior da classe dominante ou das classes privilegiadas, das conjunturas políticas e formas de amortecimento da luta entre classe capitalista e classe operária.

O que são blocos sociais?

Os blocos sociais podem ser definidos por sua composição social, suas concepções, entre outras formas. Mas isso seria ilusório. Não existe uma relação direta e imediata entre blocos sociais e classes sociais, pois não são conceitos que podem ser sobrepostos um ao outro. Os blocos sociais reúnem classes que, por sua vez, podem estar dispersas em mais de um deles ou suas subdivisões. Por isso é importante entender o conceito de blocos sociais antes de tratar dos blocos e suas manifestações concretas.

Antes de iniciar, no entanto, é preciso deixar claro as semelhanças e diferenças entre a concepção aqui apresentada de blocos sociais e a ideologia gramsciana de “bloco histórico”. A razão disso é que, no meio da diferença, existem algumas semelhanças, principalmente no uso que alguns inspirados na ideologia gramsciana usam para analisar as lutas políticas. O construto gramsciano de “bloco histórico” é uma tentativa de expressar, simultaneamente, “base” e “superestrutura”, formando um bloco num determinado momento histórico. Apesar de tal concepção estabelecer um vínculo correto, pois as mudanças no interior de um determinado modo de produção certamente

afetam as formas sociais⁴, a noção de bloco histórico pode trazer mais confusão do que esclarecimento, especialmente na perspectiva politicista e culturalista gramsciana (VIANA, 2015b). A unidade e correspondência entre modo de produção e formas sociais já está em Marx, no âmbito de uma determinada sociedade (por exemplo, no modo de produção capitalista há unidade entre este e as formas sociais capitalistas) e as mutações no modo de produção, obviamente, também geram mudanças nas formas sociais.

O conceito de blocos sociais é distinto, já que não enfatiza a totalidade das formas sociais em sua correspondência com o modo de produção (muito menos da forma abstrata e equivocada apresentada por Gramsci). Os blocos sociais são determinadas formas assumidas por uma constelação de forças que expressam o interesse de uma ou outra classe social, girando em torno das duas classes sociais fundamentais. Porém, não se trata das classes sociais concretamente, muito menos de sua totalidade. Os blocos sociais são as formas mais organizadas e conscientes expressas pelas classes sociais que estabelecem estratégias, programas, ideologias, que direcionam suas ações de acordo com os seus interesses. Assim, os blocos sociais estão indissolúvelmente ligados às classes sociais, mas eles não são a mesma coisa. A diferença entre os conceitos de classe social e bloco social reside no fato de que o primeiro expressa a classe em sua totalidade e ação espontânea e o segundo expressa seus setores mais organizados e conscientes, bem como a classe é uma unidade e o bloco é a reunião de mais de uma classe (e contando com suas subdivisões), realizando uma coalizção de forças. É por isso que o termo é “bloco”, pois é a reunião de um conjunto de forças que expressam de forma organizada e consciente determinadas classes sociais.

Assim, o que comanda os blocos sociais são os interesses de classes (imediatos ou fundamentais, dependendo do caso, bem como do conjunto da classe ou de frações ou setores, tal como mostraremos a seguir, colocando a dispersão de forças de determinadas classes em mais de um bloco). Os blocos sociais são, portanto, as forças

⁴ Entenda-se por formas sociais as formas sociais de regularização (VIANA, 2007), o que Marx (1983) denominou “formas jurídicas, políticas e ideológicas”, ou, metaforicamente, “superestrutura”. O tratamento crítico do uso do termo metafórico “superestrutura” se iniciou com Korsch (1983), sendo retomado de forma ambígua por Althusser (1986) e Canclini (1983) e, mais recentemente, reavaliado e substituído por formas de regularização das relações sociais ou simplesmente formas sociais (VIANA, 2015d).

mais ativas no desenvolvimento social, produzindo estratégias, ideologias, ações, programas, disputas e alianças, etc. A base social dos blocos sociais são as classes sociais, mas estas em suas divisões e subdivisões, na forma de classe determinada ou, raramente (com exceção da burguesia) autodeterminada, submetidos à hegemonia, competição, lutas.

Os blocos sociais não são homogêneos, pois como são compostos por classes e frações de classes, com suas subdivisões e interesses próprios, eles geram uma diversidade de organizações (muitas vezes complementares, aliadas ou desalinhadas) e concepções (ideologias, doutrinas, etc., muitas vezes próximas, mas com diferenças e ênfases distintas). Essas organizações são as mais variadas, tais como fundações, partidos políticos, grupos políticos, setores organizados dos movimentos sociais, empresas, associações, etc. As concepções também são de várias formas, desde as ideologias mais sistemáticas, passando por doutrinas políticas, representações cotidianas fundadas em determinada mentalidade, bem como, momentaneamente, expressando determinada corrente de opinião.

Essas distinções no interior dos blocos sociais não devem, no entanto, ser superestimadas. O bloco social, no fundo, expressa uma única hegemonia de classe e por isso possui uma unidade no que se refere ao que é fundamental para a classe que expressam. Ele, especialmente quando se vê ameaçado ou seus interesses comprometidos, se unifica. Essa divisão ocorre no interior de uma unidade, ou seja, no aspecto geral e fundamental, há concordância. A discordância ocorre nos detalhes, estratégias, táticas, interesses particulares no interior dos interesses de classes que apontam para a reprodução ou transformação da sociedade. Essas distinções podem ser denominadas alas e cada bloco social tem mais de uma ala, embora uma seja sempre hegemônica. A existência e dinâmica dessas alas são comandadas pela luta de classes e suas derivações: interesses, formas de consciência, processos psíquicos coletivos, disputas políticas, partidos políticos, etc., de acordo com a dinâmica do modo de produção, especialmente os regimes de acumulação e conjunturas políticas.

As alas dos blocos sociais podem aumentar ou diminuir em quantidade, dependendo do contexto, bem como podem promover aproximações ou distanciamentos, intensificar ou reduzir competição e conflitos. A luta de classes, a

dinâmica do regime de acumulação, as conjunturas, entre outros processos, acabam interferindo na formação e ação das alas dos blocos sociais e nos interesses específicos internos tanto dos blocos sociais quando de suas alas, gerando maior ou menor oposição.

Um elemento que deve ser esclarecido é que a dinâmica dos blocos sociais e de suas alas internas varia de acordo com o bloco social específico do qual se trata. Cada bloco social aglutina determinados interesses, partidos, organizações, ideologias, concepções e eles são distintos, sendo expressão de distintas classes sociais. Por isso existe oposição ou antagonismo entre os blocos sociais. Da mesma forma, no interior de cada bloco social, também existem esses processos, que geram, internamente, oposição, competição, mas nunca antagonismo, já que o interesse geral é o mesmo, especialmente o fundamental, que é a reprodução do capitalismo (no caso do bloco dominante e do bloco reformista, tal como mostraremos adiante) ou abolição do mesmo (no caso do bloco revolucionário). A dinâmica interna das alas também é distinta, pois não somente a base social, as formas organizacionais e de consciência, bem como interesses imediatos e específicos, entre outros processos, são distintos. Isso é o que pode ser colocado num nível mais elevado de abstração. A análise concreta dos blocos sociais permite ir além e especificar melhor sua dinâmica e subdivisões.

Em síntese, os blocos sociais são expressões de classes e frações de classes que se unem através de suas forças organizadas e formas de consciência, gerando novos interesses e processos de luta, o que complexifica a luta de classes, inclusive pela confusão, muitas vezes estabelecida (e algumas até intencionalmente) pelos representantes intelectuais do bloco dominante ou do bloco reformista, no sentido de desviar a luta de classes da questão fundamental, o modo de produção capitalista, para a política institucional, questões morais, disputas partidárias, etc.

Isso quer dizer que a análise marxista dos blocos sociais mostra o que a autoilusão deles expressam, mas deixando claro e transparente o que é ilusório e autoilusão e o que é real, ou seja, qual seu significado para a luta de classes, sua função de reprodução ou transformação. Assim, além da intransparência gerada pela diversidade de ideologias, formas de consciência com conteúdos distintos, partidos, forças organizadas, posições políticas, etc., a análise marxista objetiva deixar transparente o jogo e suas regras. A análise marxista visa, portanto, mostrar que faz parte do jogo e suas

regras iludir o proletariado e as demais classes desprivilegiadas para que participe dele e se envolva nesse processo abandonando seus interesses de classe, especialmente o fundamental, a sua autoemancipação, e vire bucha de canhão das classes privilegiadas. A inclusão do proletariado nesse jogo e em suas regras, seja a política institucional, seja a luta pelo poder estatal ou qualquer outro elemento, significa a sua manutenção como classe determinada, envolvida na dinâmica capitalista. A única vantagem, dependendo do contexto, é quando existe a possibilidade de, no processo de luta, ultrapassar os limites impostos pelo jogo e suas regras, o que pode ocorrer dependendo do contexto e do que está em jogo.

Os blocos sociais são fundamentalmente três. Um bloco gira em torno da classe dominante, sendo o bloco dominante e o outro gira em torno do proletariado, sendo o bloco revolucionário. Entre ambos, aparece um terceiro bloco, composto por frações de classes que buscam se autonomizar, especialmente a burocracia. A força desses três blocos e suas dinâmicas são diferentes e se alteram com o desenvolvimento da luta de classes. Por isso é interessante abordar cada um desses blocos de forma separada e depois analisar suas relações no espaço concreto das lutas de classes.

O Bloco Dominante

A classe dominante, por seu poder financeiro, controle da acumulação de capital, controle do capital comunicacional, além do domínio sobre o aparato estatal, é a força central no bloco dominante⁵ e que o coordena e estabelece seus objetivos, a partir dos seus interesses. A classe capitalista não é homogênea e por isso persegue os mesmos interesses fundamentais e gerais, a reprodução do capitalismo, ao lado de interesses particulares e imediatos, gerando diferenciações no seu interior. Em cada regime de acumulação, uma determinada estratégia de classe⁶ no sentido de conservação do capitalismo se torna hegemônica no interior da classe dominante. O bloco dominante se

⁵ Não teremos espaço para analisar a diferença entre o conceito de bloco dominante aqui trabalhado com a noção de “bloco no poder” de Poulantzas (1977), o que ficará para outra oportunidade.

⁶ Henri Lefebvre (2016), de forma abstrata e ambígua, percebeu a existência das estratégias de classe e estabeleceu a modernidade como última estratégia da burguesia. No fundo, Lefebvre percebe o processo apenas superficialmente, em parte devido sua formação filosófica que obscurece sua percepção sociológica, o que é reforçado por sua interpretação filosófica e sociológica de Marx, na qual muitas vezes se revela uma leitura superficial.

constitui a partir de determinado regime de acumulação⁷, ou, o que significa dizer o mesmo com outras palavras, uma certa forma cristalizada de luta de classes. Em cada regime de acumulação emerge uma estratégia de classe da burguesia que é duradoura e o bloco dominante, mesmo que mude seus representantes individuais, grupos, partidos, frações de classes, etc., segue a linha estratégica adotada. É por isso que mesmo partidos do bloco progressista, quando conquistam o aparato governamental, reproduzem as políticas impostas pela estratégia da classe dominante adequada a determinado regime de acumulação.

A burguesia emergente fez aliança de classes com a nobreza, mas tão logo se viu forte o suficiente, graças ao apoio do proletariado e do campesinato, derrubou esta e se tornou a única classe dominante. Mas para manter sua dominação, ela teve que apelar para o apoio de suas classes auxiliares, especialmente a burocracia e a intelectualidade. Não deixa de ser revelador que a proliferação da burocracia civil e consolidação da classe intelectual ocorrem após as revoluções burguesas. A burocracia estatal sempre esteve a serviço da burguesia. A sua posição privilegiada, seu *status*, altos salários, entre outros aspectos, mostram a fração da classe burocrática mais forte, estável e bem remunerada. Cabe à burocracia estatal comandar o aparato estatal e, por conseguinte, a função de reprodução do capitalismo. A burocracia empresarial, por sua posição social e proximidade com a classe capitalista, também é outra fração de classe que se aglutina no bloco dominante e tem papel importante no seu interior.

O bloco dominante conta, desde então, com a burguesia e com a burocracia estatal como uma classe e uma fração de classe sempre presentes nesse bloco. Ao seu lado, os estratos superiores da classe intelectual⁸ e da burocracia (especialmente estatal,

⁷ Abordamos os regimes de acumulação de forma mais desenvolvida em duas obras (VIANA, 2009; VIANA, 2015d).

⁸ Aqui não se trata de uma fração inteira, como no caso da burocracia estatal, mas uma subdivisão no interior das classes sociais distinta das frações. O critério dessa distinção, que tem alguns efeitos sociais, é o grau de privilégio revelado no *status*, renda e poder. Por conseguinte, intelectuais medíocres por possuírem maior renda, *status* e poder, estão no seu estrato superior. Isso quer dizer que o termo “estrato superior”, não diz respeito às frações de classes e nem sua competência real, ou formação intelectual, mas tão somente a critérios valorados pela sociedade burguesa e que trazem satisfação aos indivíduos que se encontram nessa condição, o que serve para conseguir sua fidelidade. O mesmo vale para a burocracia, pois seus estratos superiores são aqueles que possuem maior *status*, renda e, principalmente, poder, ou seja, estão acima na hierarquia burocrática, nas maiores organizações burocráticas (grandes instituições, partidos, empresas, etc.).

empresarial, eclesiástica), em certos momentos e contextos históricos, a classe latifundiária. Essa é sua base social principal. Essa base social é reforçada pela adesão de indivíduos e setores de outras classes sociais, que é, no entanto, mais frágil e determinada mais por reprodução da mentalidade e hegemonia burguesas, corrente predominante de opinião, ilusões e falsas esperanças, políticas estatais específicas, vantagens momentâneas, etc. Essa parte é mais frágil e pode mudar de lado com maior facilidade.

O bloco dominante visa garantir a reprodução do capitalismo e para isso cria uma ou mais estratégias de classe que supostamente realizam essa ambição. A estratégia vencedora é aquela que se adequa mais às necessidades e tarefas existentes num determinado regime de acumulação. A estratégia integracionista se adequava ao regime de acumulação conjugado, ou seja, o estado integracionista, intervencionista no plano da produção e reprodução do capital, nas relações de produção e relações de distribuição, bem como junto à população com suas políticas de assistência social e outras políticas estatais, e assim forjou uma dominação duradoura e que parecia insuperável. Da mesma forma, a estratégia liberal-democrática do regime de acumulação anterior, o intensivo, também ofereceu essa aparência.

Essa estratégia, fundada em necessidades e tarefas voltadas para garantir a reprodução ampliada do capital, se materializa em ideologias, doutrinas, concepções, políticas estatais. A burguesia tem um papel fundamental nesse processo através das empresas e fundações. A elaboração da estratégia capitalista nasce e se torna hegemônica graças às empresas capitalistas que financiam pesquisas, imprensa, etc., graças ao capital educacional (indo do ensino superior, de onde brotam algumas ideologias e concepções, ao inferior, onde elas são reproduzidas, divulgadas, vulgarizadas, etc.), ao capital comunicacional (que incentiva e reproduz, divulga, vulgariza, etc., determinadas ideologias, concepções, etc.), ao aparato estatal, com os seus aparatos particulares (educacional e comunicacional, que executam o mesmo processo que suas versões privadas), fundações internacionais e nacionais, os partidos políticos (que realizam produção e reprodução cultural, bem como promovem vulgarização e divulgação das mesmas) entre inúmeras outras instituições.

Assim, o capital cria todas as condições para a vitória e supremacia de uma determinada hegemonia. O bloco dominante executa esse processo através da classe capitalista, do aparato estatal, partidos políticos, das empresas e instituições. Assim, a cada regime de acumulação temos uma hegemonia e com a alteração do regime de acumulação, temos uma renovação hegemônica (VIANA, 2015c). Mas quem cria as ideologias, doutrinas, correntes predominantes de opinião, etc.? Indivíduos reais de carne e osso, como não poderiam deixar de ser. Sem dúvida, alguns indivíduos burgueses participam nessa elaboração, bem como alguns burocratas, mas os grandes mentores intelectuais são justamente os representantes intelectuais/ideológicos da burguesia. Estes estão espalhados pela sociedade, alguns trabalhando para empresas capitalistas privadas, outros para o capital comunicacional ou instituições educacionais (privadas ou estatais), como também para o aparato estatal. Esses ideólogos geram a estratégia, a base intelectual do bloco dominante. Alguns o fazem sob a forma mais técnica, no plano do como fazer. Outros a reforçam com justificativas filosóficas, abstratas, ideologias mais amplas e sistematizadas. Há também aqueles que divulgam e vulgarizam, gerando representações cotidianas, chavões e correntes de opinião. Eles passam a ser hegemônicos nas esferas sociais⁹ e através delas acabam se reproduzindo e se espalhando, influenciando até os intelectuais que se são próximos dos demais blocos sociais.

Assim, tanto as bases sociais quanto intelectuais do bloco dominante lutam pela reprodução do capitalismo. No entanto, isso não significa homogeneidade. Existem, no interior do bloco dominante, diferentes interesses, concepções, ideologias, etc. O primeiro ponto é que, ao lado do interesse geral e fundamental da reprodução do capitalismo, existem interesses imediatos e específicos de classes sociais, frações de classes, partidos políticos, grupos sociais, bem como distintas ideologias, concepções, representações. Assim, a solução para uma crise do regime de acumulação ou proposta de uma nova hegemonia, podem ser marcadas por divergências, da mesma forma que pode haver oposição em relação à hegemonia estabelecida. Isso fica mais forte ainda na

⁹ A análise da dinâmica das esferas sociais e da classe intelectual mostra um processo de competição e hierarquia que, ao contrário do que certas ideologias colocam, não são “neutras” e sim intimamente ligadas aos interesses dominantes (cf. VIANA, 2015e).

disputa pelo poder estatal, nos regimes democrático-burgueses, nos quais determinadas forças no interior do bloco dominante lutam pelo domínio do aparato estatal. É por isso que é durante os processos eleitorais que essas divergências ficam mais explícitas.

Essas divisões geram alas distintas dentro do bloco dominante. O número de alas e a intensidade da oposição e conflito variam com a situação concreta, ou seja, com diversas determinações. As duas alas principais no bloco dominante tendem a ser a ala governista e a oposicionista¹⁰, que podem ser identificadas mais facilmente durante o processo eleitoral, nos dois grandes partidos ou coalizões partidárias. Isso, no entanto, pode ser complexificado se o bloco reformista tiver condições de polarizar com um dos partidos ou coalizões partidárias na disputa eleitoral principal (presidência, especialmente). Mas é possível existirem outras alas dependendo da situação concreta e pelo menos mais uma é bastante comum, apesar de sua visível fraqueza em épocas de estabilidade política e financeira. Trata-se da ala extremista, composta por forças nacionalistas, fascistas, neonazistas, entre outras.

A oposição entre ala governista e oposicionista mostra uma disputa pelo poder que pode ou não estar acompanhada por diferente estratégia de classe. Geralmente a estratégia de classe expressa numa determinada hegemonia tende a ser quase consensual no bloco dominante, com exceção da ala extremista, embora essa só ganhe real possibilidade de contrapor sua estratégia em períodos de crise. As disputas eleitorais nos Estados Unidos, entre democratas e republicanos é um exemplo de duas alas do bloco dominante disputando o poder, assim como em diversos outros países.

A dinâmica do regime de acumulação e da luta de classes é uma das principais determinações do processo de divisão e unificação do bloco dominante, bem como os interesses e competição interna por poder, além das diferenciações de projetos e

¹⁰ É preciso deixar claro que há setores da classe dominante que são chaves no processo de definição de qual é a ala governista e qual é a oposicionista. Em cada caso concreto, de cada país, isso pode se alterar. Quando a classe dominante está dividida ou há um equilíbrio de forças entre as duas alas principais, então a situação de uma ala como governista e de outra como oposicionista é mutável e o revezamento pode ser constante. Em certos casos, nos quais a força principal da classe dominante tem um lado fixo, então a ala governista tende a ser estável e somente em situações específicas abandona o governo. Também existem casos em que os setores decisivos da classe dominante podem mudar de lado com relativa facilidade. Isso pode ocorrer por apoiarem determinadas coalizões partidárias ou partidos de acordo com as suas políticas, adversários e outros elementos variáveis.

ideologias, especificidades nacionais, etc. Em momentos de formação de um regime de acumulação, geralmente após um período de crise do anterior, a tendência é uma unificação (mesmo com diferenciações em elementos secundários), bem como em sua época de consolidação. Isto quer dizer que durante o ciclo de formação e o ciclo de consolidação de um regime de acumulação há em nível geral uma unificação, o que não significa não haver oposição, disputa pelo poder, e sim que a hegemonia é forte e que o caráter da disputa é por posições e pelas forças que querem as vantagens do poder estatal. Claro que isso, dependendo da intensificação da oposição e divisão da classe dominante em apoio às alas, pode gerar uma situação inesperada e acelerar a própria crise do regime de acumulação. Em períodos dos ciclos de dissolução, a situação muda, pois as divergências internas se aprofundam, os interesses particulares e disputa pelo poder estatal podem gerar unificação ou polarização (dependendo da situação concreta), bem como diferentes soluções para a crise e estratégias são apresentadas, tornando a disputa mais acirrada, e, ao mesmo tempo, desviando as classes desprivilegiadas da percepção da real determinação da crise e das verdadeiras soluções possíveis. Isso pode, no entanto, não ocorrer se houver uma forte presença da luta operária, pois nesse caso a tendência é para a unificação.

Em síntese, o bloco dominante é comandado pela classe dominante e tem como principal força auxiliar a burocracia estatal, que dirige o aparato estatal. O seu objetivo é, simultaneamente, a reprodução do capitalismo e dos interesses do bloco, que podem ser e geralmente são conflitantes em aspectos secundários, pois todos os seus componentes preferem a estabilidade política e financeira, o amortecimento da luta de classes, a reprodução ampliada do capital, entre outros elementos. As alas do bloco dominante geralmente disputam coisas secundárias, mas que nem por isso deixam de existir e comprometer a própria estabilidade que buscam manter. A classe dominante é dividida por frações e estas nem sempre possuem os mesmos interesses e a mesma percepção da realidade. O capital financeiro, por exemplo, pode preferir determinadas políticas estatais que lhe beneficia e outra fração do capital, como a comercial, pode preferir outras políticas financeiras. A burocracia estatal também não é homogênea e se diferencia entre burocracia governamental e burocracia estatutária, além de suas subdivisões. O mesmo ocorre com outras classes, frações de classes, grupos, indivíduos, que compõem o bloco

dominante. No entanto, no final das contas, esse bloco se unifica em torno da estratégia da classe dominante e, caso setores se recusem a isso no interior de lutas de classes radicalizadas, podem ser descartados, que é quando emergem os regimes ditatoriais.

O Bloco Progressista (Reformista)

A divisão de classes da sociedade capitalista faz emergir, além das classes sociais fundamentais, diversas outras classes. Entre estas, se destacam a burocracia e a intelectualidade, que são classes auxiliares da burguesia. O caráter auxiliar dessas classes se revela na função que elas executam na sociedade capitalista, derivado da divisão social do trabalho, e nos privilégios que seus estratos superiores possuem para realizar esse processo. A burocracia exerce a função do controle social e a classe intelectual da produção cultural. Enquanto classes auxiliares da burguesia, sua autonomia é muito restrita. Os seus estratos superiores se aquartelam no bloco dominante. No entanto, seus estratos médios e inferiores¹¹ se aglutinam em torno de um outro bloco, o progressista ou reformista. Esses estratos acabam tornando-se insatisfeitos com sua situação social e por isso esboçam uma autonomização, dentro dos limites permitidos pela situação de uma classe auxiliar, gerando uma posição política que não se alinha totalmente com o bloco dominante.

Uma parte do bloco progressista se aproxima mais do bloco dominante, outra tenta se aproximar mais das classes desprivilegiadas (e não do bloco revolucionário, a não ser em casos pontuais, como colocaremos adiante). A classe mais forte no seu interior é a burocracia. A burocracia civil é seu elemento mais forte e aglutina diversas frações da classe burocrática no seu interior, as burocracias partidárias, sindicais, universitárias, etc. A classe intelectual é sua segunda maior força, aglutinando intelectuais dissidentes, ambíguos, ou seja, aqueles que estão fora do circuito hegemônico e venal, que geralmente apoiam o bloco dominante. No entanto, alguns indivíduos e setores da

¹¹ Essa distinção, tal como já alertado, não expressam frações de classes, que são subdivisões da divisão social do trabalho, mas apenas elementos de distinção social gerados pelo capitalismo, especialmente *status*, renda e poder. Ou seja, o que alguns ideólogos da estratificação social colocam como sendo “classe”, aqui é apenas um elemento que revela uma distinção superficial, mas que envolve valores, posições, interesses, e por isso tem um papel explicativo no conjunto das relações sociais.

burocracia (nestas frações específicas), devido sua função de controle social e valores, se unem ao bloco dominante. É o caso de parte da burocracia sindical atrelada aos partidos que formam a coalização do bloco dominante, ou uma delas. A burocracia é mais conservadora que a intelectualidade e por isso, um número considerável de intelectuais hegemônicos e venais, por sua função de produção cultural, se aglutinam em torno do bloco progressista.

O bloco progressista também atrai setores da juventude, das classes desprivilegiadas e até mesmo alguns poucos da classe capitalista, entre outras possibilidades. No entanto, esses setores são apenas base de apoio e raramente conseguem um espaço de real influência. Essa é a sua base social e é por isso que é um bloco bem mais frágil e nem sequer possui uma estratégia de classe homogênea, pois suas divisões e fraqueza dificultam sua formulação. A sua produção cultural não tem a mesma força que a do bloco dominante, pois lhe faltam os recursos financeiros, espaços institucionais, meios de divulgação, etc. A sua ambiguidade no interior da luta de classes também é outro ponto fraco. Marx conseguiu notar um elemento ideológico que viria a ser comum no bloco progressista ao analisar a economia política inglesa. Em sua análise, ele mostra que a força da luta proletária fez com que alguns economistas buscassem unir os interesses capitalistas e proletários. Assim, o bloco progressista quer ser o mediador entre as classes antagônicas.

De sua fraqueza, também emerge sua necessidade de apoio popular para chegar ao poder estatal, seu objetivo máximo. Assim, em nível mais geral, a sua estratégia de classe é apelar para o proletariado, para as classes desprivilegiadas, geralmente usando terminologia específica, como “povo”, “massas”, entre outros, visando se fortalecer, eleitoralmente ou como base de apoio, para conquistar o poder estatal. Dessa estratégia geral, emerge duas formas específicas de concretizar, adotadas por suas alas, ou seja, suas divisões internas. Assim, aparentemente o bloco progressista tem uma base popular, mas a sua direção pertence à burocracia e, em menor grau, à intelectualidade (e os indivíduos dessa muitas vezes passam para a burocracia e isso ocorre com relativa facilidade, quando são mais ativistas). Essa aparência tem um elemento real, pois parte da população e das classes desprivilegiadas realmente apoiam tal bloco, seja em processos eleitorais ou outras formas de ação política, embora em número reduzido, o que varia

com as conjunturas políticas, processos sociais em geral, tendo épocas nas quais isso se torna mais amplo. Outro elemento que deve ser considerado é que a classe de origem de muitos burocratas e intelectuais é o proletariado ou demais classes desprivilegiadas.

No entanto, é necessário alertar que não se trata da totalidade dessas classes, frações de classes, etc. O bloco progressista existe graças aos elementos organizados e conscientes da burocracia e outras classes, frações, grupos, etc. Alguns membros da burocracia, intelectualidade, etc., não se aglutinam em nenhum bloco social, apenas se reproduzem em sua profissão e vida cotidiana, algumas vezes assumindo posição em períodos eleitorais ou nem mesmo nesses casos. A sua estruturação como bloco também é mais frágil e ocorre no âmbito dos seus setores mais organizados, conscientes e ativos, especialmente nas burocracias partidárias e nos meios intelectuais geralmente, mas nem sempre, associados a elas. A sua expressão mais forte e característica é geralmente o partido social-democrata mais estruturado, burocratizado, eleitoralmente mais relevante e mais popular. Outros menores giram em torno dele, surgem a partir dele como dissidência (geralmente por questões táticas e secundárias, no plano do discurso, embora o real motivo seja, na maioria dos casos, a falta de oportunidade no interior do partido que se julga conseguir formando outra organização partidária).

Outras organizações burocráticas, como igrejas, universidades, organizações civis, etc., também fornecem elementos de ideologia, doutrinas, apoio. A intelectualidade tem uma parte ativa no interior do bloco progressista e outra que apoia, reforçando sua influência social, especialmente sobre as classes desprivilegiadas. Em determinadas situações, quando consegue polarizar com o bloco dominante, reforça sua unidade e capacidade de disputa real pelo poder estatal. Uma vez conseguindo concretizar a conquista eleitoral e se tornar a burocracia governamental, desloca todo um setor do bloco progressista (o partido principal e os aglutinados em sua coalização partidária, além de vários setores da sociedade e os setores cooptados a partir das políticas estatais, os iludidos, etc.). Nesse momento, o bloco progressista se enfraquece drasticamente e o setor que ascendeu ao poder estatal se torna mais conservador e passa a efetivar as políticas estatais determinadas pelo bloco dominante, pois reproduzem as necessidades da acumulação de capital.

A base intelectual do bloco progressista é constituída por determinadas ideologias, doutrinas, concepções, mais permanentes (social-democracia, bolchevismo, etc.), que formam a sua estratégia, e táticas mais conjunturais produzidas por seus burocratas e ideólogos. Um elemento permanente na ideologia do bloco progressista é justamente a ideia do progresso ou das reformas. A ideia de progresso aponta para uma concepção evolucionista e ligada à ideologia burguesa. Kautsky, um dos principais ideólogos da social-democracia, recuperava Darwin e a ideia de evolução (KAUTSKY, 1975). Bernstein pregava um “socialismo evolucionário” (BERNSTEIN, 1997). Ou seja, mesmo aqueles que no interior do bloco progressista colocam o “socialismo” como objetivo, o fazem a partir da ideia de progresso. O que denominam “socialismo” é, na verdade, um capitalismo reformado.

No entanto, também não existe uma unidade ou homogeneidade no bloco progressista. No seu interior se encontra forças extremamente moderadas, como se pode ver nos partidos trabalhistas, humanistas, verdes, bem como diversas versões, mais ou menos moderadas (e quanto maiores os partidos, maior é seu conservadorismo) da social-democracia, alguns partidos “comunistas” moderados, até chegar aos mais contestadores, especialmente os partidos “comunistas” de tendência trotskista ou maoísta. Nesse sentido, é possível identificar duas alas principais no bloco progressista: a ala moderada e ala extremista.

A ala moderada é a mais forte e a que tem maiores condições de polarizar, em certos contextos históricos, com o bloco dominante, inclusive, nesses momentos, aglutina quase todo o bloco progressista, até mesmo parte da ala extremista. Ela possui mais recursos financeiros, acesso a cargos nos governos (inicialmente municipais, indo para escalões superiores com o crescimento partidário e eleitoral), e sua base social se encontra mais nos estratos médios da burocracia e intelectualidade, embora também aglutine alguns indivíduos e setores dos estratos superiores e inferiores. Os partidos mais fortes e principais sindicatos e centrais sindicais são seus pilares principais, além das instituições estatais e civis nas quais se aquartelam.

A sua ideologia principal é a social-democracia, também conhecida como “revisionismo” ou “reformismo”. A sua estratégia tem variações, mas o elemento central é realizar conquistas eleitorais paulatinas até chegar a ganhar a eleição principal,

tornando-se burocracia governamental. Em seus discursos, isso seria um meio para conseguir grandes reformas sociais e alguns até colocam isso como etapas para se chegar ao “socialismo”. No entanto, o objetivo real é a conquista do poder estatal e as reformas são apenas para se justificar, legitimar, conseguir apoio (popular e dos setores mais reformistas ou extremistas). As obras de Kautsky, Bernstein, Gramsci, Stálin, bem como versões moderadas de Lênin, Trotsky e outros são algumas de suas bases ideológicas mais antigas e permanentes, geralmente complementado por ideólogos mais recentes e por um pragmatismo mais forte. Alguns setores, inclusive, negam as ideologias (ou as deformam para seus propósitos) e pregam o ativismo e praticismo, bastante úteis para suas pretensões e manipulação das classes desprivilegiadas.

A ala extremista do bloco progressista é mais radical discursivamente. Ainda mantém o discurso em torno do “socialismo” ou “comunismo”. Uma parte dela vive buscando aliança com a ala moderada, alguns setores, inclusive, vegetam no interior de partidos social-democratas. A sua base social é composta geralmente pelos estratos inferiores da burocracia e intelectualidade. A burocracia partidária de pequenos partidos ou grupos políticos aspirantes a se tornarem partidos, a burocracia de sindicatos menores, além de setores de outras burocracias em seus estratos inferiores. Esse é o mesmo caso dos intelectuais que se aglutinam na ala extremista, são geralmente os mais jovens, iniciantes e marginalizados, bem como seus estratos inferiores.

A sua base ideológica principal é o leninismo (bolchevismo) em suas diversas variantes. Ela tem um apelo populista mais expressivo que a social-democracia e, ao mesmo tempo, reproduz o progressismo que está em sua base. Lênin e o leninismo são herdeiros da social-democracia e compartilharam com ela a maior parte de duas concepções (BARROT, 2014). A ideia de vanguarda, de conquista do poder estatal, etc. Certas tendências leninistas (especialmente os stalinistas) não se diferenciam da social-democracia a não ser no plano discursivo e por referências intelectuais e ao “socialismo”, algo para um futuro muito distante. O seu progressismo pode ser exemplificado na frase de Lênin: “O único socialismo que podemos imaginar é aquele baseado em todas as lições aprendidas através da cultura capitalista em larga escala” (LÊNIN, 1988a), ou, de forma mais enfática e reveladora, “O socialismo é inconcebível sem a grande técnica capitalista baseada na última palavra da ciência moderna, (é inconcebível) sem uma organização

planificada do Estado que subordine dezenas de milhões de pessoas ao mais estrito cumprimento de normas únicas de produção e distribuição” (LÊNIN, 1988b).

A superavaliação da ciência tem um papel estratégico na ideologia leninista, pois é a justificativa e legitimação da ideologia da vanguarda e da necessidade de burocracia e direção, sem progresso capitalista. Ao lado dele, há o fetichismo das forças produtivas e da tecnologia, bem como da técnica. O etapismo acusado no stalinismo e na Terceira Internacional é apenas uma continuação dessa ideologia progressista. A própria concepção de socialismo e comunismo (nessa ideologia, duas coisas diferentes e etapas do progresso social) não ultrapassa a forma de um capitalismo reformado.

Em síntese, o bloco progressista é composto por aquelas tendências, incluindo sua ala extremista e pseudomarxista¹², realiza o culto do novo, do progresso capitalista, aliado com discursos sobre as classes desprivilegiadas, os trabalhadores, reformas sociais, distribuição de renda e coisa semelhantes. Daí sua atratividade para burocratas (valoração da direção, da burocracia), intelectuais (valoração da ciência, da técnica), dos jovens (valoração do novo e do progresso, da inovação), classes desprivilegiadas (discurso populista de distribuição de renda, combate a desigualdades, “socialismo”, “comunismo”).

O Bloco Revolucionário

O bloco revolucionário é o mais frágil dos blocos sociais. A razão disso se encontra em sua base social: o proletariado e as classes desprivilegiadas, setores da juventude, setores radicalizados de alguns grupos sociais (geralmente compostos por indivíduos das classes desprivilegiadas), uma minoria da intelectualidade, alguns poucos indivíduos oriundos das classes privilegiadas. Obviamente que não se trata do

¹² Lefebvre, como sempre superficialmente e sem compreender as bases sociais e profundidade do problema, percebeu relativamente isso: “o marxismo institucional traz ainda uma resposta estereotipada para todos os problemas: otimismo incondicionado, fé no futuro” (LEFEBVRE, 1969, p. 39). O leninismo, em todas as suas variantes, nunca conseguiu ultrapassar o horizonte capitalista, o novo e o futuro é sempre uma continuidade progressista do capitalismo e nunca uma ruptura total e radical, nunca uma nova sociedade, sempre é a atual reformada.

proletariado em sua totalidade, mas sim aqueles indivíduos ou setores do proletariado mais conscientes e organizados, embora em certos momentos históricos aumentem drasticamente sua quantidade até abarcar a maior da classe. O aumento quantitativo também ocorre nos outros quando isso acontece. O bloco revolucionário é expressão do proletariado e da hegemonia proletária, mas como essa classe revolucionária só passa de classe determinada pelo capital para classe autodeterminada no processo de luta, e quando este atinge certa radicalidade, então ele se funde com a classe revolucionária no desencadeamento de uma revolução proletária.

São raros os indivíduos oriundos da classe capitalista e da classe burocrática que se aglutinam no seu interior. Isso se deve, obviamente, aos interesses de classes delas que são, simultaneamente, os interesses pessoais dos seus integrantes. Além disso, o antagonismo do bloco revolucionário com a classe capitalista e com a burocracia, embora apenas uma parte dele tenha isto claramente consciente, reforça a recusa de sua presença nos mesmos. Indivíduos da classe intelectual, embora encontrem problemas semelhantes sob forma menos intensa, e certos setores não criarem obstáculos nesse caso, possuem maior presença, embora alguns colaborem à distância, apenas na produção intelectual sem uma ação política coletiva.

A força principal do bloco revolucionário é oriunda de alguns intelectuais, setores da juventude e setores das classes desprivilegiadas que se organizam em grupos políticos (marxistas, anarquistas, etc.), formais ou informais, em ações esporádicas ou produção cultural. Assim, além de grupos revolucionários propriamente ditos, tendências revolucionárias no interior de movimentos sociais, grupos artísticos, círculos intelectuais, entre outros, compõem o bloco revolucionário. Contudo, a sua força organizativa possui restrições que os outros blocos não possuem. O primeiro são os recursos financeiros escassos, geralmente a autossustentação financeira, o que é reforçado pela recusa em parte deles pela percepção que o processo de mercantilização pode gerar corrupção e abandono do caráter de classe proletário. O segundo ponto é um ponto forte e fraco ao mesmo tempo: a recusa da burocracia. Tal recusa permite dificultar ou impedir a burocratização, mas, ao mesmo tempo, diminui a eficácia política das organizações, pois ficam muitas vezes dispersa, sem maior organização, articulação e estratégia. A terceira é a dificuldade pessoal da maior parte dos indivíduos, pois necessitam sobreviver e buscar

os meios para tal, como o trabalho, o que retira tempo e melhores condições de ação. A quarta é a formação política e intelectual geralmente precária, devido ao pertencimento de classe da grande maioria e a falta ou dificuldade de acesso ao saber teórico e outras formas de consciência, mais ainda sob forma aprofundada. Essa debilidade teórica e formativa acaba tendo um efeito negativo poderoso no interior do bloco revolucionário.

A sua base intelectual mais estruturada e desenvolvida é o marxismo. Obviamente que aqui se trata da teoria elaborada por Marx e daqueles que mantiveram a perspectiva proletária no seu interior, tal como o comunismo de conselhos e o marxismo autogestionário contemporâneo. Assim, o pensamento de Marx é a forma permanente por ter constituído os elementos teórico-metodológicos adequados para a análise da realidade social e luta de classes (método dialético, materialismo histórico, teoria do capitalismo, teoria da revolução proletária) que, em seus elementos essenciais, continuam válidos e foram atualizados e desenvolvidos pelo comunismo de conselhos e pelo marxismo autogestionário. Outras concepções, doutrinas, representações cotidianas se mesclam, influenciam, ou tentam trilhar um caminho autônomo, geralmente caindo no ecletismo com ideologias e concepções dominantes, mas que tem uma presença e impacto no bloco revolucionário que não pode ser descartado no plano analítico.

É com base no marxismo que se funda a estratégia de classe do proletariado. A luta proletária é pela transformação social radical e total das relações sociais, a instauração da autogestão social, ou “comunismo”. A forma como isso ocorre é através da autoemancipação proletária e essa tem na luta de classes o seu processo formativo e que permite a passagem da classe determinada pelo capital à classe autodeterminada. Nesse contexto, é fundamental fortalecer a luta proletária, tanto a luta direta – o que Pannekoek (1977) e os anarquistas (sob formas e com significados nem sempre coincidentes) chamaram de “ação direta”, quanto a luta cultural. Uma vez que o proletariado entra na luta direta contra o capital, ele desenvolve suas formas de auto-organização e autoeducação (MARX e ENGELS, 1988). O bloco revolucionário, através da produção cultural, elabora teorias, produções artísticas, propaganda generalizada, etc., efetivando uma luta cultural que contribui e fornece ferramentas para o proletariado lutar por sua autoemancipação e emancipação humana em geral.

Porém, a forma de produção cultural, além do processo de socialização do saber, divulgação de ideias e obras artísticas, etc., está dominada pelo processo de burocratização e mercantilização. Isso, somado às formas de censura, as dificuldades de produção e divulgação por parte do bloco revolucionário, os limites financeiros dos grupos e indivíduos, entre outras determinações, faz com que a luta cultural do bloco revolucionário fique bastante limitada e, mais ainda, com a influência da hegemonia burguesa, do capital comunicacional e da produção cultural burguesa (tanto do bloco dominante quanto do bloco progressista) sobre os indivíduos que potencialmente seriam do bloco revolucionário, enfraquecendo sua contribuição à luta proletária. Isso é reforçado, ainda, pela divisão no interior do bloco revolucionário.

Assim, a quantidade e qualidade da produção cultural do bloco revolucionário têm uma importância na luta de classes e, mais especialmente, na luta proletária. A constituição de teorias que consigam explicar a sociedade capitalista, a luta de classes, as tendências históricas de transformação social, as estratégias da classe dominante, as ideologias, etc. acabam assumindo importância fundamental por oferecer ferramentas intelectuais para os militantes, jovens, trabalhadores, para combater a hegemonia e mentalidade burguesas, bem como elaborar uma estratégia de classe mais eficaz.

Além da teoria, outro elemento fundamental, que, ao contrário do bloco dominante e do bloco progressista, há dificuldade em constituir, é uma estratégia de classe. Nesse caso, a estratégia de classe precisa justamente superar os elementos que são os seus próprios entraves. Esse é o caso da desarticulação do conjunto de grupos, organizações, indivíduos, etc. que compõem o bloco revolucionário. Enquanto a classe dominante coordena o bloco dominante através do aparato estatal e o bloco reformista tem partidos estruturados e altamente burocratizados para coordenar sua estratégia de classe, o bloco revolucionário não só se defronta com as dificuldades impostas pela sua não mercantilização e burocratização organizacional. Além disso, existem as dificuldades oriundas das características de sua base social associadas à mentalidade e hegemonia burguesas, ainda encontra dificuldade em encontrar uma capacidade organizativa não-burocrática que consiga articular o bloco revolucionário com sua pulverização em uma grande diversidade de pequenos grupos, indivíduos, tendências nos movimentos sociais, etc.

A estratégia do bloco revolucionário, nesse contexto, é a mesma da época de Marx: a união, a associação. A palavra de ordem final do *Manifesto Comunista*, “proletários de todo o mundo, uni-vos” tem um significado mais profundo do que geralmente se imagina. A livre associação dos produtores, o comunismo ou autogestão social, pressupõe a associação. Num primeiro momento, essa associação é de combate, e nesse combate tende a se tornar autogestão que se generaliza em toda a sociedade. Esse processo, obviamente, pressupõe desenvolvimento organizacional e cultural. Na luta direta do proletariado e na luta do bloco revolucionário, estes elementos vão se formando e permitindo a superação da divisão e do divisionismo que é desenvolvido pelo bloco dominante. A estratégia do proletariado é, então, articular luta direta e luta cultural, do conjunto das classes desprivilegiadas e do bloco revolucionário, no sentido de se gerar uma política proletária, autônoma e independente¹³, como passo para conseguir gerar as formas de auto-organização e autoformação fortes o suficiente para destruir o capital e o aparato estatal e instaurar a autogestão social.

O bloco revolucionário também não é homogêneo e é perpassado, como os demais, por divisões internas. Podemos distinguir, no seu interior, duas alas (que, como nos demais casos, podem ser subdivididos), a semiproletária e a proletária¹⁴. A ala semiproletária é composta pela mesma base social que a ala proletária. A distinção entre ambas ocorre no plano da consciência e da organização. A ala semiproletária possui uma formação política e intelectual na maioria dos casos incipiente, caindo muitas vezes no ecletismo, no dogmatismo doutrinário, na recusa da teoria, entre outras possibilidades. Por isso a hegemonia proletária no seu interior é parcial. No plano organizacional também é incipiente, pois muitos caem no individualismo, apesar de outros formarem grupos de jovens ou grupos políticos. Ela pode ser subdividida entre os rebeldes, sendo que alguns ficam na fronteira com o bloco progressista (e os indivíduos, concretamente, passam de um bloco para outro ou são ambíguos), compondo aqueles que Fromm (2014)

¹³ O que significa uma política de classe e expressando os interesses de classe do proletariado (articulado com interesses de outras classes desprivilegiadas, grupos sociais, etc.) sob forma autônoma e independente do aparato estatal, governos, partidos, ou seja, toda e qualquer forma de burocracia e como classe em sua totalidade e a partir dos seus interesses coletivos e fundamentais.

¹⁴ Os setores contestadores que não estão nessas alas pertencem ao bloco progressista, seja em sua ala moderada ou extremista.

denominou como sendo de “caráter rebelde”¹⁵. Há também os indivíduos e até mesmo grupos mais utópicos e, portanto, com maior capacidade e possibilidade de passar para a ala proletária rompendo com seus limites. Alguns possuem sentimentos que apontam para uma concepção revolucionária, mas alguns obstáculos, incluindo formação intelectual precária ou influência de determinadas concepções (mais ou menos avançadas) que travam o processo de desenvolvimento da consciência revolucionária num sentido autenticamente proletário.

Nessa ala há um setor mais organizado, consciente e estruturado, geralmente ligado ao anarquismo, autonomismo, com maior ou menos resistência à hegemonia burguesa ou burocrática, bem como se livrando disso com maior ou menor rapidez. Esse setor tem a vantagem de um trabalho mais permanente, um maior grau de consciência e organização, embora alguns também frequentemente caiam no dogmatismo e ecletismo. Quando ultrapassam o dogmatismo e a prisão doutrinária que criaram para si mesmos, avançam e podem confluír com a hegemonia proletária.

A ala proletária é aquela que não somente possui uma formação intelectual mais desenvolvida, como geralmente maior capacidade organizativa, desenvolvimento teórico e estratégico, bem como maior permanência histórica. A sua expressão mais desenvolvida é através do marxismo e é ela a força propulsora que gera a confluência que gera a hegemonia proletária. Nesse caso, a estratégia de classe e sua atualização e contextualização é realizada, bem como se constitui um núcleo revolucionário e propulsor e generalizador da hegemonia proletária.

A debilidade do bloco revolucionário diminui com a ascensão das lutas proletárias e ele mesmo tem um papel nesse processo. Quando mais, apesar das condições adversas, dificuldades e obstáculos, se estrutura e avança o bloco revolucionário, mais ele contribui com o desencadeamento dessa ascensão e com sua força ao ser desencadeada. Uma vez que a luta proletária e as lutas sociais em geral avançam, isso reforça a tendência e possibilidade do bloco revolucionário se fortalecer e reforçar essa mesma luta. A formação teórica, capacidade organizativa e estratégia

¹⁵ Aqui estariam presentes tanto aqueles que Jensen (2015) denominou “ativistas” quanto “rebeldes”, sendo que alguns logo passam para o bloco progressista.

anterior facilita esse processo e por isso, mesmo em épocas de recuo do movimento operário, é necessário avançar, inclusive nos aspectos em que isso tem maior possibilidade de ocorrer, tal como na produção intelectual e, mais especificamente, teórica e estratégica.

Com a ascensão das lutas proletárias, vários setores da ala semiproletária avançam no sentido de superar ilusões, utopismos, influências oriundas da hegemonia burguesa e burocrática, e assim também fortalecem a hegemonia proletária. Nesse momento, a radicalização e o antagonismo na luta de classes também favorece o afastamento desses setores do bloco progressista. Um conjunto de determinações reforça esse processo, tal como o posicionamento de certas pessoas que revelam o que antes estava, para alguns, “oculto”. Nesse momento, indivíduos supostamente “avançados” ou “esquerdistas” assumem posições e defendem ideias que desiludem e abrem a possibilidade da percepção de alguns de que suas concepções em geral nunca foram revolucionárias e estão ligadas a determinados interesses.

Essa tendência geral é ligada a um processo anterior. A luta futura sofre as determinações da luta presente e por isso é fundamental para o bloco revolucionário superar o imediatismo, pois assim pode reforçar e fortalecer a tendência proletária e revolucionária. A maioria das lutas proletárias tende, em momentos não-revolucionários, a não se sedimentar, pois falta memória delas, as novas gerações ou mesmo os processos sequenciais (dias, meses, anos) não avançam a partir de um estágio já adquirido, mas retoma, na maioria dos casos, ao estágio anterior.

O avanço teórico fica restrito a indivíduos ou pequenos grupos ou parcelas do bloco revolucionário. O avanço cultural em geral de uma época se perde na geração seguinte que busca recomeçar do zero e retomando velhos erros já superados pela geração anterior. É o que Pannekoek (2007) colocava a respeito da superação teórica do reformismo que não é acompanhado pela superação real, pois a nova geração de militantes inicia via reformismo por não conhecer tal superação teórica¹⁶. Por isso a sedimentação é fundamental para o movimento operário e bloco revolucionário.

¹⁶ Sem dúvida, essa não é a única determinação do processo, pois existem também os interesses dos novos militantes, pois a classe social dos novos militantes, seus interesses, a força da hegemonia

A sedimentação, apesar de seu papel fundamental, ocorre apenas parcialmente, geralmente com a produção teórica, que muitas vezes existe mas é desconhecida ou deformada/domesticada (como as obras de Marx). Para ocorrer uma sedimentação mais efetiva e menos parcial é necessário o fortalecimento do bloco revolucionário, o que significa não somente sua maior presença na luta de classes através da produção cultural (teórica, artística, propagandística, etc.) e nas lutas sociais, mas também na ampliação quantitativa e resolução das contradições, ambiguidades e limites de sua ala semiproletária.

Aqui nós temos um novo problema, que é a relação entre as duas alas do bloco revolucionário. A ala proletária, inclusive por sua maior radicalidade, é geralmente menos popular e numerosa que a ala semiproletária (em suas diversas manifestações). No entanto, o problema a se resolver é como a ala proletária se relaciona com a semiproletária. Uma forma é através da aliança, ou seja, da ação conjunta, busca de unificação, condescendência, etc. A outra é através do embate e da crítica.

A primeira tem a vantagem de criar aproximação e facilitar a unificação. No entanto, para fazer isso seria necessário certas concessões e isso poderia não só gerar perda de radicalidade do bloco revolucionário como também o seu próprio enfraquecimento, já que a presença da hegemonia burguesa ou burocrática na ala semiproletária (incluindo sua capitulação aos modismos, ecletismo, ativismo, etc.), entre diversos outros problemas, acabariam atingindo o bloco revolucionário, pois muitos indivíduos no interior desse não teria uma percepção mais clara desse processo e acabaria sofrendo influência da ala semiproletária. Isso é mais grave ainda quando setores dessa ala começam a regredir ainda mais.

A segunda tem a vantagem de, ao fazer a crítica e entrar no embate, trazer elementos de consciência e assim gerar processos de autocrítica e avanço no interior da ala semiproletária. Isso, no entanto, teria um possível efeito de maior isolamento da ala proletária devido ao afastamento da ala semiproletária. Contudo, o fortalecimento de uma luta que perde o seu caráter revolucionário é contraditório e trágico e por isso o

dominante, entre outros aspectos, também influenciam, embora na época em que Pannekoek escreveu isso, auge da popularidade e inserção nos meios operários da social-democracia (com suas diversas tendências), esses aspectos tinham menos impacto.

combate é a forma mais adequada, a não ser em casos específicos e concretos em que haja uma real possibilidade de avanço da ala semiproletária ou setores dela.

Blocos Sociais:

Oposição e Antagonismo na Dinâmica da luta de Classes

A luta de classes ocorre na vida cotidiana, no local de trabalho, locais de estudos, moradia, cultura, instituições. Contudo, sob a forma consciente no sentido de uma consciência de classe, ela se manifesta no âmbito dos blocos sociais, a não ser em épocas de ascensão das lutas sociais. Os blocos sociais são expressões políticas e culturais das classes sociais, são sua “superestrutura”, para usar a metáfora do edifício. Por isso não deixa de ser curioso que o bloco revolucionário, que expressa a maioria da população, seja o menor e mais frágil deles, às vezes quase inexistente. A razão disso já foi explicada anteriormente: as condições de vida das classes sociais que tendem a gerá-lo e a hegemonia e mentalidade burguesas, além dos seus mecanismos de reprodução (aparato estatal, capital comunicacional, etc.).

O bloco revolucionário tem até potencialidade para avançar mais do que geralmente o faz, mas isso depende de certas determinações, como, por exemplo, uma compreensão mais ampla e profunda da realidade social, pois sem isso, se cede fácil ao encanto das ideologias da moda, da rebeldia inconsequente, do capital comunicacional, das necessidades imediatas e reformismo, entre milhares de outros elementos que poderiam ser citados. A força descomunal do bloco dominante constitui esses elementos e mostra sua capacidade de manter as classes desprivilegiadas submetidas ao mundo asfixiante da cultura capitalista e, por conseguinte, enfraquecer o bloco revolucionário, sendo um reflexo da fraqueza de tais classes. O antagonismo¹⁷ entre bloco revolucionário e bloco dominante é outra determinação nesse processo, pois o primeiro vem para combater a mentalidade e hegemonia burguesas, mas também suas supostas “dissidências”, a hegemonia burocrática e as forças progressistas e reformistas, incluindo

¹⁷ Esse antagonismo é de classe e se manifesta em lutas sociais, que, embora muitas vezes possa repercutir em casos individuais, não se trata de ataque a indivíduos. Logo, o antagonismo de classe não é pretexto para ataques individuais despropositados ou pretexto para pessoas com desequilíbrios psíquicos, problemas pessoais ou enraivecidos atacar pessoas.

sua ala extremista. A radicalidade desse antagonismo acaba enfraquecendo o bloco revolucionário, pois aí ele aparece como “utópico”, irreal. Ou se aceita a sociedade como é, se aliando ao bloco dominante (e, caso queira alguma mudança pontual, detalhes, quem governa, tem a outra ala do mesmo para escolher no “livre jogo democrático”), ou se busca transformá-lo, de forma realista, aliando-se ao bloco progressista e buscando reformas e melhorias democraticamente ou, então, ainda tem sua ala extremista na qual pode ser mais “radical” e querer a estatização e tomada do poder estatal via luta armada. Nesse caso, “todo caminho leva a Roma”.

Por conseguinte, é inevitável que o bloco revolucionário seja marginal e seja a terceira força política. Assim, além de torcer pela ascensão das lutas sociais e especialmente as lutas proletárias, o que tende a ocorrer com o passar do tempo, inclusive reforçado pelas divisões internas do bloco dominante e pelas crises cíclicas do capitalismo, é preciso que o bloco revolucionário faça algo mais. Esse “algo mais” significa constituir um aprofundamento teórico para uma compreensão mais ampla e profunda da realidade social, a crítica das ideologias e imaginários, a superação teórica da hegemonia burguesa e mentalidade dominante, análise dos processos contrarrevolucionários e do projeto alternativo de sociedade.

Esse é um elemento possível, embora difícil e que não é suficiente. Ele pode sedimentar a luta cultural, elemento estratégico e fundamental. Mas precisa dar o segundo passo: socializar essa saber produzido, espalhar esses elementos de consciência pela sociedade, atingir as classes desprivilegiadas. Os meios para se conseguir isso são os mais variados: propaganda generalizada (desde os antigos panfletos, passando por jornais, usos da internet, etc.), mecanismos de divulgação diversos, encontros, intervenções localizadas, etc. Esse é um processo que pode contribuir com a sedimentação da luta, ou seja, garantir a conservação do que se conquistou e ampliar cada vez mais, servindo de ponto de apoio para lutas futuras.

Um terceiro elemento para o processo de sedimentação do bloco revolucionário é organizacional. É necessário constituir organizações não-burocráticas que avancem no processo de luta e intervenção, bem como gerando espaço próprio de sedimentação e avanço da luta. Sem dúvida, se, ao invés de dez, existirem cem organizações, isso significa um avanço da luta. É, no entanto, um avanço parcial, se tais organizações forem

desarticuladas, se não tiverem formulação teórica e estratégica, pois as divisões, discordâncias, perda de capacidade mobilizadora e organizadora, de intervenção, graças aos “rachas”, disputas internas, desunião, serão constantes. A unificação do bloco revolucionário é fundamental para que ele consiga ser uma expressão mais eficaz do proletariado e contribua mais efetivamente com sua luta.

O quarto elemento é derivado deste e é justamente a intervenção e capacidade de mobilização junto à população, bem como criar uma corrente de opinião que se contraponha à que é predominante, além de estar intimamente relacionada com a socialização do saber. Este quarto elemento, no entanto, depende dos anteriores.

E todos esses elementos dependem da base social do bloco revolucionário, com os problemas já aludidos anteriormente. Por isso se torna fundamental o processo de organização e articulação do conjunto das organizações que seria fundamental para a sedimentação¹⁸ da luta do bloco revolucionário e do proletariado. A sedimentação da luta do bloco revolucionário tem um efeito na luta de classes que não é desprezível e pode ser fundamental quando eclodir crises e processos revolucionários. A sedimentação anterior permite melhores condições de luta, mais setores organizados e conscientes, ações mais estratégicas, menos divisões e maior capacidade de intervenção social e colaboração com a luta proletária.

O bloco dominante realiza um combate permanente ao bloco revolucionário, mas apenas nos momentos de crises, ascensão das lutas sociais, radicalização do movimento operário, possibilidade ou desencadeamento de um momento revolucionário, é que se pode se tornar um foco. Antes disso ou da possibilidade real disso acontecer, o bloco dominante apenas utiliza sua ação cotidiana e permanente de manter o domínio da mentalidade e hegemonias burguesas e formas de corrupção e cooptação de indivíduos, grupos, setores de movimentos sociais, etc. Outra ação comum é a criação de polarização entre as alas do bloco dominante ou então entre este e o bloco reformista (apesar de

¹⁸ A sedimentação significa, simultaneamente, preservar o sedimento conquistado (uma obra teórica, a memória de uma luta proletária importante, o avanço estratégico ou organizativo, etc.) e/ou ampliá-lo, ou seja, significa a preservação de uma conquista e/ou sua ampliação que é ponto de partida para outra conquista e ampliação ainda maior. Um dos maiores obstáculos do movimento operário e bloco revolucionário é justamente a dificuldade de sedimentação da luta, que geralmente deve recomeçar novamente, praticamente do zero, a cada nova geração.

alguns integrantes da classe dominante temerem estes, não só por uma percepção equivocada da sua posição política, ilusoriamente tida como “revolucionária” – o que tem um momento de verdade no sentido de que a ala extremista pode conter grupos e indivíduos insurrecionalistas, que visam tomar o poder estatal via luta armada – mas por interesses mais específicos e contrários a processos de estabilização e determinadas políticas específicas).

O bloco dominante, quando sua hegemonia é muito forte e sem grandes riscos, pode se dar ao luxo de gerar uma polarização entre as suas duas alas sob forma quase permanente. É o caso dos Estados Unidos, país no qual o bloco progressista é diminuto e o bloco revolucionário mais ainda, o que permite o revezamento no poder de democratas e republicanos, mudando de ala governista a opositora com relativa facilidade. Também em momentos de crises ou acirramentos de conflito, a polarização entre as duas alas do bloco dominante pode ocorrer para desviar ou enfraquecer os demais blocos jogando a população numa disputa estéril, apesar do risco que isso gera. O risco é que a polarização pode gerar envolvimento da população que, em certo momento, pode ultrapassar as duas alas em oposição. Esse é o caso brasileiro desde 2014, depois das manifestações de 2013 e risco do bloco revolucionário se fortalecer, o que ficou mais provável pelo fato da ala governista ser ex-integrante do bloco progressista e este estar desacreditada e enfraquecida. Essa polarização visa desviar as classes desprivilegiadas de uma aproximação com o bloco revolucionário e assim a ala governista, devido seu passado e seu neopopulismo neoliberal, aparecer como “esquerda” ou “comunista”, o que é alardeado pela ala extremista do bloco dominante, coadjuvante que cumpre um papel de força nessa polarização.

O bloco progressista, em alguns países, consegue um certo lugar de destaque e muitas vezes, com sua ala moderada (e mais moderada do que a de outros lugares), geralmente consegue polarizar com o bloco dominante. A disputa eleitoral é realizada e em certos contextos históricos, como durante o regime de acumulação conjugado, ele pode se tornar governo e passar do bloco reformista para o dominante, como foi comum no caso europeu. O bloco progressista faz uma política dúbia, tentando agradar a gregos capitalistas e troianos proletários. Assim, precisa combater o bloco revolucionário com força, em alguns momentos é seu alvo principal, pois é seu principal adversário no interior

da população, já que tem uma parte cativa que apoia o bloco dominante (ou uma de suas alas) e outra que tende a apoiar o bloco progressista. Mas tem uma parte da população mais oscilante e outra mais radicalizada e os votos e apoio perdidos aí podem ser decisivos e daí o combate ao bloco revolucionário ser fundamental.

O bloco revolucionário, por estar ligado ao projeto de transformação social radical e total das relações sociais, então combate ambos os blocos, não no plano da política-institucional, que é o campo deles, a não ser quando propõe abstenção ou voto nulo, e sim a hegemonia burguesa ou burocrática, suas ideologias, suas organizações, através da crítica e da luta no conjunto das relações sociais onde consegue efetivar isso. Sem dúvida, a ala semiproletária do bloco revolucionário, por suas deficiências próprias, especialmente no plano da consciência (falta de teoria, estratégia, compreensão mais profunda do bolchevismo), mas também seu voluntarismo e ativismo, lhe permite unir com setores do bloco progressista, por seu suposto papel de mobilização social (especialmente sua ala extremista, embora até mesmo com as alas moderadas). Essa é outra dificuldade do bloco revolucionário, pois quando setores dessa ala realizam tal prática, acabam fortalecendo, legitimando e reforçando um setor do bloco progressista e tudo que ele significa (burocracia, especialmente). Para conquistar migalhas para os trabalhadores ou para conseguir apoio popular, popularidade, “inserção social”, acabam reforçando ilusões e os adversários do projeto autogestionário.

O problema é que a base social deles nem sempre os acompanha e isso é mais grave no caso do bloco revolucionário, justamente o que tem a quantidade a seu favor e que é sua maior força, mas devido aos seus problemas internos e a situação concreta do proletariado e classes desprivilegiadas, é mais difícil de conquistar. O bloco dominante também tem essa dificuldade, mas em grau muito menor e quando os seus interesses são ameaçados, tende a se unificar em torno da ala que poderá apresentar a resolução do problema, mesmo que seja a sua ala extremista ou até mesmo apelo ao bloco progressista para resolver as crises e conter a luta proletária. A estratégia da classe dominante de apelar para a social-democracia e, caso essa falhe, para o fascismo, nazismo, etc., é apenas um exemplo da capacidade de unificação (que nunca é total) do bloco dominante em torno daqueles que, normalmente, não faria.

O bloco progressista também se divide e tem a mesma dificuldade, mas devido sua composição social, tendo como forças diretivas classes auxiliares da burguesia, precisa do apoio popular e tem, muitas vezes, dificuldade em conseguir isso e as classes que lhe dão sustentação nem sempre lhe apoia efetivamente. Isso ocorre com setores da burocracia que preferem, por seus interesses de fração de classe, a subordinação privilegiada à classe dominante, aliando-se ao bloco dominante e setores da classe intelectual, sendo que uma pequena parte dessa ainda se alia ao bloco revolucionário, enquanto que a maioria se alia ao bloco dominante. A sua unificação raramente acontece, sendo que isso só é possível quando se aquartela no poder estatal, unificando a maioria em torno de sua ala moderada, excluindo a ala extremista (a parte que não se converte em moderado para usufruir as benesses do poder) ou então quando sua ala extremista toma o poder estatal e unifica pela absorção e repressão dos poucos dissidentes, geralmente da classe intelectual ou burocracia inferior que quer ascender ao escalão superior.

Essa é uma breve síntese do processo de confronto entre os blocos sociais e como são derivados das lutas de classes, pois, no fundo, eles estão expressando as classes e seus interesses. Uma síntese incompleta e muito distante do esgotamento das questões envolvidas, algumas apenas mencionadas.

Considerações finais

Os blocos sociais são reais, existem efetivamente, e são fundamentais para analisar as conjunturas políticas, as divisões e subdivisões das classes sociais, explicar fenômenos que aparentemente a luta de classes não explicaria (por ser uma emanção transformada delas por outras múltiplas determinações), etc. Ela ganha importância, especialmente no caso da análise das lutas de classes no plano histórico-concreto e também na contemporaneidade, no qual é possível perceber, simultaneamente, as divisões entre as classes, o caráter de classe de suas posições, bem como as formas ilusórias como esses blocos sociais aparecem para a consciência da população e até mesmo setores dos movimentos sociais e grupos políticos.

Nesse sentido, a análise dos blocos sociais ajuda a superar a intransparência capitalista, especialmente no plano político, ao revelar a luta de classes por detrás das forças políticas, suas divisões e subdivisões. Esse processo analítico deve ser aprofundado para poder fornecer mais ferramentas analíticas e, ao mesmo tempo, ser utilizado para analisar casos históricos concretos, pois ganha concreticidade e mostra seu poder explicativo¹⁹.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. In: BADIOU, Alan e ALTHUSSER, Louis. *Materialismo Histórico e Materialismo Dialético*. 2ª edição, São Paulo: Global, 1986.
- BARROT, Jean. O Renegado Kautsky e o seu Discípulo Lênin. *Revista Marxismo e Autogestão*, Vol. 01, num. 01, jan./jul. de 2014.
- BERNSTEIN, Eduard. *O Socialismo Evolucionário*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- FROMM, Erich. O Caráter Revolucionário. *Revista Marxismo e Autogestão*, Vol. 01, num. 02, jan./jun. de 2015.
- JENSEN, Karl. Os Limites do Autonomismo. *Revista Marxismo e Autogestão*, Vol. 01, num. 01, jan./jun. de 2014.
- JENSEN, Karl. Reflexões Sobre a Militância Política. *Revista Marxismo e Autogestão*, Vol. 02, num. 04, jul./dez. de 2015b.
- KAUTSKY, Karl. *Ética y Concepción Materialista de la Historia*. Córdoba: Cuadernos Pasado y Presente, 1975.
- KORSCH, Karl. *Karl Marx*. Barcelona: Ariel, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *A Reprodução das Relações de Produção*. Goiânia: Edições Redelp, 2016.
- LEFEBVRE, Henri. *Introdução à Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- LÊNIN, W. Infantilismo de Esquerda e Mentalidade Pequeno-Burguesa. In: *Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988a.
- LÊNIN, W. Reunião do CEC de toda a Rússia. In: *Estado, Ditadura do Proletariado e Poder Soviético*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988b.
- LINDGREN, Henry Clay. *Ansiedade: A Doença do Século*. São Paulo: Globo, 1965.

¹⁹ Um exemplo de análise desse tipo pode ser visto no artigo *A Luta de Classes no Brasil (2013-2015)* (VIANA, 2015f).

- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. 8ª edição, São Paulo, Hucitec, 1991.
- MARX, K. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. 2ª Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. 2ª edição, São Paulo: Global, 1986a.
- MARX, Karl. *O Capital*. 5 vols. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas A Kugelmann*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986b.
- PANNEKOEK, Anton. *Las Divergências Tácticas em el Movimiento Obrero*. Madrid, Ediciones Espartaco Internacional, 2007.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- TARDIEU, Serge. Crítica ao Especificismo. *Revista Marxismo e Autogestão*, Vol. 02, num. 03, jan./jun. de 2015.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético. 2ª edição, Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.
- VIANA, Nildo. A Luta de Classes no Brasil (2013-2015). *Revista Espaço Livre*, 2015f.
- VIANA, Nildo. *As Esferas Sociais*. A Constituição Capitalista da Divisão do Trabalho Intelectual. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015e.
- VIANA, Nildo. *Estado, Democracia e Cidadania*. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo. 2ª edição, Rio de Janeiro: Rizoma, 2015d.
- VIANA, Nildo. Hegemonia e Luta Cultural. *Revista Sociologia em Rede*. Vol. 05, num. 05, 2015c.
- VIANA, Nildo. Introdução à Crítica da Ideologia Gramsciana. *Revista Marxismo e Autogestão*, Vol. 02, num. 03, jan./jun. de 2015b.
- VIANA, Nildo. *Juventude e Sociedade*. Ensaio sobre a Condição Juvenil. São Paulo: Giostri, 2015a.
- VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. São Paulo: Ideias e Letras, 2009.
- VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos?* Goiânia: Edições Germinal, 2003.
- VIANA, Nildo. *Os Movimentos Sociais*. Curitiba: Prismas, 2016.
- VIANA, Nildo. *Universo Psíquico e Reprodução do Capital*. Ensaio Freudo-Marxistas. São Paulo: Escuta, 2008.

OBSERVAÇÕES AO TEXTO “A GUERRA CIVIL NA FRANÇA: MARX ANTIESTATISTA?” DE FELIPE CORRÊA

Lucas Maia *

Introdução

A obra de Marx é preta de inúmeras interpretações. Se há um pensador que durante o século XX recebeu muita tinta das mais variadas cores, este é, sem dúvida, Karl Marx. Devido à profundidade e erudição de suas obras, mas sobretudo devido seu explícito engajamento político e a influência que exerceu e ainda exerce em diversas áreas do conhecimento, há inúmeras leituras, às vezes antagônicas, de seu pensamento.

A determinação fundamental para o processo interpretativo é a perspectiva de classe. Não há nenhuma produção científica/teórica que seja neutra. Também o processo de leitura e de interpretação não é destituído de interesses, expressando os valores, as concepções e mentalidade de quem interpreta. A produção teórica de Marx é expressão clara disto. Todo o material teórico-político por ele elaborado tem em vista uma perspectiva. Esta perspectiva de classe expressa por Marx é a do proletariado²⁰. Isto quer dizer que ele analisa as ideias e os processos sociais tomando “partido”, ou seja, partindo do ponto de vista dos interesses históricos, revolucionários da classe operária. Também a interpretação do texto está perpassada por isto. Um indivíduo que parta do ponto de vista capitalista chegará a conclusões diferentes de um que parta da perspectiva proletária (MAIA, 2012).

Contudo, para além desta determinação fundamental, existem outras, que explicam, por exemplo, como dentro de uma mesma perspectiva de classe, pode-se ler de modo diferente uma determinada obra. As concepções políticas e teóricas do analista, a complexidade da obra, a formação intelectual do analista etc. são todos elementos que

* Militante do Movimento Autogestionário. Autor dos livros *Comunismo de Conselhos e Autogestão Social, As Classes Sociais em O Capital, Nem Partidos, Nem Sindicatos: a Reemergência das Lutas Autônomas no Brasil* etc. Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Aparecida de Goiânia.

²⁰ Para uma discussão sobre o conceito de perspectiva de classe, cf. Lukács (2003) e Viana (2007).

estão diretamente vinculados ao processo de interpretação e análise de uma dada obra ou autor em sua totalidade.

É tendo em vista este espectro de elementos que avaliamos o texto de Felipe Corrêa: *A Guerra Civil na França: Marx Antiestatista?*. O autor visa em seu artigo apresentar mais uma interpretação ao texto de Marx. A obra escolhida por ele é *A Guerra Civil na França*. Este livro é uma recolha dos comunicados redigidos por Marx que a Associação Internacional dos Trabalhadores publicou a respeito da Guerra Franco-Prussiana, que culminou com o evento histórico da Comuna de Paris de 1871. O livro de Marx se constitui de três comunicados, sendo o terceiro o que tem maior importância para nossa discussão, pois é o texto no qual Marx discute a Comuna de Paris e é, por isto, o analisado por Felipe Corrêa. É neste comunicado que Marx analisa a experiência do proletariado revolucionário de Paris, debatendo as condições históricas que conduziram àquela revolução, as características sociais novas que a Comuna trouxe, bem como o banho de sangue que o governo francês promoveu, assassinando milhares de trabalhadores em poucas semanas de repressão, dando fim à primeira experiência revolucionária, autônoma e independente da classe operária.

Qual é, pois, a análise desenvolvida por Corrêa acerca do texto de Marx?

A construção do problema

Não se pode acusar o autor do texto de desconhecimento da obra de Marx e do marxismo subsequente. A querela marxismo versus anarquismo ao longo da história das lutas sociais do século XX é recheada de confusões. Não é o caso aqui de retomar os pontos de discórdia, bem como os inúmeros erros de interpretação de um e outro lado. Geralmente, quando os anarquistas atacam as teses marxistas, tem em mente o bolchevismo e a socialdemocracia. Analisam o texto de Marx tendo por lente interpretativa as proposições destas duas correntes. Um exemplo disto é o livrinho *Os Anarquistas Julgam Marx* (COELHO, 1986). Poderia estender a lista, mas não é este o tema que nos ocupa agora.

Felipe Corrêa não reproduz os erros comuns de interpretação. Demonstra um conhecimento seguro do pensamento de Marx. O tema de que se ocupa no artigo é o

“estatismo” de Marx. Define estatismo como sendo: “(...) a sustentação teórico-estratégica da necessidade de conquista do Estado para o estabelecimento de uma sociedade comunista, em que o capitalismo e as classes sociais não mais existiriam” (CORRÊA, 2013, p. 215). O que ele está definindo por estatismo está muito bem delimitado. Trata-se do processo de conquista do poder estatal durante o processo revolucionário. Seria estatista, então, toda estratégia política que tenha como horizonte a conquista da instituição estatal, seja pela via eleitoral ou golpe de estado.

Como bem lembra Corrêa, a análise de Marx acerca da instituição estatal é por demais crítica. Felipe Corrêa cita alguns textos de Marx nos quais tais críticas são efetivamente levadas a cabo pelo autor de *O Capital*. Desde os escritos da juventude de Marx, como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, até os escritos mais desenvolvidos como *O Manifesto Comunista*, *A Ideologia Alemã* e também *O Capital* são citados por Felipe Corrêa como análises críticas da instituição estatal. O que ele quer demonstrar com isto é que Marx não defendia, em hipótese alguma, o atual estado moderno, o atual estado capitalista.

Embora neste ponto ele não aprofunde muito, lembra-nos também que para Marx o comunismo significa uma sociedade sem classes e sem estado. Não é da pena de Marx que surge a tese de que exista um estado socialista ou comunista. Para Marx, portanto, o estabelecimento da sociedade comunista significa a abolição da divisão social do trabalho, portanto, da divisão entre economia e política, entre sociedade civil e estado, por que tanto o estado quanto a sociedade civil são abolidas. A nova sociedade, o comunismo, significa, deste modo, a inexistência da política como atividade humana específica, fruto da divisão social do trabalho.

Assim, conclui Corrêa, que no pensamento de Karl Marx, há a compreensão de que o estado capitalista serve aos interesses da classe burguesa e, portanto, deve ser combatido e que com a derrocada do modo capitalista de produção, com a emergência de uma nova sociedade, o estado não mais terá lugar.

Também traz para discussão três correntes do marxismo subsequente a Marx: o bolchevismo, a socialdemocracia e o comunismo de conselhos. Sem entrar em detalhes

acerca destas correntes²¹, acerta ao dizer que as duas primeiras defendiam a conquista do poder estatal pelo proletariado a fim de efetivar a revolução (estratégia estatista, segundo expressão de Corrêa), enquanto a terceira defendia a generalização dos conselhos operários e a destruição imediata do estado já durante o processo revolucionário (tese antiestatista).

É sabido que no *Manifesto Comunista* escrito por Marx e Engels em fins de 1847 e publicado em 1848, na Seção II, a Liga dos Comunistas recomenda à classe operária que tomasse em suas mãos algumas funções do estado e o colocasse para funcionar segundo seus interesses. Segundo a definição apresentada por Corrêa, esta é uma estratégia estatista.

O problema, para ele, não está em reconhecer isto, fato que qualquer iniciante ao estudo do marxismo compreende rapidamente. O problema para ele está que alguns autores defendem que depois da experiência da Comuna de Paris de 1871, Marx teria mudado de opinião, e teria deixado de ser estatista. Depois da Comuna de Paris, Marx realmente reviu seus pontos de vista com relação ao que havia afirmado juntamente com Engels quando da publicação do *Manifesto Comunista*? Um conjunto de autores citados por Corrêa defende tal tese: Alain Guillerme & Yvon Bourdet com seu livro *Autogestão: uma mudança radical*; Nildo Viana e seu artigo sobre *Karl Marx e a essência autogestionária da Comuna*; Daniel Guérin e seu *Por um marxismo libertário*. Também o reconhecido biógrafo de Marx, Franz Mehring, afirma a mesma coisa. Poderíamos estender aqui a lista de autores que comentam a obra de Marx que também defendem esta mesma tese, contudo, ficaremos somente nos indicados por Felipe Corrêa.

Diante dos elementos colocados, o que Corrêa indaga é: “Qual é o lugar que o Estado ocupa na teoria da revolução e na estratégia política marxiana? Possui a conquista do Estado presença incontornável nesse esquema teórico-estratégico?” (CORRÊA, 2013, p. 215). Após reconhecer que há diferenças de respostas na socialdemocracia, no bolchevismo e nos autores que compuseram o comunismo de conselhos; depois de certificar-se que no *Manifesto Comunista* Marx defendia uma estratégia “estatista” e de lembrar que vários autores afirmam que após a Comuna de Paris, Marx muda de posição,

²¹ Para tanto, cf. (MAIA, 2010) entre outros.

ele se debruça a estudar o texto *A Guerra Civil na França* de Karl Marx, documento no qual o autor alemão faz afirmações contrárias ao que tinha feito até então no *Manifesto Comunista*.

Constata em algumas citações de *A Guerra Civil na França* nas quais Marx afirma textualmente que a classe operária não deve ter como norte político de ação a conquista do poder de estado; analisa o prefácio de 1872 do *Manifesto Comunista*, no qual Marx e Engels dizem textualmente que a Seção II do Manifesto está ultrapassada depois dos acontecimentos da Comuna e que deve ser revisto; cita uma carta de Marx a Kugelmann na qual Marx diz que a revolução consiste na destruição do poder de estado. Após tais constatações, nosso anarquista indaga a respeito da obra *A Guerra Civil na França*: “Essa obra possui elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política? Em caso positivo, possuiriam esses elementos uma base antiestatista?” (CORRÊA, 2013, p. 218).

A análise

A resposta positiva a estas questões dizem se Marx, a partir do texto *A Guerra Civil na França*, deixa de ser estatista e passa a ser antiestatista, para utilizar aqui os termos de Felipe Corrêa. Em caso de uma resposta negativa, há que se reconhecer que todos os autores que querem encontrar em Marx pós-Comuna de Paris, um pensador que defendia o fim do estado desde o principio da revolução, enganaram-se redondamente.

Após citar a famosa frase de *A Guerra Civil na França*: “Mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins” (MARX, s/d, p. 78), apresenta a seguinte tese:

Entretanto, esse trecho de Marx é recorrentemente citado para embasar a afirmação que ele teria modificado os fundamentos de sua compreensão do Estado e, respectivamente, de sua teoria da revolução e sua estratégia política. Deve-se apontar que esse trecho pode ser interpretado de duas maneiras diferentes: Marx refere-se à compreensão do Estado dos *communards*; Marx refere-se à sua própria compreensão do Estado (CORRÊA, 2013, p. 221).

Embora ele não diga por que este trecho deva ser interpretado destas duas maneiras, trata-se de um interessante estratagema. Marx realmente defende o que disse ou simplesmente descreve um processo histórico? Após retomar a concepção de Marx no

Manifesto e em *A Ideologia Alemã*, na qual se expressa que o estado capitalista é um despotismo de classe, temos o acréscimo de uma nova conclusão, por conta do movimento real da classe operária em luta na Comuna de Paris. Independente disso, o estado aqui continua a ser um instrumento despótico da classe burguesa. Assim, caso Marx tivesse defendido tal concepção, teria assumido as concepções do anarquismo.

Contudo,

Parece um exagero, entretanto, considerar que Marx, com base nesse trecho dúbio, tenha aderido às posições anarquistas ou mesmo realizado uma mudança radical em sua compreensão do Estado. Não se pode distinguir, com segurança, se nesse trecho Marx afirma a posição histórica dos *communards* ou a sua própria (CORRÊA, 2013, p. 222).

Não sei por que razão afirma que o texto de Marx citado mais acima seja um “trecho dúbio”, pois é muito cristalino. A proposição de Marx é direta: a classe operária não pode limitar-se a se apossar da máquina estatal e colocá-la pra funcionar de acordo com seus próprios interesses. Não há dubiedade em tal afirmação. Contudo, Corrêa já começa a apresentar as conclusões a que sempre quis chegar desde o início do texto.

Mas afinal, Marx realmente defende o que afirmou em *A Guerra Civil na França* ou ele simplesmente descreveu o que se passava diante de seus olhos? Sigamos ainda no texto de Felipe Corrêa.

Peço licença para fazer uma extensa citação, mas é melhor que o próprio Felipe Corrêa expresse aqui suas posições do que eu resumi-las ao leitor:

O mesmo problema aparece em outros trechos, que também permitem interpretações distintas. Quando Marx (...) afirma que “a Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França”, que o “velho governo centralizado teria de dar lugar (...) ao autogoverno dos produtores”, e que “estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política”, ele parece, inclusive pelos termos originais em inglês, estar relatando a história da Comuna e a influência que ela tinha ou poderia ter entre outros trabalhadores. Também *não parece evidente* que Marx esteja aqui recomendando aos trabalhadores franceses e de outras localidades a estratégia de transformação revolucionária adotada pelos *communards*. Isso também *parece estar evidente* em dois outros trechos, em que Marx (...) enfatiza que a Comuna foi “essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, forma política finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho” e que ela “havia, pois, de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de

classe”, especialmente se levados em conta os termos originais em inglês (CORRÊA, 2013, p. 222/223) (grifos meus).

O que está verdadeiramente em discussão, portanto, é se as afirmações de Marx são realmente expressão de suas concepções políticas ou se correspondem a uma mera descrição dos eventos e das práticas efetivadas na Comuna. O que a análise de Corrêa indica é que, na verdade, Marx estava mais era descrevendo e analisando a Comuna do que propriamente expressando seus pontos de vista políticos.

Como provar isto? Fácil. Felipe Corrêa analisa o texto no original em inglês e chega a interessantes conclusões.

Vejamos a primeira citação: “a Comuna de Paris havia obviamente de servir de modelo a todos os grandes centros industriais da França”. Em inglês: “The Paris Commune was, of course, to serve as a model to all the great industrial centers of France”. Se Marx realmente tivesse recomendando o modelo da Comuna de Paris para outros lugares, ao invés de usar “to serve as a model”, tinha que ter usado “has to serve as a model”, “should serve as a model”, “must serve as a model” etc. Ou seja, ao invés de Marx dizer que a comuna “havia obviamente de servir como modelo”, ele deveria ter dito que a comuna “tem/deve servir como modelo”. Realmente, esta foi uma falha imperdoável de Karl Marx.

Mas continuemos, um por um, os grandes problemas linguísticos de Marx na redação de *A Guerra Civil na França*. No trecho seguinte, Marx afirma: o “velho governo centralizado teria de dar lugar (...) ao autogoverno dos produtores. Em Inglês: “The old centralized government would in the provinces, too, have to give way to the self-government of the producers” (grifos no original). Ao invés de Marx ter utilizado “would”, deveria ter utilizado “should” e em vez de ter dito “have to give way”, deveria ter utilizado “should give way” ou “must give way”. A razão óbvia de Marx ter utilizado esta ou aquela palavra, Corrêa não o demonstra, mas afirma que a partir disto é possível perceber que Marx não prescrevia a Comuna de Paris como uma forma de governo para outros lugares; restringia-se, isto sim, a descrever um fenômeno histórico concreto, que ocorria na cidade de Paris. Onde está a radical diferença entre uma e outra expressão, efetivamente ainda não está demonstrado.

Continuando ainda a análise, Marx afirma: “estabeleceu-se claramente que a Comuna havia de ser a forma política (...)”. Em inglês: “It states clearly that the Commune was to be the political form” (grifos no original). Segundo Corrêa, para Marx prescrever a Comuna como estratégia política para o proletariado em geral, ao invés de afirmar “was to be”, deveria ter dito “has to be”, “should be” ou “must be”. Ou seja, numa tradução livre, no texto original Marx afirma que a Comuna “era para ser”, “seria” etc. a forma política “inclusive das menores aldeias” (MARX, s/d, p. 81). Contudo, segundo o argumento de Corrêa, ele deveria ter dito que a Comuna “tem que ser”, “deve ser” a forma política dos grandes centros industriais às menores aldeias.

Em outro trecho, Marx afirma que a Comuna foi: “essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, forma política finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho”. Em inglês: “It was [era, foi] essentially a working class government, the product of the struggle of the producing against the appropriating class, the political form at last discovered under which to work out [com a qual se realiza, sob a qual se executa] the economical emancipation of labor.” Com base nisto, segundo Corrêa, fica claro que aqui Marx não prescreveu a Comuna como forma de luta e organização do proletariado em geral, mas sim o descreveu como um fenômeno histórico. Portanto, é uma análise, não uma proposição política.

Por último, Marx afirma que a Comuna: “havia, pois, de servir como uma alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais assenta a existência de classes e, por conseguinte, a dominação de classe”. Em inglês: “The Commune was therefore to serve [havia de servir, era para servir] as a lever for uprooting the economical foundation upon which rests the existence of classes, and therefore of class rule”. Aqui, explicitamente Corrêa diz:

Novamente, se quisesse claramente recomendar esse modelo, Marx teria se expressado de maneira distinta. No primeiro caso [parágrafo anterior], parece evidente que se trata de uma análise do que foi a Comuna e não há evidências de qualquer recomendação de seu modelo aos trabalhadores daquele ou de outros contextos. No segundo caso [este parágrafo], “was to serve” definitivamente não tem o sentido colocado de “has”, “should” ou “must” (CORRÊA, 2013, p. 223) (colchete adicionado).

Ou seja, ao invés de Marx dizer que “haveria de servir”, que “era para servir” etc. para recomendar a Comuna como forma de luta do proletariado, ele tinha que ter dito que a forma comunal “tem” que servir, “deve” servir etc.

Para rematar esta profunda análise “linguística” de *A Guerra Civil na França*, ele compara estas afirmações de Marx com uma passagem do *Manifesto Comunista*, na qual Marx e Engels afirmam que “o proletariado deve primeiramente conquistar o domínio político e erigir-se em classe nacional” (MARX e ENGELS *apud* CORRÊA, 2013, p. 223). O destaque aqui é para o verbo “deve” (“should”). Aqui Marx foi prescritivo e nos textos analisados anteriormente ele foi analítico.

Eis a quintessência, todo o requinte analítico de Felipe Corrêa. Que conclusão se pode chegar após tão lúcida análise?

A conclusão

Lembrando que a pergunta inicial que suscitou todo o debate era se Marx era ou não estatista no texto *A Guerra Civil na França*. Toda uma tradição de autores e o próprio Marx disseram que suas teses do *Manifesto* deveriam ser revistas. Mas aqui Corrêa faz uma interessante descoberta, que nem o próprio Marx sabia que dizia tal coisa, já que em inúmeros momentos ele afirmou que suas posições foram revistas após a Comuna. Assim, a descoberta de Corrêa é realmente surpreendente.

A conclusão dele é:

Compreende-se, pelos elementos analisados, *não haver bases seguras* para afirmar que *A Guerra Civil na França* possua elementos político-doutrinários capazes de subsidiar uma teoria da revolução e uma estratégia política. Sem dúvidas, esse texto possui como foco a análise conjuntural da França daquele momento e o relato histórico da experiência da Comuna de Paris. Também não há dúvidas que Marx o fez tomando partido claro de um dos lados nesse episódio da luta de classes: o dos trabalhadores parisienses insurretos. E não podia ser de outra forma, visto que as mensagens eram assinadas pelo Conselho Geral da Internacional. Ainda assim, *não se considera ser possível* transformar, automaticamente, a análise de Marx acerca daquilo que foi o fenômeno da Comuna de Paris, naquilo que deveria ser uma teoria da revolução ou uma estratégia política recomendada para o movimento internacional dos trabalhadores. Desde um ponto de vista lógico, incorrer nesse procedimento seria o mesmo que considerar fascista um historiador do fascismo; um equívoco metodológico no mínimo grosseiro (CORRÊA, 2013, p. 223) (grifos meus).

Obviamente, um erro grosseiro!

E finaliza dizendo que o texto a *Guerra Civil na França* é tão-somente um escrito histórico, no qual Marx simplesmente analisa o evento da Comuna de Paris. Voilà! Está demonstrado que em *A Guerra Civil na França*, mesmo Marx dizendo que o proletariado não deve se apropriar do poder de estado, Marx continua sendo um estatista, pois *A Guerra Civil na França* é somente um texto histórico, analítico, e não uma prescrição “político-doutrinária”²².

Para complementar sua conclusão, cita uma resolução redigida por Marx, um ano após a Comuna, para o Congresso da AIT, na qual Marx defende a “unificação do proletariado em partido político” e a conquista do “poder político” pela classe operária. Ou seja, passado apenas um ano do evento da Comuna, Marx retoma sua velha tese estatista, a qual, segundo se conclui do texto de Corrêa, ele nunca abandonou. O antiestatismo presente no texto *A Guerra Civil na França* é unicamente expressão do antiestatismo da Comuna de Paris e não do que Marx realmente defendia como luta política do proletariado.

Retórica e política

Como afirmamos no início, o processo de interpretação de uma obra é perpassado por inúmeros elementos. Não só a produção da obra é determinada por interesses, valores e concepções políticas, mas também o processo interpretativo. A determinação fundamental que está subjacente a qualquer análise de uma determinada obra é a perspectiva de classe do analista. Contudo, esta não é a única determinação.

²² Tal proposição de Felipe Corrêa corrobora uma discussão que vem sendo realizada dentro do anarquismo, a de separar “ideologia” (anarquismo) de “ciência” (CORRÊA, 2011). A ideologia anarquista, ou seja, um conjunto de conceitos, práticas e valores, embora se utilize da ciência, não é a ciência propriamente dita, pois em seu escopo encontram-se proposições que não são passíveis de serem provadas cientificamente (como, por exemplo, a proposição do socialismo, da revolução etc.). Tal separação permite a ele concluir, por exemplo, que é possível a Marx fazer um bom trabalho de história da Comuna (ciência), sem prescrever sua análise como um documento “político-doutrinário” (ideologia). Neste sentido, o texto de Marx seria científico e não ideológico (ideologia no sentido anarquista). Do ponto de vista de Marx em particular e do marxismo em geral, tal distinção não tem lugar. A produção da consciência (teoria, ideologia, representações cotidianas) não pode ser separada da divisão social do trabalho, dos interesses de classe, das posições políticas, concepções, valores etc. de quem elabora a forma de consciência. Como Marx e Engels disseram em a *Ideologia Alemã*: “A consciência nunca pode ser mais do que o Ser consciente; e o Ser dos homens é o seu processo da vida real” (MARX & ENGELS, s/d, p. 25).

Mais elementos complexificam o processo. Já indicamos que a complexidade da obra, os valores, concepções, formação intelectual do analista compõem o conjunto de determinações envolvidas no processo analítico.

Ao analisar o texto de Marx, Felipe Corrêa aplica três procedimentos: 1) divide Marx em dois, um que é analista e historiador da Comuna e outro que é o pensador-militante da I Internacional; 2) considera na análise o que Marx deveria ter dito em detrimento do que ele disse; 3) isola momentos do texto em detrimento da totalidade do texto analisado e em detrimento das colocações posteriores do próprio Marx.

O objetivo do autor é investigar se existem no texto de Marx elementos “político-doutrinários”, ou seja, prescrições, assertivas que subsidiem uma “teoria da revolução”. A conclusão que ele chega quanto a isto é que, de fato, tal teoria não está nem esboçada no texto de Marx por ele analisado. Marx restringiu-se unicamente a analisar um evento histórico. Os processos e práticas ocorridos na Comuna descritos por Marx não eram o que ele efetivamente defendia. Assim, conclui-se do texto de Felipe Corrêa: existe um Marx teórico, historiador, analista da Comuna e outro Marx militante da I Internacional.

Marx defende o que escreveu? Esta pergunta surge necessariamente ao término da leitura do texto de Felipe Corrêa. A conclusão de nosso autor é que não, Marx não defende o que escreveu em *A Guerra Civil na França*. A radicalidade do texto é a radicalidade da Comuna. O autor do texto, Marx, continua a ser o velho estatista de sempre, enquanto a Comuna é a experiência antiestatista. Segundo a análise “linguística” de Corrêa, Marx descreveu a Comuna, mas não a prescreveu como estratégia para o proletariado internacional.

O curioso desta conclusão é que não existe uma única palavra sequer de Marx, nem durante, nem depois da Comuna, na qual ele realize críticas ao proletariado parisiense²³. O fato evidente de Marx não apresentar em nenhuma de suas obras

²³ Há, na verdade, duas críticas: 1) Marx faz observação acerca da moderação da Comuna em suas medidas financeiras (isto está em *A Guerra Civil na França*); 2) Marx, em seus esboços (MARX, 1978) à *A Guerra Civil na França* e numa carta de 1871 a Kugelmann, afirma que a Comuna deveria ter marchado sobre Versalhes logo após o 18 de março, quando a Assembleia reunida em Versalhes ainda estava perdida e desarticulada. Assim, se depreende que as observações de Marx sobre a Comuna dizem respeito mais à moderação,

qualquer observação ou crítica à prática antiestatista da Comuna já enfraquece um pouco as certezas de Felipe Corrêa.

Isto, porém, não é tudo. Não existe procedimento mais antimarxista do que o proposto por Felipe Corrêa ²⁴. Marx teria escrito o que não defende, pois teria se restringido a descrever e analisar a experiência da Comuna, se posicionando do lado dos trabalhadores. *A Guerra Civil na França* deve “ser tomada como uma obra histórica de Marx” (CORRÊA, 2013, p. 223) com poucos ou nenhuns elementos “político-doutrinários” dos quais não se pode inferir uma “estratégia revolucionária”. Marx teria assim, se absterido de se posicionar. Limitou-se unicamente a transcrever de um ponto de vista historiográfico tal evento.

O interessante desta conclusão, em primeiro lugar, é que isto precisa ser demonstrado enquanto procedimento metodológico de Marx. Naturalmente tal comprovação é impossível de ser feita, pois é antimarxista e as cirandas linguísticas feitas por Corrêa não dão conta de tal demonstração (veremos isto mais à frente). Do ponto de vista dos textos de Marx, não há tal separação entre o teórico e suas posições políticas. Toda a obra de Marx é no sentido de demonstrar esta afirmação. Por exemplo, em *O Capital*, Marx está criticando a Economia Política e a todo o momento se posicionando politicamente a partir da crítica aos axiomas econômicos. Em *O Capital*, Marx não se restringe a analisar a Economia Política, ele se coloca, se posiciona.

Isto vale para todas as suas obras. Em *a Ideologia Alemã*, por exemplo, ao realizarem, Marx e Engels, a crítica das ideologias dos neo-hegelianos, eles estão se colocando em um determinado campo teórico, político e de classe. A crítica aos ideólogos alemães é simultaneamente sua elaboração de uma teoria do processo histórico, bem como um posicionamento diante das mudanças sociais, nas quais eles se expressam a favor do comunismo e por conta disto se colocam da perspectiva do proletariado.

Ao se analisar todas as obras de Marx, é-se constrangido a chegar-se a tal entendimento. Contudo, a conclusão de Felipe Corrêa é que é interessante. Em *A Guerra*

devido ao contexto histórico e situação política à qual a Comuna estava submetida, uma cidade sitiada, do que às ações radicais que esta efetivamente desenvolveu ao longo de seus dois meses de duração.

²⁴ Digo antimarxista não por que Felipe Corrêa seja marxista, mas por que Marx não pode ser antimarxista.

Civil na França, Marx não teria feito isto. Teria se restringido a analisar a Comuna, mas não se posicionado diante dela. Melhor, teria se omitido de se posicionar, de dizer o que realmente pensa, pois, se a Comuna era antiestatista, Marx era um estatista dos pés à cabeça segundo pensa Felipe Corrêa.

A arapuca que Felipe Corrêa arma consiste no seguinte: 1) Marx é um crítico severo do modo de produção capitalista, vide a obra *O Capital*; 2) Marx não limita críticas ao estado capitalista, confira *A Ideologia Alemã*, *O Manifesto Comunista*, *O Capital* etc.; 3) Marx, em *A Guerra Civil na França* é estatista, mas não o diz. Nos dois primeiros casos, ou seja, ao criticar as relações de produção capitalista e o estado moderno, Marx é um crítico severo e como se pode perceber, posiciona-se claramente e o diz explicitamente. No terceiro caso, dentro da delimitação feita por Felipe Corrêa, Marx omite seu suposto estatismo na defesa da experiência da Comuna.

Os termos que utiliza para denotar que existe algo subjacente ao texto de Marx são: “não parece ser evidente”, “não haver bases seguras”, “parece (...) estar relatando” etc. Este tipo de afirmação, que conduz a dúvidas, incertezas é o procedimento por ele utilizado para confirmar sua hipótese de que Marx não disse o que deveria dizer em seu texto *A Guerra Civil na França*. Mesmo se posicionando do lado dos trabalhadores, Marx omite este aspecto fundamental de seu pensamento, ou seja, seu estatismo.

Só se pode provar que Marx era estatista em *A Guerra Civil na França*, fazendo-se o que Felipe Corrêa fez, ou seja, afirmando que o que Marx efetivamente disse não é o que ele realmente pensa (ele se restringiu a descrever a Comuna, segundo nosso anarquista), pois o que Marx efetivamente defende é o que ele não escreveu (defesa de que o proletariado deve ocupar o estado para efetivar a revolução). Felipe Corrêa faz uma inversão das afirmações de Marx. Primeiro, transforma-o num mero analista da Comuna de Paris. Segundo, utiliza as afirmações de Marx para concluir o contrário do que Marx disse. Essa é a riqueza metodológica dos procedimentos analíticos de Corrêa.

Mas como ele consegue efetivar tamanha proeza? 1) isola frases de *A Guerra Civil na França*; 2) atenta-se para a forma de como Marx fez a afirmação e não para o que está contido na afirmação. Vou citar, na íntegra, todos os pontos por ele questionados e que estão no texto de Corrêa citados de modo fragmentado.

O primeiro ponto por ele questionado, a partir do qual é levantada a dúvida se *A Guerra Civil na França* expressa a opinião de Marx ou se é somente uma descrição da Comuna de Paris é feito a partir da seguinte tese de Marx:

“Os proletários de Paris – dizia o manifesto do Comitê Central de 18 de março – em meio aos fracassos e às traições das classes dominantes, compreenderam que chegou o momento de salvar a situação tomando em suas mãos a direção dos negócios públicos... Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito incontestável tornar-se donos de seus próprios destinos, tomando o Poder”. Mas a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins (MARX, s/d, p. 78).

Após citar o Manifesto do Comitê Central que afirma que em 18 de março, os proletários de Paris tomaram o “governmental power” (no original em inglês), Marx diz: “But the working class cannot simply lay hold of the ready-made state machinery, and wield it for its own purposes” (MARX, 2015). Se formos ficar nas minúcias das palavras como faz Corrêa, incorreríamos no mesmo problema que ele de isolar um trecho aqui, outro ali e fazer um debate escolástico que não apreende o todo do texto. Contudo, neste trecho, e não é um “trecho dúbio” como afirma Corrêa, está explícito que Marx afirma que a classe operária não deve se limitar a ocupar o poder governamental, não deve colocar a máquina de estado para funcionar segundo seus interesses. Felipe Corrêa diz que tal trecho é dúbio, contudo, ele não diz onde tal dubiedade se apresenta. O texto é direto, é claro, não é dúbio. Este é um comentário de Marx ao *Manifesto* do Comitê Central, é uma opinião/avaliação dele a respeito. Não é, como quer fazer indicar Felipe Corrêa, uma mera análise historiográfica.

O segundo trecho questionado por Corrêa, que embora Marx afirme que o proletariado, na Comuna, constituiu ali um “self-government” (MARX, 2015) ou uma “autoadministración” (MARX, 1978, p. 73) ou um “autogoverno” dos produtores ou um “governo dos produtores pelos próprios produtores” (MARX, s/d, p. 81), este era o posicionamento dos *Comunardos*, posicionamento o qual Marx não compartilhava, pois era estatista. Só antes de citar o trecho de Marx como um todo, o termo “self-government” é de Marx e não dos *Comunardos*.

Como é lógico, a Comuna de Paris *havia de servir* de modelo a todos os grandes centros industriais da França. Uma vez estabelecido em Paris e nos centros secundários o regime comunal, o antigo governo centralizado *teria que ceder lugar* também nas províncias ao governo dos

produtores pelos produtores²⁵. No breve esboço de organização nacional que a Comuna não teve tempo de desenvolver, diz-se claramente que a Comuna *devia ser a forma*²⁶ política inclusive das menores aldeias do país e que nos distritos rurais o exército permanente devia ser substituído por uma milícia popular, com um tempo de serviço extraordinariamente curto. *As comunas rurais de cada distrito administrariam seus assuntos coletivos por meio de uma assembleia de delegados na capital do distrito correspondente e essas assembleias, por sua vez, enviariam deputados à delegação nacional em Paris, entendendo-se que todos os delegados seriam comprometidos com um mandato imperativo (instruções de seus eleitores)*. As poucas, mas importantes funções que restavam ainda a um governo central não se suprimiriam, como se disse, falseando propositadamente a verdade, mas serão desempenhadas por agentes comunais e, portanto, estritamente responsáveis. *Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal, que pretendia ser a encarnação daquela unidade, independente e situado acima da própria nação, em cujo corpo não era mais que uma excrescência parasitária* (MARX, s/d, p.82).

Corrêa, para justificar seus argumentos encerra a citação no trecho: “a Comuna devia ser a forma política (...)”. Parando aí e fazendo as ressalvas verbais, ou seja, ao invés de “to serve as a model”, deveria ser “has serve as a model” etc. Se Marx tivesse escrito da maneira como ele prescreve, aí *A Guerra Civil na França* seria um documento “político-doutrinário” e uma “estratégia da revolução”. Contudo, como não foram estas as palavras utilizadas por Marx, *A Guerra Civil na França* tornou-se somente um documento historiográfico sobre a Comuna, que, estranhamente, nem expressa o ponto de vista do autor que a escreveu.

Mas se continuamos a ler o parágrafo para além de onde Corrêa encerra suas citações, vamos descobrir mais coisas. A Comuna de Paris, como é sabido, não teve tempo de se expandir, pois foi brutalmente reprimida. Como ressalta Lissagaray (1991),

²⁵ “Governo dos produtores pelos produtores” é equivalente a “autogoverno dos produtores”, tradução esta mais adequada para “Self-government” do original em Inglês escrito por Marx.

²⁶ “Havia de servir de modelo”; “teria que servir”; “devia ser a forma” são os termos que segundo Felipe Corrêa, na tradução para o português não correspondem às palavras que Marx utilizou no original em inglês. Esta questão já foi citada anteriormente, mas é bom lembrar aqui para o leitor situar-se melhor dentro dos malabarismos linguísticos de nosso anarquista. Para ele, Marx, em *A Guerra Civil na França*, foi somente um historiador da Comuna, não expressando ali seu pensamento, que é, segundo Corrêa, estatista. Esta conclusão pode ser provada pelo fato de ao invés de Marx ter utilizado “to serve as model” (havia de servir de modelo), teria que ter utilizado “has to serve as a model”, “should serve as a model”, “must serve as a model” etc. Ou seja, o grande problema encontrado por Felipe Corrêa é o verbo utilizado. Esta é toda a riqueza da crítica realizada por ele. Os demais termos já foram esclarecidos anteriormente. Só retomamos aqui a questão para situar o leitor do teor da crítica de Corrêa.

houve algumas tentativas em outros lugares como Lyon, Sant-Etienne, Marselha, Toulon, Creusot, Narbone etc. Contudo, a Comuna foi uma experiência parisiense. Corrêa diz que Marx não recomenda a forma comunal antiestatista como forma de organização e luta do “proletariado internacional”, pois se restringiu a analisar o caso de Paris como um bom historiador. Se observarmos as partes grifadas no texto citado mais acima, vê-se com clareza que este argumento de Corrêa não procede. Marx coloca que o modelo comunal serviria às comunas rurais que mandariam delegados às capitais dos distritos e a partir destas assembleias distritais, seriam enviados delegados para uma Assembleia Nacional em Paris, que substituiria o estado enquanto poder nacional. A Comuna chegou a fazer isto? Não. Marx está aqui a dizer que se a Comuna tivesse tido tempo, ela faria isto, pois isto é a realização do comunismo. Assim, o argumento de Corrêa não se sustenta. Apesar de todo o esforço dele em encontrar elementos formais (linguísticos, semânticos e verbais) para sustentar seu dogma de que Marx é um estatista incorrigível, ele recorre a um método de análise bastante problemático que é selecionar uma determinada parte do texto, deformar seu sentido, desconsiderar outras. Depois de todo recortado e deformado o texto, aí se pode fazer a crítica. Mas como se vê a crítica de Corrêa não se dirige a Marx, mas sim a uma caricatura de Marx desenhada por Corrêa.

Para Marx, pois: “Não se tratava de destruir a unidade da nação, mas, ao contrário, de organizá-la mediante um regime comunal, convertendo-a numa realidade ao destruir o poder estatal”. A Comuna de Paris construiu esta unidade nacional a partir do modelo comunal, destruindo o poder de estado? Não, ela não fez isto. Esta é, portanto, uma proposição de Marx, feita a partir do que os *Comunardos* fizeram em Paris²⁷. Se tivessem tido tempo, esta seria a tendência de generalização do modelo comunal e, portanto, a possibilidade de generalização do comunismo. Isto, por acaso, para utilizar uma expressão de Corrêa, não é um elemento “político-doutrinário” que se conforma em

²⁷ Vejam o que Corrêa diz após citar trechos do parágrafo de *A Guerra Civil na França* citado anteriormente: “Também não parece evidente que Marx esteja aqui recomendando aos trabalhadores franceses e de outras localidades a estratégia de transformação revolucionária adotada pelos *communards*” (CORRÊA, 2013, p. 222). O uso da expressão “não parece evidente” é ilustrativo de sua retórica. Qual foi o procedimento utilizado? 1) cita-se trechos de um parágrafo desconsiderando o todo do texto e do próprio parágrafo; 2) afirma-se que as palavras (verbos) utilizadas por Marx são inadequadas para uma obra “político-doutrinária”; 3) a partir disto, afirma-se que “não parece evidente” que Marx esteja prescrevendo a Comuna como estratégia revolucionária. O final do parágrafo citado anteriormente desmente esta afirmação.

“estratégia política”? Se Corrêa realmente quisesse expressar o ponto de vista de Marx, teria de ir até o fim do parágrafo, mas ele não foi. Como se vê, é insustentável a proposição de Corrêa de que Marx é estatista, pois em *A Guerra Civil na França* ele teria se restringido a historiar a Comuna.

Na página 222 de seu texto, Felipe Corrêa ainda prossegue com as citações do texto de Marx para subsidiar suas conclusões. O trecho que ele cita da obra de Marx é:

Eis o seu verdadeiro segredo: a Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho (MARX, s/d, p. 83).

Citando este trecho de Marx, o comentário que ele acrescenta em nota de rodapé é: “parece evidente que se trata de uma análise do que foi a Comuna e não há evidências de qualquer recomendação de seu modelo aos trabalhadores daquele ou de outros contextos” (CORRÊA, 2013, p. 223). Segundo esta tese, para que este trecho em específico de *A Guerra Civil na França* fosse uma obra “político-doutrinária”, Marx deveria ter dito: “A Comuna não é somente a forma política enfim descoberta dos operários franceses, mas sim do proletariado internacional. A comuna não é somente a libertação econômica do proletariado francês, mas deve ser a forma de emancipação econômica de todo trabalhador no mundo”... O formalismo da análise de Corrêa já está por demais evidente.

Contudo, quando Marx diz:

A Comuna era, pois, a verdadeira representação de todos os elementos são da sociedade francesa e, portanto, o *governo nacional autêntico*. Mas, ao mesmo tempo, como *governo operário e campeão intrépido da emancipação do trabalho*, era um *governo internacional no pleno sentido da palavra*. Ante os olhos do exército prussiano, que havia anexado à Alemanha duas províncias francesas, a *Comuna anexou à França os operários do mundo inteiro* (MARX, s/d, p. 87) (grifos meus).

Não estaria Marx aqui dizendo que o “modelo comunal” é a forma de emancipação política da exploração econômica do proletariado internacional?²⁸ É nítido

²⁸ Como é sabido, Marx tinha o hábito de escrever extensos esboços de seus trabalhos para organizar seu pensamento acerca da temática em estudo. Depois dos esboços concluídos, ele passava à redação do texto final. Este é o caso, por exemplo, dos *Grundrisse*, dos *Manuscritos de 1861-1863* etc. que serviram de rascunhos à redação de *O Capital*. Ele fez a mesma coisa com *A Guerra Civil na França*, os esboços por ele produzidos e a recolha de anotações foram posteriormente publicados. Nestes esboços, encontra-se a

que Marx atribui um sentido “universal” à Comuna. O esforço de Corrêa em não enxergar isto e o método de análise que ele emprega, recortando e deformando, tornam possível sua leitura dogmática do texto de Marx. No final das contas, ele leu *A Guerra Civil na França* unicamente para convencer a si mesmo e aos mais incautos que Marx é um autoritário, um centralista, um estatista: a tradicional deformação anarquista do marxismo.

E continua, com seu método da tesoura, na citação seguinte, na qual ele novamente recorta trechos de acordo com seus interesses. Contudo, seu argumento é outra vez desmentido pelo próprio Marx:

Sem essa última condição [Marx refere-se aqui ao fim da exploração do trabalho], o regime comunal teria sido uma impossibilidade e uma impostura. *A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social.* A Comuna devia servir²⁹ de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe. *Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe* (MARX, s/d, p. 83/84) (grifos meus).

A parte que Corrêa cita é: “A Comuna devia servir de alavanca para extirpar os fundamentos econômicos sobre os quais se apoia a existência das classes e, por conseguinte, a dominação de classe”. No trecho anterior, quando Marx afirma: “A dominação política dos produtores é incompatível com a perpetuação de sua escravidão social”, está explícita uma generalização. Ele refere-se ao fato de a Comuna ser a forma encontrada pelo proletariado de eliminação da exploração. O uso da palavra “produtores” e não operários parisienses denota este caráter de universalização que ele vê na Comuna. Isto fica ainda mais evidente, no trecho seguinte, também não citado por Corrêa de que: “Uma vez emancipado o trabalho, todo homem se converte em trabalhador, e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe”. Todo homem,

seguinte tese de Marx sobre a Comuna: “Con todas las grandes ciudades organizadas en Comunas según el modelo de Paris, ningún gobierno podría reprimir el movimiento mediante los golpes de una inesperada reaccion (...) *Toda a Francia se habría organizado en comunas que se habrían administrado por si mismas (...)*” (MARX, 1978, p. 188) (grifos meus). Marx realmente não recomenda a Comuna como estratégia revolucionária do proletariado? Novamente, não dá para sustentar a tese defendida por Corrêa.

²⁹ Para refutar o caráter “político-doutrinário” de *A Guerra Civil na França*, ele recorre aqui aos recursos retóricos, retomando o original em inglês, dizendo que: “‘was to serve’ definitivamente não tem o sentido colocado de “has”, “should” ou “must”” (CORRÊA, 2013, p. 223).

quer dizer, todo ser humano (parisiense, inglês, estadunidense, brasileiro etc.). O que a Comuna fez foi apresentar, numa experiência de dois meses, a demonstração prática de realização do comunismo, onde todos os seres humanos são convertidos em trabalhadores e o trabalho produtivo deixa de ser uma especialização de classe.

E no parágrafo seguinte, Marx arremata (este trecho Felipe Corrêa cita em seu texto, mas não lhe dá a importância devida):

A Comuna – exclamam – pretende abolir a propriedade, base de toda civilização! Sim, cavalheiros, a Comuna pretendia abolir essa propriedade de classe que converte o trabalho de muitos na riqueza de uns poucos. A Comuna aspirava à expropriação dos expropriadores. Queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, que hoje são fundamentalmente meios de escravização e exploração do trabalho, em simples instrumentos de trabalho livre e associado. *Mas isso é o comunismo, o “irrealizável” comunismo!* (MARX, s/d, p. 84) (grifos meus).

O que fez Marx aqui senão generalizar a Comuna como a forma de realização do comunismo, o autogoverno dos produtores, a sociedade sem classes ou como chamaríamos hoje em dia, a autogestão social? A tese de Corrêa é, portanto, insustentável. Em a *Ideologia Alemã*, Marx e Engels disseram que o comunismo não é um ideal a ser alcançado, mas sim o movimento real que abole o atual estado de coisas. Diferentemente dos socialistas utópicos, Marx e Engels estão afirmando que o movimento real, concreto, existente no seio da sociedade capitalista, protagonizado pela classe operária, é o comunismo. O que foi a Comuna de Paris senão a realização disto que eles disseram em 1846?

Em 1847/48, quando redigiram o *Manifesto Comunista*, colocaram que o proletariado, o sujeito histórico que abole o atual estado de coisas, deveria passar para suas mãos algumas funções do estado. O proletariado, enquanto classe, deveria se apropriar do aparelho de estado e fazê-lo funcionar de acordo com seus interesses. Após o evento da Comuna, este ponto de vista é rejeitado. O que Corrêa tenta com todo seu exercício retórico é demonstrar que tal mudança não ocorre no pensamento de Marx e para provar que ele tem razão, recorre a um artigo que Marx fez aprovar no Congresso de 1872 da AIT, segundo o qual Marx conclama ao proletariado “unificar-se em partido político” e “conquistar o poder político”. Assim, um ano após a Comuna, Marx retomaria sua velha tese estatista.

Corrêa agora não opera como vinha fazendo até então, ou seja, recortando uma parte aqui, outra ali e forçando a interpretação do texto não a partir do que Marx disse, mas sim a partir do que ele deveria ter dito a respeito da Comuna. Mais do que o que ele deveria ter dito, toda a crítica de Corrêa limita-se a questionar o verbo utilizado por Marx, como já demonstramos precedentemente. Agora, contudo, ele faz uma extensa citação deste artigo que Marx fez aprovar no Congresso de 1872 da AIT para concluir, a partir do isolamento de dois termos: “partido político” e “poder político”, que Marx voltou a defender sua tese estatista.

Em primeiro lugar o uso da palavra partido. Quando da redação de *A Guerra Civil na França* e do *Manifesto do Partido Comunista*, não existiam partidos políticos no sentido da palavra que nós utilizamos hoje, como organizações burocráticas que visam à conquista do poder de estado (VIANA, 2003). Assim, atribuir à palavra partido, tal como utilizada por Marx, o sentido contemporâneo do termo, ou seja, de organizações burocráticas que visam a conquista do poder de estado, é um erro analítico grave, pois não insere na historicidade concreta o desenvolvimento do uso das palavras. A própria palavra “anarquia” é um exemplo disto. Trata-se de um termo que era utilizado pejorativamente e que Proudhon ressignificou o sentido, dando-lhe um teor positivo e é o que os grupos e indivíduos anarquistas utilizam até hoje. A palavra partido, por exemplo, é utilizada por Mikhail Bakunin, um dos maiores representantes do anarquismo clássico. Estaria o velho anarquista defendendo a criação de uma organização burocrática, hierárquica, que visava conquistar o poder de estado? Obviamente que não. Se a palavra partido na pena de Bakunin não conduz à interpretação de que o anarquismo defende a conquista do estado via golpe de estado ou eleições por uma organização burocrática, por que quando vem da pena de Marx gera tamanha suspeita? Neste contexto histórico, o uso da palavra partido não tem absolutamente nada a ver com o sentido que emprestamos hoje a ela. Quando Marx fala do proletariado se unificar em partido político, está se referindo à necessidade da classe operária, enquanto classe, e não grupos que se elevam acima da classe, se unificar para se posicionar e se opor “a todos os partidos anteriores formados pelas classes possuidoras” (MARX *apud* CORRÊA, 2013, p. 224).

Vejamos agora o segundo termo: “poder político”. O que significa este conceito segundo a proposição de Marx? Ainda, considerando os *Esboços* que Marx fez à *A Guerra Civil na França*, ele afirma:

¿Que és la Comuna, esa esfinge que tanto atormenta a los espíritus burgueses?

*Em su más simples concepción, [ella és] la forma bajo la cual la clase obrera asume el Poder político en su fortaleza social, Paris y los otros centros industriales (...)*³⁰.

Pero el proletariado no puede, como las clases dominantes y sus diferentes fracciones rivales lo han hecho en sus sucesivos momentos de triunfo, tomar simplemente el aparato estatal existente y ponerlo a funcionar para sus propios fins. *La primera condición para el sostenimiento del Poder político es transformar esa maquinaria existente, destruir esse instrumento de dominación de clase* (MARX, 1978, p. 250/251) (grifos meus).

Fica evidente nesta citação que para Marx poder político e poder de estado não se confundem. A condição para a manutenção do poder político pelo proletariado é a destruição do poder de estado. O poder de estado, como demonstra Marx, é a instituição política utilizada para a dominação da classe expropriadora sobre a classe produtora. No caso francês, que é o que Marx está discutindo em seu texto, ainda segundo os *Esboços*:

El Imperio no es como sus predecesores, la monarquía legítima, la monarquía constitucional y la república parlamentaria, una de las formas políticas de la sociedad burguesa; él es al mismo tiempo su más prostituída, completa y última forma política. *Es el Poder estatal de la dominación de clase en la época moderna, al menos en el continente europeo* (MARX, 1978, p. 277) (grifos meus).

Assim, em suas mais variadas formas de regime político (monarquia legítima, monarquia constitucional, república parlamentar e império), o poder de estado é uma forma de dominação de classe (poder político da burguesia), utilizando o exército, a burocracia, a magistratura etc. para exercer tal dominação. Esta é a conclusão necessária de *A Guerra Civil na França* e de vários outros escritos de Marx a respeito desta temática. O poder político da classe operária (a Comuna) é o oposto disto. É, segundo expressão de Marx, a “antítese do Império”. A conquista do poder político pela classe operária, Felipe Corrêa, não é a tomada do poder de estado, é a constituição da classe operária em

³⁰ Cita o *Manifesto do Comitê central* de 18 de março, já citado anteriormente.

organismo político de classe autodeterminada, que defende seus interesses de classe. É, em uma palavra, a Comuna em estado puro³¹.

No *Manifesto Comunista*, Marx e Engels afirmam: “O objetivo dos comunistas é o mesmo de todos os demais partidos proletários: *formação do proletariado em classe, derrubada da dominação burguesa, conquista do poder político pelo proletariado*” (MARX & ENGELS, 2002, p. 47) (grifos meus).

Mas o que Marx e Engels estão definindo como poder político?

O proletariado utilizará seu *poder político* para arrancar pouco a pouco todo o capital da burguesia, para centralizar os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do *proletariado organizado como classe dominante*, e para aumentar o mais rapidamente possível, o contingente das forças de produção (MARX & ENGELS, 2002, p. 59).

Poder político, portanto, para Marx é o processo de repressão que uma classe exerce sobre outra. Isto fica claro quando Marx e Engels afirmam, ainda no *Manifesto Comunista*:

Quando, no curso do desenvolvimento, desaparecerem as distinções de classe e toda a produção concentrar-se nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. *O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra*. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, é forçado pelas circunstâncias a organizar-se como classe, se se torna, mediante uma *revolução, a classe dominante* e, como tal, destrói violentamente as antigas relações de produção, então destrói também, juntamente com essas relações, as condições de existência dos antagonismos de classe, destrói as classes em geral, e, com isso, extingue sua própria dominação de classe (MARX & ENGELS, 1987, p. 126) (grifos meus).

Poder político é, portanto, o processo de dominação de uma classe sobre outra. Marx, no *Manifesto*, considerava que tal opressão seria exercida pelo proletariado via centralização do poder de estado nas mãos da classe operária. Veja-se que está a afirmar que é a classe operária e não um grupo dentro ou acima da classe. O *Manifesto* foi escrito em fins de 1847. As revoluções de 1848 ainda não tinham varrido o continente europeu. Nenhuma grande tentativa de revolução operária havia ainda ocorrido. Marx e Engels tinham à sua disposição a luta do proletariado durante o século XVIII e primeira metade

³¹ Para uma reflexão mais aprofundada sobre o uso por Marx da expressão “poder político” e “partido político” confira o rigoroso estudo que Viana (2012) faz da obra de Marx, tendo como fio condutor a análise que este faz das classes sociais, da luta de classes e da revolução proletária.

do século XIX: greves, motins, manifestações, rebeliões, associações, movimentos organizados (ludistas, cartistas etc.) etc. Nenhuma revolução, contudo. Ao identificar no proletariado o sujeito revolucionário, defendem Marx e Engels que é este sujeito que mudará toda a sociedade. Fará isto mediante uma opressão sobre a classe burguesa. Esta opressão de classe ocorrerá, durante o processo revolucionário, a partir da apropriação pela classe operária da instituição estatal. Quando o proletariado conquistasse, pela via revolucionária, tal poder, constituir-se-ia em poder político e sua dominação de classe implicaria na eliminação de todas as classes, portanto, na realização do comunismo.

Quando Marx no *18 de Brumário, Miséria da Filosofia, Manifesto Comunista* etc. afirma que o estado é o poder político da classe burguesa é exatamente este o sentido da afirmação, ou seja, a instituição estatal serve a uma opressão de classe. É por meio dela que a classe capitalista consegue, politicamente, manter sua dominação “econômica do trabalho”. É o poder político da burguesia. Num processo revolucionário, quando a classe operária se unifica em classe com interesses próprios, a instituição estatal, convertida em poder político da classe operária, seria o instrumento adequado para que sua opressão de classe funcionasse e ela conseguisse com isto eliminar todas as classes.

A experiência da Comuna de Paris demonstrou que a opressão de classe que o proletariado deve exercer para efetivar o processo revolucionário não se dará mediante a conquista do poder estatal. *A Comuna demonstrou-se como sendo a forma de dominação de classe do proletariado, ou seja, seu poder político.* Assim, a interpretação de Corrêa ao identificar automaticamente poder político e estado na obra de Marx é um equívoco sem igual. Em primeiro lugar, deforma o conceito, pois poder político não é equivalente a estado. Em segundo lugar, a forma de realização do poder político da classe operária no *Manifesto Comunista* é radicalmente diferente de sua efetivação em *A Guerra Civil na França*.

Novamente, demonstra-se insustentável mais esta tese de Felipe Corrêa. O uso por Marx das palavras “partido político” e “poder político” não lhe dão a pecha de “estatista” de forma tão automática como quer presumir nosso intrépido anarquista.

Últimas palavras

Como ficou provado, o texto de Felipe Corrêa é uma im procedência do começo ao fim. O argumento retórico por ele utilizado para provar que em *A Guerra Civil na França* Marx não defende o que escreveu é uma impostura. Os argumentos básicos dele são: 1) existe a prática da Comuna de Paris e existe o pensamento de Marx, sendo que a prática da Comuna não expressa o pensamento deste; 2) Marx é, portanto, em *A Guerra Civil na França*, um mero historiador do evento histórico da Comuna; 3) as palavras que Marx utiliza para analisar a Comuna não permitem ao nosso anarquista concluir que exista ali uma teoria da revolução proletária, pois efetivamente Marx não recomenda a Comuna como estratégia revolucionária do proletariado.

Como demonstramos, todos estes argumentos são falsos.

Por último, para concluir, gostaria de trazer a lume, a própria opinião de Marx sobre o evento da Comuna e sobre seu livro *A Guerra Civil na França*, que Corrêa cita, mas desconsidera. Sua desconsideração aos textos posteriores de Marx significa que Corrêa está a dizer: eu sei que Marx disse isto no *Prefácio do Manifesto*. Eu sei que ele disse isto na carta a Kugelmann. Contudo, não importa o que ele disse, mas sim a análise que eu fiz do texto dele.

No *Prefácio* de 1872, que já comentamos precedentemente, Marx e Engels afirmam:

Levando-se em conta o imenso progresso realizado pela grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, o progresso da organização partidária da classe operária, levando-se em conta a experiência prática da Revolução de Fevereiro em primeiro lugar, e mais ainda da Comuna de Paris – na qual, pela primeira vez, o proletariado deteve em mãos durante dois meses o *poder político* -, *este programa está hoje ultrapassado sob certos aspectos* (MARX & ENGELS, 2002, p. 13) (grifos meus).

O próprio Marx está afirmando que as teses do *Manifesto* estão ultrapassadas. Não há por que Felipe Corrêa, com base naqueles argumentos que ele utilizou (completamente formais e prescritivos), dizer que Marx não mudou de opinião. Coisa estranha se passa: Felipe Corrêa entende mais de Marx do que o próprio Marx. Outro ponto importante desta citação: aparece aqui novamente a identificação da Comuna

como a classe operária detendo o “poder político”, provando mais uma vez que o argumento de Corrêa é falho, totalmente falso, além de ser bastante tendencioso.

Numa carta de Marx a Kugelmann datada de 12 de abril de 1871, portanto, antes da escrita de *A Guerra Civil na França*, no auge da Comuna de Paris, Marx afirma:

Se você olhar o último capítulo de meu *Dezoito de Brumário* verá que digo que a próxima tentativa da revolução francesa não será mais, como antes, de transferir a máquina burocrática militar de uma mão para outra, e sim de *esmagá-la, e isto é essencial para qualquer revolução popular no Continente* (MARX, 1986, P. 291) (grifos meus).

Dois elementos importantes a destacar: 1) a revolução não se dará mediante a transferência do poder estatal de uma para outra mão, mas sim consistirá no seu esmagamento. Não seria isto um elemento “político-doutrinário”, para utilizar a expressão tão pouco apropriada de Corrêa?; 2) esta é uma condição essencial não só para a França, mas para “qualquer revolução popular no Continente”. Não seria isto uma “prescrição” (para utilizar novamente expressão inapropriada de Corrêa) para outros lugares para além de Paris?

Sendo Felipe Corrêa anarquista, imagina-se que partilhe da perspectiva de classe do proletariado, ou seja, almeja, luta pela revolução, a transformação radical da sociedade. Deste modo, o que o impediu efetivamente de interpretar corretamente o texto de Marx não é outra coisa se não seu dogma anarquista de que Marx em particular e o marxismo em geral são centralistas, autoritários e estatistas em essência. Ele tentou demonstrar esta essência nefasta do “marxismo”. Como se viu, isto não passa de uma caricatura. Corrêa, portanto, contentou-se em criticar esta caricatura, resultado de um dogma (e não existe nada mais anti-anarquista do que um dogma) que a maioria dos anarquistas – não todos – teima em não querer superar.

REFERÊNCIAS

COELHO, P. A. (org.). **Os anarquistas julgam Marx**. Brasília: Novos Tempos Editora, 1986.

CORRÊA, F. **Ideologia e estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular**. São Paulo: Fâisca, 2011.

_____. A guerra civil na França: Marx antiestatista?. **Revista Gestão & Políticas Públicas**. vol. 3. n. 2, 2013. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/rgpp/index.php/rgpp/article/view/81>, acesso em 25/09/2015.

- LISSAGARAY, P. O. **História da Comuna de 1871**. São Paulo; Ensaio, 1991.
- LUKÁKCS, G. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MAIA, L. **A Produção da Ideologia e a Questão dos Valores**. Revista Espaço Livre. Num. 14, vol. 7, Jul/Dez. 2012.
- _____. **Comunismo de conselhos e autogestão social**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.
- MARX, K. **The civil war France**. Disponível em:
<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/civil-war-france/ch05.htm>. acesso em 26/09/2015.
- _____. **La guerra civil en Francia**. Pekin: Ediciones en lenguas extranjeras, 1978.
- _____. **A guerra civil na França**. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d.
- _____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. & ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- _____. _____. **Cartas filosóficas & O manifesto comunista de 1848**. São Paulo: Moraes, 1987.
- VIANA, N. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. Florianópolis: Bookess, 2012.
- _____. **O que são partidos políticos**. Goiânia: Edições Germinal, 2003.

PORQUE NÃO EXISTE UMA LEI QUE FAÇA OS POLÍTICOS CUMPRIREM AS PROMESSAS DE CAMPANHA?

*Diego Marques Pereira dos Anjos**

A cada ano pós eleições (no Brasil de dois em dois anos) ganha corpo no interior da população uma sensação de desilusão, engano, frustração e impotência quando se trata dos assuntos e acontecimentos políticos, isto é, em se tratando da atuação política esperada dos “representantes escolhidos pelo povo” bastam poucos meses de ocupação no cargo para que as práticas reais dos políticos passem a frustrar a grande maioria dos eleitores. Porque surge esse sentimento de descrença com a política? Porque os políticos não cumprem com o discurso eleitoral e por vezes assumem uma prática oposta ao que prometeram fazer? “Porque político é tudo igual”! Responde a consciência conformista, coberta de meia verdade. “Porque nada muda”! Reclama o espírito niilista. E até mesmo a sensação nada firme do cidadão comum calejado de observar uma infinidade de políticos passarem pelos palanques e cargos políticos e que parece preferir se prender à ilusão de acreditar que “ele está fazendo o que pode”.

Compreender a origem dos sentimentos de frustração e de impotência e das ideias conformistas e niilistas com relação à política s remete para o entendimento das bases fundantes das relações políticas no capitalismo, do funcionamento do estado burguês e das classes com interesses opostos à real participação popular (ou seja, participação concreta da maioria da população) nos assuntos e processos políticos. E ao compreendermos as fontes que provocam a apatia geral nos é possível apontar alternativas, instigar novas formas de prática política e assim reverter o quadro social com relação à política.

A complexificação das relações sociais sob o capitalismo cria um conjunto de instituições que interferem na relação social fundamental que ergue a forma de sociedade fundada sob o domínio do capital, a relação de produção que explora o trabalho e sobrevaloriza o capital; para perpetuar a relação de extremo conflito existente

* Militante do Movimento Autogestionário, estudante e professor no Distrito Federal.

entre as duas classes, proletariado e capitalistas, são criadas instituições que atuam no sentido de amortecer os conflitos sociais e, quando não for possível diminuir os conflitos, atuar repressivamente para reafirmar os interesses das classes dominantes³². A principal instituição que atua regulando as relações conflitivas entre as classes sociais é o estado, instituição que monopoliza a prática política, ou seja, as decisões que são tomadas no interior da sociedade e são impostas aos seus membros, grupos e classes sociais. A política na sociedade capitalista é o âmbito da sociedade ocupado por pessoas que têm como função regular e perpetuar a dominação da classe capitalista, por isso busca hegemonizar a prática da ação política, que no seu sentido mais amplo faz parte da sociabilidade dos seres humanos, na medida em que sempre que estamos decidindo ou escolhendo/optando por algo estamos nos posicionando politicamente. A figura do político profissional é o mais acabado resultado da dominação burguesa, é o produto da necessidade de contenção e controle da ordem e do conflito social, daí que novas classes surgem, dentro das instituições capitalistas, tais como intelectuais, burocratas (de origem sindical, partidária, estatal) e funcionários públicos. O emaranhado de relações concretas vivenciadas quando do processo eleitoral dificulta a percepção desse processo de dominação, mas ao reconstituirmos a forma de dominação e opressão burguesa articulamos uma poderosa arma para enfrentar as ideias e sentimentos apáticos, e contra a opressão do dia-dia levantar armas intelectuais, organizativas e preparar a ação concreta de luta.

Com base nas contribuições teóricas de Nildo Viana em sua reflexão sobre *O que são os partidos políticos?*, consideramos as instituições repressivas e perpetuadoras da ordem capitalista da seguinte forma:

- **Estado:** Relação social de dominação de classe. É uma instituição que reproduz a sociedade, ou o poder da classe dominante, e além disso reproduz a si mesmo por meio da classe que nele está presente, no estado moderno é a burocracia, que controla as condições materiais de existência do Estado (sobretudo o poder financeiro, os meios de administração e o aparato militar). O

³² Além da classe capitalista, existem classes que se encontram em situação de dominação, tal como a burocracia e a intelectualidade.

Estado moderno significa uma relação de dominação de classe mediada pela burocracia com o objetivo de manter e reproduzir as relações de produção às quais as classes exploradas e dominadas estão submetidas (VIANA, 2003) ou dito de outra forma é “o Estado o capitalista coletivo ideal” (ENGELS, s/d).

- **Burocracia:** O que é a burocracia? A burocracia reina absoluta onde a sociedade está dividida entre dirigentes e dirigidos (com hierarquias, autoridades, disciplina), sendo que tal relação está intimamente vinculada com a complexidade das relações de produção, notadamente no capitalismo onde tanto as atividades nas unidades de trabalho são dominadas por gerentes e administradores, formando a burocracia empresarial, bem como para fora das unidades de trabalho. Já que é uma dupla tarefa manter o controle da produção e os mecanismos de reprodução da sociedade ao mesmo tempo, decorre uma segunda divisão no interior da classe dominante³³, divisão que no capitalismo dá origem à burocracia como classe social que controla os mecanismos de controle político da sociedade (e reproduz a si mesma em outras esferas da sociedade, escola, interior do trabalho, lazer, cultura, etc.; A burocracia é a classe social que auxilia a burguesia no controle político/administrativo de organização da sociedade, sobretudo, no controle do proletariado. Na sociedade moderna as principais expressões da burocracia são a burocracia partidária, estatal e sindical, além da ação da burocracia empresarial que regula as relações de trabalho. As principais características da burocracia partidária são o controle de recursos humanos e financeiros, disciplina e unidade, tais mecanismos são fundamentais para alcançar o objetivo de conquistar o controle do Estado.

- **Democracia:** O que é a democracia? Democracia é uma forma de regime político que se caracteriza pela participação restrita das classes sociais na constituição das políticas estatais; por regime político entendemos a forma como o estado se relaciona com as classes sociais; desta forma, a democracia é uma forma de dominação de classe em que a burguesia consegue apresentar os seus interesses particulares como sendo interesses universais a toda a população; a

³³ A primeira fora a que Marx e Engels definiram como marcando o surgimento dos ideólogos (MARX/ENGELS, 2007).

participação restrita significa que a massa da população pode influenciar na constituição das políticas estatais, mas não pode ultrapassar os limites estabelecidos, quando ultrapassa esses limites surge outra forma de regime político, a repressão pura ou a ditadura, dominação sem máscaras e ilusões;

- **Partidos:** Organizações burocráticas que visam à conquista do poder do Estado e buscam legitimar essa luta através da ideologia da representação e expressam os interesses de uma ou outra classe ou fração de classe existente. A burocracia partidária é uma fração da burocracia, tem nos partidos seu habitat natural. O seu discurso é marcado pela simulação e dissimulação, isto é, declaram um interesse falso e buscam ocultar e omitir o interesse verdadeiro (VIANA, 2003).

Tendo em vista as instituições acima apresentadas rejeitamos o Estado, a democracia e os partidos políticos na medida em que estes se encontram em um ponto fundamental: a necessidade de institucionalizar a luta de classes e amortecer os conflitos existentes na sociedade; os conflitos são voltados para as instituições do Estado que busca resolvê-los por meio da legalidade estabelecida, daí as eleições serem o momento em que se cria a ilusão de que os problemas sociais podem ser resolvidos somente com o voto correto.

Porque as eleições representam um momento de ilusão para a população? Primeiramente, estamos demonstrando que as instituições da sociedade capitalista são instituições voltadas para a reprodução da sociedade capitalista, assim, a funcionalidade destas instituições está voltada para atender a dinâmica social dominante, no caso, reproduzir as relações de exploração que se iniciam nas relações de trabalho, e assim, busca generalizar para o conjunto da sociedade relações de opressão política como necessidade para a continuidade da sociedade fundada na exploração de classe. A ilusão é o desconhecimento das verdadeiras causas, motivações e consequências de um ato (situação, fenômeno, prática, etc.) qualquer, ao mesmo tempo em que se atribui um sentido que não corresponde à realidade do objeto que está submetido ao conhecimento ou representação ilusória.

Em segundo lugar, sendo as ilusões atribuições de sentidos falsos, elas impedem ou dificultam, nossa capacidade de avançar para reais e verdadeiras soluções dos

problemas. No caso, a ilusão eleitoral impede ou dificulta que os setores explorados e oprimidos da população possam avançar na criação de formas de organização política que correspondam aos seus interesses materiais, políticos, etc. A ilusão eleitoral busca matar as potencialidades de organização popular, transferindo para a burocracia organizada a capacidade de organização política da sociedade.

Desvelado o conteúdo histórico e social em que brotam os políticos profissionais nos resta claro e evidente quais são seus vínculos e interesses: se estão inseridos em instituições que têm por objetivo manter a ordem social, são eles agentes de manutenção dessa ordem social. Com a participação popular restrita possibilitada pelos regimes democráticos, os partidos e políticos profissionais ganham destaque e protagonismo no interior das relações políticas hegemônicas dentro do Estado. A prática dos políticos profissionais se constrói dentro dos partidos políticos e tem como objetivo fundamental conquistar o poder do Estado. Mas para que tal objetivo se concretize, a organização interna de cada partido se estrutura de forma hierárquica e com a especialização de funções no interior do partido, obrigando assim que a relação dirigentes e dirigidos crie uma intensa disputa interna em torno dos postos e posições mais altas, o que requer dos políticos profissionais saberem transitar entre os mais influentes, conhecer o funcionamento burocrático da organização, acumular recursos financeiros e alianças com grupos econômicos que financiem as campanhas eleitorais; a lógica funcional que controla os partidos e políticos profissionais está submetida à racionalidade instrumental de acúmulo de recursos, técnicas e competências para assim ampliar seu espectro de influência no interior da sociedade e vencer a competição em relação aos demais partidos e candidatos concorrentes.

Para vencer a concorrência interna (no partido) e vencer os outros candidatos, os políticos profissionais têm de controlar e manejar recursos humanos e financeiros, estarem submetidos à disciplina de organização do partido, ter unidade e eficiência em suas ações, daí o necessário vínculo com as elites econômicas.

Para ocultar o verdadeiro caráter de suas ações e os interesses a que estão vinculados os políticos profissionais atuam por meio de dois mecanismos que Nildo Viana (2003) definiu como a dissimulação e a simulação. Os políticos dissimulam os reais interesses de suas ações, ou seja, ocultam os vínculos e o que pretendem fazer, e ao

mesmo tempo simulam interesses e compromissos na tentativa de criar vínculos com um número cada vez maior de eleitores e grupos no interior da população. A dissimulação e a simulação descobertas poderiam então ajudar o eleitor a separar o bom político do mal político? Não, de forma alguma, simplesmente pelos motivos acima explicitados, sendo que a mentira generalizada para acobertar os reais interesses é tão somente produto, resultado da razão de existir dos políticos profissionais no interior dos regimes democráticos, dentro das instituições do Estado e nos seus vínculos com as classes dominantes.

A título de exemplo basta lembrarmos que na última eleição presidencial a empresa JBS³⁴ (do ramo de processamento de carnes) doou 10 milhões de reais divididos para os dois principais candidatos, Dilma Roussef e Aécio Neves. As relações entre as empresas capitalistas e a burocracia partidária iniciam-se com a etapa de financiamento dos partidos políticos, que possuem três fontes de renda: o financiamento partidário, dado pelo Estado; a contribuição de seus membros ou simpatizantes; e o financiamento empresarial. Dentre todos, é o financiamento empresarial a fonte de maiores recursos, além de aproximar empresários e políticos para o período pós-eleição, ou seja, para o período de governo ou legislatura.

Sendo os políticos profissionais agentes da manutenção da ordem social atuando através de instituições do estado eles não podem criar leis que atentem contra seus próprios interesses. Mesmo numa conjuntura em que políticos “progressistas” possam alterar as leis (o que é muito difícil na prática de ser efetivado tendo em vista a estrutura mais ampla de funcionamento do Estado, sobretudo da divisão de poderes) o que se observa historicamente³⁵ é que as outras parcelas dos políticos profissionais reorganizam uma reação tendo como objetivo restaurar a normalidade das instituições burguesas, seja via golpe de estado, seja por meio de pressão legal, parlamentar, jurídica, etc. É por isso que outras medidas tais como a revogabilidade dos cargos não são adotadas, pois a funcionalidade da relação social de hierarquia, mando/obediência, subordinação em que

³⁴ <http://oglobo.globo.com/brasil/empresa-jbs-friboi-a-maior-doadora-das-campanhas-de-dilma-aecio-13517327>

³⁵ Para um breve exemplo basta nos remetermos a situação pré-golpes militares no continente latino-americano entre os anos de 1960 e 1970;

se baseia o Estado moderno não permite a real participação popular (da maioria da população) nos assuntos e decisões políticas. A esfera da política é delimitada aos políticos profissionais, à burocracia partidária e à burocracia estatal (a que permanece em seus postos de comando mesmo com mudanças nos governos, tal como judiciário, militares e um amplo conjunto de funcionários públicos).

Tendo em vista esta forma de relação social, somente a alteração e transformação radical da atual forma de organização social possibilita que a política seja parte efetiva e real da vida do conjunto da população, decidindo por meio da auto-organização, ruptura com a organização do Estado, o que deve ser cumprido e desenvolvido pela coletividade. A auto-organização no ambiente de trabalho, na escola, nos locais de moradia cria a relação social da igualdade e da solidariedade, rompendo com os conflitos de interesses individuais e de classe. A separação da política (em instituições) é superada e passa a acontecer na própria produção da vida social de forma coletiva e para o coletivo, surgindo assim, a prática política coletiva, oposta a que domina na sociedade capitalista. Enfim, a auto-organização é a forma de relação social que supera as promessas vazias e cria o mundo novo na medida de nossos desejos.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friederich. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. S/d. Disponível em <https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/cap03.htm> Acessado em 26/09/2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo, 2007.

VIANA, Nildo. *O Que São Partidos Políticos*. Edições Germinal: Goiânia, 2003.

A QUESTÃO DA ORGANIZAÇÃO PROLETÁRIA EM PANNEKOEK

Edmilson Marques*

A tarefa essencial, no mundo novo, consistirá em encontrar uma forma de organização constituída por uma coletividade de produtores, livres e associados, que controlem, tanto nos atos como na concepção destes, a atividades produtiva comum, regulamentado-a segundo a sua própria vontade, mas com poderes idênticos para cada um; será um sistema social totalmente diferente do antigo.

Anton Pannekoek

Tratar da questão da organização proletária na concepção de Anton Pannekoek é algo complexo, uma vez que a sua forma de pensar e refletir a sociedade ultrapassa as formas de pensamento hegemonicamente existentes. Na sociedade moderna, a maior parte dos indivíduos nasceu e foi educada nesta e para esta sociedade, o que quer dizer que vislumbrar uma sociedade diferente da atual, questão fundamental em Pannekoek, se torna doloroso e ao mesmo tempo um exercício difícil. Assim, pensando na efetivação de uma nova sociedade Pannekoek coloca que “a tarefa maior é, para os trabalhadores, a organização da produção em novas bases” (2007, p. 45). Portanto, é no sentido de clarear a idéia, como diz Pannekoek, da possibilidade de um “novo mundo” que propomos discutir qual a sua concepção sobre a organização operária.

Pannekoek ao tratar da organização operária toma como referência a sua determinação fundamental, isto é, o modo como os indivíduos produzem os meios necessários e indispensáveis para sua sobrevivência. É a partir do modo de produção que ele sistematiza teoricamente a sua concepção sobre a sociedade. Em suas palavras, “a sociedade é fundada na produção, ou, mais corretamente, a produção é a própria

* Militante do Movimento Autogestionário. Professor da Universidade Estadual de Goiás.

essência da sociedade, e por conseqüência, a marcha da produção determina a marcha da sociedade” (Pannekoek, 2008e, p. 05). Nesse sentido, tratando da sociedade moderna, a produção hegemonicamente existente é dominada pelo capital. Isso quer dizer que é preciso compreender as especificidades deste modo de produção para esclarecer a questão da organização em Pannekoek.

A sociedade capitalista se organiza através da existência de classes sociais, cujos indivíduos que as compõem, são caracterizados pela sua relação com a produção. No capitalismo, a produção se dá através da relação de exploração que essencialmente ocorre na relação entre os produtores (aqueles que estão diretamente em contato com a máquina e com todos os meios de produção, fazendo-as funcionar e delas retirar os meios necessários para a manutenção da vida de toda sociedade) e os capitalistas, os proprietários dos meios de produção. Assim, aquilo que os trabalhadores produzem é apropriado pelos capitalistas, que, além de não produzirem nada, ou seja, não trabalham na produção, se apropria daquilo que foi produzido. Ao se apropriar da produção devolvem para o trabalhador uma pequena parte em forma de salário, o mínimo necessário para a manutenção de sua vida e fica com o restante. Esse restante, a maior parte, que é apropriado pelo capitalista se denomina mais-valor.

É por isso que se diz que a produção capitalista se dá a partir de uma relação de exploração, pois, a produção realizada pelos produtores é apropriada por outros, pelos capitalistas. E é a partir desta relação que se dá a luta de classes. De um lado os produtores lutam para colocar fim à exploração e isso é expresso de diversas formas (reivindicação de melhores salários, diminuição da carga horária, absenteísmo, e fundamentalmente através das greves) e de outro os capitalistas buscam aumentar constantemente a exploração. Assim, quem produz compõe a classe produtora, o proletariado, e quem se apropria da produção realizada pelos trabalhadores, integra a classe capitalista, sendo estas duas as classes fundamentais no modo de produção capitalista. Nesta relação de luta entre ambas as classes que vai emergir todas as outras questões existentes na sociedade e é aí que devemos focar a atenção para compreender a questão da organização operária em Pannekoek.

No capitalismo “os trabalhadores não controlam seu trabalho, não se realizam nele, mas, pelo contrário, são coagidos, explorados, dominados. Assim, mesmo sem ter

consciência do processo de exploração, o proletariado luta” (Viana, 2008, p. 23). Diante desta relação de exploração, vemos então, a classe produtora lutando por sua libertação, buscando constantemente pôr fim à relação de exploração, por outro lado, a classe capitalista, luta também pela efetivação de seus interesses, porém, para a manutenção do capitalismo, pelo fato de que mantendo este modo de produção, que essencialmente se assenta na extração do mais-valor, conseguem viver sem que seja preciso gastar suas forças na produção, sem que seja preciso trabalhar. Sua sobrevivência é assegurada pela produção realizada pelos produtores. Por exemplo, para comer não produz sua própria comida, recorre à comida já produzida, rouba de quem a produziu devolvendo as migalhas que sobram da sua refeição. É nesse sentido que Marx (2003, p. 54-55) exprime que “a burguesia mesma, portanto, fornece ao proletariado os elementos de sua própria educação, isto é, armas contra si mesma”.

Pannekoek (2008f, p. 03) afirma que “o crescimento do capitalismo e da classe trabalhadora tem como conseqüência o crescimento de suas respectivas organizações”. Nesse sentido vão se formar distintas organizações, entendendo estas como agrupamentos de indivíduos que movidos pelo interesse da classe que integram, buscam realizar determinados objetivos. De acordo com Tragtenberg (1990, p. 159) “qualquer grupo humano, tendo em vista as finalidades que persegue, organiza-se para tanto”. Etzioni (1976, p. 09) ainda afirma que “as organizações são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos”. Assim, as organizações que surgiram na história da humanidade estiveram ligadas essencialmente aos objetivos específicos desejados pelas classes existentes.

Na sociedade moderna, é em torno das relações de produção, portanto, que vão se formar as organizações. E a partir da concepção de Pannekoek observa-se que nesta sociedade de um lado, os capitalistas criam suas próprias organizações, com o intuito de manter as relações de produção existente, e de outro os trabalhadores se organizam objetivando o fim da exploração que sofrem nos locais de produção, logo almejando uma mudança radical nas relações de produção, com o objetivo de alcançar a autogestão social.

Outra questão evidenciada por Pannekoek é que na história do capitalismo, devido à superioridade de força e de sabedoria da classe operária, os capitalistas, compreendendo sua inferioridade quantitativa, acabaram criando estratégias na tentativa de convencer a classe trabalhadora de que estão vivendo no melhor dos mundos já existentes, que “o capitalismo é uma ordem natural e deve durar para sempre” (Pannekoek, 2008g, p. 17-18), restando então aos indivíduos, buscarem melhores formas de se viver nesta sociedade.

Segundo Pannekoek (2007, p. 64)

Para a burguesia, o capitalismo é o único sistema social possível e natural (trata-se do capitalismo na sua forma final, a mais elaborada, já que foi precedida por outras formas mais primitivas). É por isso que, segundo a burguesia, as características do sistema capitalista não são temporárias e sim fenômenos naturais, expressão da eterna natureza humana.

Contudo, o mesmo autor esclarece as intenções desta idéia de naturalidade do capitalismo criada pela burguesia, pois,

Não é a primeira vez que uma classe dirigente tenta explicar e, portanto perpetuar o seu domínio apresentando-o como a consequência duma diferença inata entre duas espécies de pessoas: umas destinadas pela natureza a funções de comando, as outras a serem comandadas. A aristocracia fundiária do passado fazia já a defesa da sua posição de privilégio vangloriando-se de descender duma raça nobre de conquistadores, que teria subjugado a raça inferior das pessoas vulgares (Pannekoek, 2007, p. 74).

Pannekoek ainda explica que a justificativa dos capitalistas para o domínio que exercem provém de sua inteligência em detrimento dos outros que não a possuem. É por isso que percebe-se atualmente que o poder de decisão sobre a vida na sociedade está sob o poder de um conjunto de capitalistas aos quais cabe decidir qual a melhor maneira de se viver, inclusive, decidindo pela classe trabalhadora, também, a melhor forma deles viverem.

Sozinhos, no entanto, os capitalistas seriam incapazes de manter esta ordem desejada por eles. No processo de desenvolvimento do capitalismo, surge outra classe que vem auxiliar a burguesia no domínio e exploração do proletariado, tratando-se da burocracia que passa a ser a responsável pela administração da sociedade. Esta surge das profundas crises do capitalismo, no momento em que os capitalistas se vêm incapazes de dirigirem eles mesmos, a produção e as relações sociais externas às fábricas. Fazendo

referência à organização nacional-socialista, Pannekoek (2007, p. 54) esclarece a questão desta nova classe. Segundo ele,

Na organização nacional-socialista, a propriedade e o lucro – embora fortemente atingidos pela tributação do Estado – continuam nas mãos dos capitalistas privados, mas a direção e a administração dos meios de produção são assumidas pelos funcionários do Estado.

Seguindo esta linha de raciocínio, a organização maior onde atuam estes burocratas é o Estado, cuja direção se dá através de partidos políticos, o qual organizado ao redor do parlamento, como estratégia para o amortecimento da luta de classe, efetua seu domínio através da constituição da democracia representativa.

Acontece que a democracia representativa é uma democracia burguesa, criada pela burguesia para reproduzir seus interesses. E consegue a sua manutenção através dos partidos políticos. Estes vão sendo substituídos no poder em períodos de quatro anos e governam de acordo com seus princípios e convicção, sem o consentimento da maioria da população. A estratégia do rodízio de partidos na direção do Estado é uma forma de manter as relações de produção intactas, assim, muda-se os partidos, mas não altera-se as relações de produção. Nesse sentido, a população apenas recebe as ordens e é constrangida a se adequar às suas decisões, sem o direito a reclamar ou opinar ao que foi acordado no parlamento.

Os partidos políticos, por sua vez, são organizações burocratizadas, compostas por indivíduos que são divididos hierarquicamente os quais desempenham funções específicas, “indivíduos que nasceram, foram criados e educados na (e para) a sociedade burguesa. A sociedade capitalista é marcada pela burocratização, mercantilização e competição. Isto reproduz nos partidos políticos. O que predomina nos partidos é a burocracia partidária” (Viana, p. 82-83).

A ideologia que move os partidos é a de que existem para trazer benefício para “toda” a sociedade e declaram serem os representantes legítimos da classe trabalhadora. Contudo, os partidos têm uma relação íntima com o modo de produção capitalista. E isso se dá porque

O compromisso dos partidos com a classe que detém o poder condiciona sua linha política [...] seus integrantes torna-se geralmente conservador, levando uma vida privada e desenvolvendo interesses da minoria dirigente. Esses líderes partidários, isolados nos escritórios, são

facilmente corruptíveis pelos interesses das classes dominantes (TRAGTEMBERG, 1986, p. 70)

Contudo, no início do século XX, vemos emergir por várias partes do mundo partidos que diziam representar os interesses das classes oprimidas, partidos estes que receberam o nome de Partidos Comunistas. Na concepção de Pannekoek, estes partidos eram representados por uma minoria de indivíduos que lutando por interesses próprios almejavam chegar ao poder vencendo os poderosos capitalistas. Para se fortalecer fez a política de recorrer à maioria da população que era formada pelas classes oprimidas. Na tentativa de alcançar o poder, segundo Pannekoek (2008a, p. 02) “os partidos comunistas entraram pois nos parlamentos e nos sindicatos a fim de os transformar em órgãos de oposição”. Portanto, estes

Só tem um objetivo: tomar o poder e exercê-lo. Não contribuem para a emancipação do proletariado, pois sua meta é governá-lo. Mas apresentam seu domínio como se fosse a autêntica emancipação do proletariado. Tais partidos são aparelhos que lutam pelo poder e, após enquadrar os militantes na linha justa, utilizam todos os meios, visando à constante expansão de sua esfera de influência (PANNEKOEK, 2008c, p. 02).

Um exemplo clássico desta espécie partidária está na história da Rússia onde surgiu um partido que auto-intitulava representante legítimo da classe trabalhadora. Este partido se trata do partido bolchevique que teve Lênin como principal representante, o qual foi responsável pela instituição do que Pannekoek denominou capitalismo de estado (ou socialismo de estado). Segundo Pannekoek (2007, p. 69)

O socialismo de Estado é um projeto de reconstrução da sociedade que tem na sua base uma classe operária tal como a classe média a vê e a conhece no sistema capitalista. Naquilo a que chamam sistema socialista de produção, a estrutura fundamental do capitalismo é mantida: os operários põem as máquinas a funcionar sob as ordens de chefes. Mas este fato brutal é acompanhado por novas promessas vãs. Os capitalistas, sedentos de lucros, foram substituídos por uma classe dirigente de reformadores.

Lênin, conseguiu reverter a crise capitalista na Rússia e assegurou a permanência da sociedade de classe. Tornou-se famoso e referência para muitas organizações que iam se formando, cujos membros diziam buscar a transformação social, e, além disso, representou a forma mais real e concreta da distorção dos interesses da classe proletária.

A estratégia utilizada por Lênin em recorrer aos escritos de Marx deformando a sua teoria para uma ideologia estatista, como tentativa de fundamentar ideologicamente

a sua ação rumo à formação de uma burocracia forte que pudesse salvar o capitalismo e oferecer aos capitalistas um caminho livre para continuarem explorando a classe trabalhadora, de fato surtiu efeitos e acabou convencendo muitas pessoas, principalmente militantes ligados à luta por melhores condições de vida, os quais inspirados no bolchevismo iam criando organizações burocratizadas à imagem e semelhança do que fez Lênin. Contudo, Lênin conseguiu convencer muitas pessoas, mas não conseguiu convencer “todas” as pessoas. Indivíduos que viveram na mesma época perceberam o caráter conservador de Lênin e passaram a criticá-lo. Podemos citar Herman Gorter, Otto Rühle, o próprio Pannekoek entre outros. Jan Waclav Makhaiski (1981, p. 143), por exemplo, se referindo à revolução russa expressa que “os bolcheviques suscitaram a insurreição de Outubro a fim de salvar da ruína completa o Estado burguês”.

Assim, Lênin e o Partido Bolchevique privaram os trabalhadores russos da conquista fundamental – a organização da produção pela classe operária -, instituindo, em seu lugar, uma direção burocrática (Viana, 2007, p. 146). É neste contexto que se dá a formação dos sindicatos, outra organização que surge no capitalismo, fruto da luta entre trabalhadores e capitalistas. Segundo Pannekoek, os sindicatos são criados pelos trabalhadores fortalecerem a luta contra os patrões. Contudo, são rapidamente apropriados pelo capitalismo e passa a desempenhar o mesmo papel que os partidos políticos, ou seja, criar os meios necessários para a manutenção da ordem e reprodução do capitalismo no domínio da classe operária. Estão diretamente ligados à produção capitalista e são responsáveis por garantir o mínimo necessário para a manutenção da vida dos trabalhadores. Por isso recorrem às leis e mantêm relações constantes com o setor judiciário, o Estado e os capitalistas, onde buscam sustentação para manter apaziguada a classe trabalhadora, e onde o lema, “não precisam se revolucionar, pois, lutamos por vocês”, é o que prevalece.

Os sindicatos são compostos, geralmente, por indivíduos eleitos através de processos eleitorais. São organizações hierarquizadas, havendo em sua composição os representantes chefes, aqueles que, no capitalismo, são responsáveis por fazer a negociação entre trabalhadores e os chefes do Estado e ainda com os capitalistas. Funcionam como uma barreira para impedir que os trabalhadores lutem por seus interesses de forma direta com o Estado e com os capitalistas. É nesse sentido que

Pannekoek (2008d, p. 01) coloca que “o objetivo do sindicalismo não é substituir o sistema capitalista por um outro modo de produção, mas melhorar as condições de vida no próprio interior do capitalismo. A essência do sindicalismo não é revolucionária mas conservadora”. Herman Gorter (1981, p. 32) também esclarece o lado contra revolucionário dos sindicatos e afirma que este será um obstáculo na luta dos trabalhadores. Para ele,

O movimento sindical começou a desempenhar um papel no capitalismo, transformando-se desta forma num membro da sociedade capitalista. Mas, quando a revolução começa, e o proletariado, de membro da sociedade capitalista, se torna o seu destruidor, terá de enfrentar o sindicato como um obstáculo.

Com o desenvolvimento do capitalismo Pannekoek (2008h, p. 23) enfatiza que “os trabalhadores descobrem hoje em dia que estas organizações, que consideravam uma parte deles mesmos, se voltam contra eles. Compreendem agora que seus dirigentes políticos e sindicatos estão ao lado do Capital”.

Contudo, é diante deste quadro social formado pelo capitalismo, onde as organizações expressam ideologias de representação dos trabalhadores que são mantidas intactas as relações de produção capitalistas que Pannekoek (2008e, p. 01) anuncia

A classe operária em luta tem necessidade duma organização que lhe permita compreender e discutir, através da qual possa tomar decisões e fazê-las concretizar, e graças à qual possa fazer conhecer as ações que empreende e os objetivos que se propõe atingir.

Surge então uma resposta da classe trabalhadora no sentido de demonstrar que a forma organizacional operária é distinta das organizações burocráticas. A resposta operária inicia-se

Com a greve de ocupação ativa, uma radicalização e aprofundamento da greve de ocupação, que marca já um passo rumo ao questionamento da propriedade privada, das relações de produção capitalistas. Este processo de greve de ocupação ativa exige, para significar um verdadeiro movimento revolucionário, a generalização para um conjunto significativo de unidades de produção. A ocorrer tal processo, ocorre, simultaneamente, uma forma superior de auto-organização, a formação dos conselhos de fábrica. Os conselhos de fábrica passam a gerir as fábricas e fazê-las funcionar de forma autogerida.

Esta ampliação da auto-organização dos trabalhadores se expande para outros setores da sociedade, tal como nos locais de moradia, estudo etc. Surge, neste contexto, simultaneamente, os conselhos de bairros e

outras formas de auto-organização, tal como os conselhos de segurança (milícias operárias). O processo de generalização da greve de ocupação ativa e da formação de conselhos de fábrica permite a articulação de diversas unidades produtivas em determinada cidade ou região, através de sua articulação com os conselhos de bairros e outros tipos de conselhos, criando os conselhos operários, a forma conselhistas de autogestão social que realiza a articulação da sociedade em escala geral (Viana, 2008, p. 25-26)

Assim surgem os sovietes (os Conselhos Operários). Para Pannekoek (2007, p. 91) “os Conselhos Operários constituem a forma de autogoverno que substituirá, no futuro, as formas de governo do velho mundo”. Estes nada mais são do que organizações operárias autênticas criadas pelos trabalhadores visando essencialmente a transformação social, o fim da exploração, a efetivação concreta da liberdade humana. Surgem espontaneamente sem uma prévia junção de alguns poucos indivíduos que pensam teoricamente. Diante da vida concreta de opressão vivida pelos trabalhadores que esta se levanta e como um dragão busca queimar todas as formas opressivas existentes na sociedade.

São compostas essencialmente por trabalhadores, e se movem conforme os seus interesses e não tem nem uma ligação com as organizações burocráticas, pelo contrário, buscam extingui-las. Segue o princípio real teorizado por Pannekoek (2007, p. 70) de que “a classe operária não pode ser libertada por outros; só pode ser libertada por ela própria”. Vejamos, portanto, como Trotsky (1978, p. 49) descreve a origem dos Conselhos. Segundo ele,

Em 1904, primeiro ano da guerra russo-japonesa, a inspeção das fábricas acusou um total de 25 mil grevistas. Em 1905 o número de operários que tomaram parte nas greves políticas e econômicas ascendeu, em conjunto, ao total de 2 milhões 863 mil, isto é, um número 115 vezes maior que o do ano anterior. Este salto prodigioso demonstra por si mesmo que o proletariado, obrigado pela marcha dos acontecimentos a improvisar esta atividade revolucionária inaudita, devia, a todo custo, tirar de seu próprio seio uma organização que correspondesse à amplitude da luta e à grandiosidade dos fins que perseguia: assim nasceram os sovietes (conselhos) da primeira revolução.

A organização operária a partir dos Conselhos Operários surge embrionariamente na revolução russa de 1905 e toma proporções mais claras posteriormente em várias partes do mundo, principalmente na revolução russa de 1917. Surgem como resposta da classe trabalhadora às falsas promessas das organizações burocráticas e, fundamentalmente, aos expropriadores, diante dos quais a classe

trabalhadora exaurida de esperar por algum “benefício”, buscam eles mesmos, com instrumentos próprios e por convicção própria, a solução dos problemas que lhe aflige cotidianamente. Nesse sentido Pannekoek (2008b, p. 02) ressalta que

A verdadeira organização, a que os trabalhadores necessitam para a revolução, requer que todos tomem parte dela, de corpo, alma e cérebro; que todos tomem parte tanto na liderança como na ação, e tenham que pensar, decidir e atuar ao máximo de suas capacidades. Tal organização é um conjunto de pessoas auto-determinadas. Não há lugar para líderes profissionais. Indubitavelmente existe a obediência; todo o mundo tem que seguir às decisões as quais eles mesmos haviam tomado parte em elaborar. Porém, todo o poder sempre reside nos próprios trabalhadores.

Na concepção de Pannekoek, a organização operária através dos Conselhos Operários é a organização autêntica do proletariado. Esta vem para substituir toda e qualquer organização existente no modo de produção capitalista que declaram buscar benefícios para a sociedade. Estes são formados pelos próprios trabalhadores e estão intimamente relacionados aos locais de produção. Assim, observa-se que até agora, os interesses da classe trabalhadora têm sido limitados às decisões parlamentares e partidárias, o que equivale dizer que está amarrada e amordaçada pelas regras criadas pela burguesia. A sua libertação, no entanto, não é tarefa de partido, é, sim, fruto de sua própria ação. A organização em forma de Conselhos Operários é a expressão desta sua ação em busca da efetivação de sua liberdade, conseqüentemente, a liberdade de todos. Segundo Pannekoek (2007, p. 30), “aos operários que cabe a tarefa de se libertarem a si próprios e ao mesmo tempo a humanidade em geral, deste flagelo”.

Enquanto no capitalismo assistimos às disputas partidárias e intrigas nos bastidores parlamentar, os quais brigam pelo poder de dirigir, cada um à sua maneira, toda uma nação, paralelamente, os capitalistas exploram e arrancam à força dos operários o mais-valor que lhe dá sustentação. Com a organização social criada pelos Conselhos Operários, findam as intrigas partidárias, bem como os próprios partidos, e essencialmente, a exploração, a expropriação do trabalho da classe proletária. Chega ao fim, o parlamento. Ao mesmo tempo, os capitalistas perdem seu poder sobre os trabalhadores e são forçados a saírem de trás das mesas de seus escritórios e trabalhar, isso se quiser continuar vivendo, pois, estará impedido de roubar dos outros o que eles mesmos produziram. Assim, terá que produzir junto aos trabalhadores tudo aquilo que

necessita para sobreviver. É por isso que Pannekoek (2007, p. 98) coloca que “quando a produção se encontra organizada pelos próprios produtores, a classe exploradora de outrora se vê automaticamente excluída da participação nas decisões, sem quaisquer outras formalidades”.

Nesse sentido, do ponto de vista de Pannekoek, cessa a luta de classe. Deixa de existir as próprias classes. O Estado não terá mais sentido de existência. O capitalismo se vê destinado a seguir apenas um caminho, o de pular numa fogueira alimentada por combustíveis, e ser transformado em fumaças que logo desaparecerá no ar. Com isso, todos os indivíduos, de todos os lugares do mundo, aprenderão que o valor do ser humano, consiste unicamente, em ser ele, um ser humano, despendido de coisas, que no capitalismo, lhe valorizava.

Na nova sociedade, organizada pelos Conselhos Operários, os locais de produção estarão produzindo visando atender o interesse de todos. Nesta sociedade, enquanto um conjunto de pessoas produz os meios necessários para a vida da comunidade, outros serão escolhidos para realizar a organização desta produção em conjunto com outros locais onde são produzidos outros meios necessários para a vida dos seres humanos. A ligação entre esses locais de produção se dará através de pessoas escolhidas pelo grupo de trabalhadores de cada localidade.

A escolha destes indivíduos se dará numa assembléia e estarão nesta posição de representante o tempo que os trabalhadores acharem suficiente, podendo então, ser substituído por outro a qualquer momento. Cada um, levando as decisões tomadas em assembléias, responderão pelo local de trabalho de origem. Importante ressaltar que não se trata de dirigentes que decidem conforme sua própria vontade e interesse. Para Pannekoek (2007, p. 93) “os conselhos não governam, transmitem as opiniões, as intenções, a vontade dos grupos de trabalho”. A sua decisão visa atender aos interesses discutidos anteriormente e cada decisão e toda discussão realizada pelas pessoas escolhidas em cada fábrica, pelos conselheiros, será colocada em público posteriormente, em outra assembléia em cada fábrica.

Com esta organização, os trabalhadores elevam ao alto os interesses comuns de todo ser humano, atender de forma libertária e sem opressão, as suas necessidades básicas. Todos trabalharão conforme sua própria aptidão, conforme sua vontade e para si

próprio, felizes, pois determinarão sua própria forma e tempo de trabalho. Põem abaixo, assim, todas as organizações inautênticas e todas as expressões, valores e idéias axiológicas³⁶, fazendo prevalecer a axionomia. E para atingir este fim, é necessário, fundamentalmente, que utilize de meios autênticos. Os meios para se conseguir atingir uma sociedade autogestionária deve estar de acordo com seus objetivos. Desta forma, uma sociedade verdadeiramente libertária só pode ser alcançada com meios libertários. Isso quer dizer que negar todas as formas utilizadas pelas organizações burocráticas é fundamental.

Se os sindicatos buscam decidir pelos trabalhadores, estes deverão negar estas instituições e eles próprios decidirem o que é melhor para si. Se os partidos criam a idéia da democracia representativa, os trabalhadores deverão negar a mesma, e isso pode ser feito através da negação do voto, ou de outras expressões que podem ser criadas para divulgar a sua negação. Mas, fundamentalmente, é preciso que os trabalhadores se organizem contra os patrões e chefes. Que fortaleça o seu descontentamento e o deixe transparecer através de suas ações, mostrando para esses expropriadores que o bem estar de sua vida depende de si próprio. E para isso depende ele próprio geri-la, sem que seja preciso alguém que decida por si e para si.

Na concepção de Pannekoek, enfim, a negação e destruição de toda organização burocrática, e fundamentalmente, da organização da produção capitalista, portanto, é necessária e indispensável para fortalecer a possibilidade de uma nova sociedade. Uma sociedade estabelecida numa nova organização, onde os Conselhos Operários existirão inicialmente e poderão vir a desaparecer no futuro, dando lugar a formas mais elaboradas e desenvolvidas de organizações autogestionárias, através das quais os trabalhadores farão em conjunto prevalecer uma organização mundial fundada nos sentimentos, vontades e em relações determinadas pela solidariedade entre os seres humanos, organizações autênticas.

³⁶ Os termos “valores inautênticos”, “axiologia”, são expressões que fazem referência aos valores da classe dominante. Em contraposição aos valores dominantes, existem os valores autênticos, os valores da classe proletária. Para uma leitura mais detalhada sobre axiologia, valores inautênticos e valores autênticos ver livro “Valores na Sociedade Moderna” de Nildo Viana.

Finalizamos esta discussão sobre a questão da organização operária fazendo uso das palavras de Pannekoek (2007, p. 71), expressando assim, a sua concepção a respeito da organização operária, para o qual a hegemonia da organização dos operários com os Conselhos Operários sobre as organizações capitalistas “será uma transformação da sociedade na sua própria essência, não só porque as relações de força entre as classes terão sido invertidas, não só porque as relações de propriedade terão sido mudadas, não só, ainda, porque a população terá sido reorganizada sobre novas bases, mas essencialmente (e é o elemento capital em todo este processo) porque a classe operária se terá transformado, no mais profundo de si mesma. Os trabalhadores transformar-se-ão, de indivíduos submetidos, em donos do seu destino, confiantes em si próprios e na sua liberdade, capazes de construir e de organizar um mundo novo”.

REFERÊNCIAS

- ETZIONI, Amitai. **Organizações Modernas**. São Paulo, Pioneira, 1976.
- GORTER, Herman. **Carta Aberta ao Companheiro Lênin**. In: TRAGTENBERG, Maurício. **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MAKHAÏSKI, Jan Waclav. **A Revolução Operária**. In: TRAGTENBERG, Maurício. **Marxismo Heterodoxo**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido comunista**. São Paulo, Martins Claret, 2003.
- PANNEKOEK, Anton. **A Revolução dos Trabalhadores**. Porto Alegre, Barba Ruiva, 2007.
- _____. **A Propósito do Partido Comunista**. In: I.C.C. Vol. I. n.º 7 - Junho de 1936. Texto retirado do endereço virtual <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000041.pdf>. Acessado em maio de 2008a.
- _____. **Los Consejos Obreros**. In: Correspondencia Consejista Internacional, Vol. II no. 5, abril de 1936. Texto retirado do endereço virtual http://www.geocities.com/cica_web/consejistas/pannekoek/consejos.htm. Acessado em maio de 2008b.
- _____. **Partido e Classe**. Texto escrito em março de 1936. Retirado do endereço virtual <http://www.geocities.com/autonomiabvr/partido.html>. Acessado em maio de 2008c.
- _____. **O Sindicalismo**. In: I.C.C. Vol. II. n.º 2 - janeiro de 1936. Retirado do endereço virtual www.marxistsfr.org/portugues/pannekoek/1936/mes/sindicalismo.htm. Acessado em maio de 2008d.

_____. **Os Conselhos Operários.** Texto escrito pelo autor em abril de 1936. Retirado do endereço virtual <http://www.geocities.com/autonomiabvr/conselh.html>. Acessado em maio de 2008e.

_____. **Para Luchar Contra el Capital hay que Luchar Contra el Sindicato.** Publicado na Revista Living Marxism em 1938. Retirado do endereço virtual http://www.geocities.com/cica_web/consejistas/pannekoek/lucharsindicato/indice.htm. Acessado em maio de 2008f.

_____. **Marxismo e Darwinismo.** Retirado do endereço virtual http://www.pco.org.br/revista_digital/2006/agosto/marxismo_darwinismo.htm. Acessado em maio de 2008g.

_____. **Los Consejos Obreros (II).** Retirado do endereço virtual http://www.geocities.com/cica_web. Acessado em maio de 2008h.

TRAGTENBERG, Maurício. **Sobre Educação, Política e Sindicalismo.** São Paulo, Cortez, 1990.

_____. **Reflexões Sobre o Socialismo.** São Paulo, Moderna, 1986.

TROTSKY, Leon. **A História da Revolução Russa.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

VIANA, Nildo. **Manifesto Autogestionário.** Rio de Janeiro, Achiamé, 2008.

_____. **A Esquerda Dissidente e a Revolução Russa.** In: MACIEL, David; MAIA, Cláudio e LEMOS, Antônio Henrique (Org's). **Revolução Russa: Processos, Personagens e Influências.** Goiânia, CEPEC, 2007.

_____. **O Que São Partidos Políticos.** Goiânia, Germinal, 2003.

_____. **Os Valores na Sociedade Moderna.** Brasília, Thesaurus, 2007.

A GUERRA CIVIL NA FRANÇA DE 1871

*André de Melo Santos**

A proposta desse trabalho é a de analisar as considerações de Marx sobre a Guerra Civil na França, evento ocorrido em 1871 e que teve como característica uma primeira tentativa de revolução proletária, na qual por um breve período os trabalhadores assumiram o poder. Ao contrário das revoluções anteriores, como exemplo clássico temos a revolução francesa de 1789 em que o proletariado lutou contra a aristocracia sob a hegemonia da burguesia, enquanto no episódio analisado o proletariado lutou enquanto classe autônoma, guiada por seus próprios interesses. Inicialmente faremos uma discussão sobre as teses principais do marxismo, o materialismo histórico, modo de produção, luta de classes, ideologia e depois partirmos para o caso concreto a ser analisada, a guerra civil na França. Marx nasceu e viveu durante o todo o século XIX e acompanhou o período em que o sistema capitalista teve grande desenvolvimento e alcançou o poder político destronando os remanescentes da sociedade feudal e estabelecendo a democracia burguesa. Marx percebendo a miséria na qual os trabalhadores eram submetidos começou a se interessar pelas questões relativas às condições de vida destes.

Inicialmente tendo estudado direito e filosofia, começou a se interessar pela condição dos trabalhadores que tinham roubado lenha, diante da ação do estado e da lei Marx começou a perceber que o trabalhador diferente da sociedade feudal, na qual era servo, na sociedade capitalista era livre, mas livre para vender sua força de trabalho e receber uma parcela pequena da produção. Deste momento em diante começou o jovem Marx a dar atenção às causas sociais, que será o norte de toda sua obra. Existem autores que defendem uma ruptura entre o jovem e o Marx maduro, segundo estes os textos da maturidade contem os conceitos mais desenvolvidos, onde a obra máxima é o capital. Autores como Viana defendem o contrário, não existe ruptura e sim o desenvolvimento

* Militante do Movimento Autogestionário. Professor do Instituto Federal de Goiás/Campus Uruaçu e da Universidade Estadual de Goiás.

de um pensamento que acompanhou toda a vida e que os que defendem essa ruptura fazem isso com interesses específicos.

Marx na sua primeira fase se preocupava com a emancipação humana e caminhou para a percepção, com o desenvolvimento do seu pensamento, de que isto só seria possível com a revolução proletária. Na segunda fase sistematizou sua teoria da história, sua visão do desenvolvimento histórico da humanidade comandado pela luta de classes e pela tendência histórica da revolução proletária. Na terceira fase, desenvolveu esta teoria e aprofundou sua análise do capitalismo para descobrir a tendência histórica de criação do comunismo através da revolução proletária. (VIANA, 2007b, p.33).

Interesses estes de ocultar em Marx, o que nos textos do jovem estão mais explícitos, o Marx humanista preocupado com a emancipação humana. Desta forma privilegiam os textos econômicos engessando a totalidade do pensamento marxista. Se o jovem Marx se preocupava com a emancipação humana, essa preocupação não deixou de existir em outros textos, o próprio capital Marx demonstra como que a sociedade capitalista promove uma mercantilização das relações sociais e transforma o trabalhador em mercadoria.

Marx elaborou um método para se compreender a gênese das sociedades humanas, o materialismo histórico em que as condições sociais que determinam a existência. Rompendo com o idealismo de Hegel, segundo o qual a história era o desenvolvimento da razão humana, Marx afirma que as ideias são produto das condições históricas e logo não se desenvolvem autonomamente sem uma base material. Essa base, as condições materiais que são a base para entender as sociedades, desde as mais primitivas à moderna sociedade capitalista. Assim quando os homens eram caçadores e a comunidade tinha uma primitiva divisão do trabalho, a partir do momento que a sociedade vai se ampliando e surgindo novas formas de produção como a agricultura, aparece a propriedade privada e com ela a divisão em classes, dos possuidores e dos desprovidos de propriedade. Esses possuidores começam a utilizar a propriedade como meio de poder e impõem a que os não possuidores o trabalho obrigatório, surgindo assim as classes dominantes, que variam conforme o modo de produção: escravos, servos, proletariado moderno.

Paralelo à divisão da sociedade em classes surge o estado, a figura que representa os poderes da classe dominante, inicialmente o poder era justificado pelo fato

de que uns tinham poderes divinos ou eram representantes de deus na terra, a religião, sempre foi uma grande aliada das classes dominantes. Desta forma temos o estado ou formas de regulação³⁷, e a sociedade produzindo na base, contudo como a sociedade é formada na contradição, na exploração de uma classe por outra, esse processo denominado luta de classes culmina com a dissolução de um modo de produção, abrindo espaço para romper com a exploração como para surgir outro modo que reproduza a exploração. Assim foi com a passagem do modo escravista, hegemônico no mundo antigo, para o feudalismo que dominou a idade média, e o fim deste possibilitou a ascensão do modo de produção capitalista.

Se as sociedades de classes são fundadas nas contradições, que elementos fazem com que perpetuem e que possibilitam a sua destruição? Essa pergunta até hoje se faz muito pertinente, na sociedade escravista a mão de obra era recrutada pela força, o que obviamente fez existir muitas revoltas no processo produtivo. Na sociedade feudal o trabalhador em vez de escravo é um servo, que significa que ele tem uma relativa autonomia, como produz na propriedade do senhor feudal deve para este uma parte da produção. Na sociedade capitalista o trabalhador é livre para vender sua força de trabalho, contudo essa liberdade é uma ilusão, visto que o capitalista se apropria do produto de seu trabalho, restando a este uma pequena parte que garanta a sua sobrevivência, essa diferença entre o que produz e o que recebe Marx denominou de mais-valia, o segredo do trabalho livre na sociedade capitalista.

Para que o trabalhador não perceba o processo de exploração é preciso dividir o processo produtivo de forma que este não perceba a totalidade das relações, isto é denominado a alienação do trabalho, um processo no qual o trabalhador não se reconhece como produtor e o processo final como seu trabalho. Tal relação é reforçada pelas ideologias, entendidas como falsa consciência, que fazem com que as ideias da classe dominante sejam hegemônicas em toda sociedade, inclusive entre as classes exploradas. Desta forma as contradições da sociedade passam a ser vistas como algo natural, justificado por razões religiosas, uns descendem dos seres divinos como as

³⁷ Segundo Viana (2007a) o conceito de formas de regulação engloba, assim, o estado e suas instituições, a sociabilidade, as instituições privadas, a cultura em geral.

famílias dinásticas, ou porque uns tem mais que os outros porque possuem mais aptidão ao trabalho, etc., surgindo assim diversos tipos de explicações ideológicas.

Tendo criado um método para analisar as sociedades, Marx se debruçou sobre as condições da sociedade capitalista. Esta sucedeu a sociedade feudal, e diferentemente desta temos o surgimento de uma nova classe, a burguesia, que disputará com a Aristocracia o poder na sociedade. O renascimento comercial surgido na baixa idade média possibilitou o surgimento da burguesia, contudo, foram necessários alguns séculos para que esta classe conquiste o poder. A sociedade feudal era formada essencialmente pelo senhor feudal e os servos, com o desenvolvimento do comércio e o surgimento da burguesia a ordem feudal começou a ruir. A transição do feudalismo para o capitalismo foi um processo de ascensão da burguesia e decadência da Aristocracia feudal.

A sociedade capitalista, embora promettesse mais liberdade para o trabalhador, que deixara de ser servo, como na sociedade medieval, continuou com a exploração de classe. Essa foi ocultada, como dissemos anteriormente pela extração da mais valia. Desta forma as classes fundamentais na sociedade capitalista são a burguesia e o proletariado. Contudo, no desenvolvimento da sociedade capitalista, a luta num primeiro momento era contra os resquícios da sociedade feudal. Dos feudos unificados formaram-se os estados e, conseqüentemente, o poder destes ficou nas mãos da Aristocracia, e isso entrará em confronto com necessidades da sociedade capitalista, que primeiramente revolucionará as relações de produção para, posteriormente, requerer para a burguesia o poder político.

O século XIX foi marcado pelas revoluções liberais, revoluções estas que marcaram o fim das monarquias absolutistas na Europa. Marx viveu e acompanhou todo esse processo, que também foi marcado pela revolução industrial que possibilitou uma produção em larga escala e uma intensificação da exploração da classe trabalhadora. Ao contrário da indústria na sociedade feudal, marcada pela produção artesanal, a moderna indústria capitalista estabelece produção em larga escala. Esta produção exige uma grande quantidade de matérias primas e a utilização de mão de obra na linha de produção. Essa mão de obra era explorada em jornadas de até 16h por dia de trabalho em condições desumanas, o que forneceu subsídios para movimento operário se organizar para reivindicar melhores condições de trabalho e maiores salários. Mesmo conseguindo

a diminuição da jornada com o estabelecimento de uma jornada de 8h diárias, os capitalistas organizaram forma de dentro de esta jornada menor intensificar a produção, foi assim que surgiu a administração científica, que tem por objetivo intensificar a extração da mais valia relativa.

A competição entre os capitalistas e a produção crescente de mercadorias leva o sistema a crises constantes, conseqüentemente declinando a taxa de lucro, situação reforçada nos momentos em que a classe trabalhadora conquista ganhos salariais, ou diminuição da jornada de trabalho, assim, a base do sistema capitalista, a produção de mais valia, entra em crise, o que obriga os capitalistas a aumentar a repressão estatal ao movimento operário. A classe operária inicialmente se organizou em ligas com o intuito de defender seus direitos diante da burguesia. Para Marx a classe operária passa da “consciência em si” para a “consciência para si”, isso significa que no processo de desenvolvimento da sociedade capitalista as contradições aumentam, pois a competição entre capitalistas e entre estados pressiona para produzir mais com menos, ou seja, aumentar a produção e diminuir os custos, o que obviamente cai nos ombros da classe proletária.

Marx acompanhou esse processo na Europa, onde o capitalismo tinha surgido e estava mais desenvolvido. Na Inglaterra este processo estava mais adiantado em relação aos outros países do continente como a Alemanha e a França, o primeiro nem existia como estado unificado, já o segundo foi o berço da revolução que marcou o fim do Estado Absolutista, a Revolução Francesa. Esta foi o marco do fim do domínio da aristocracia e o início da hegemonia burguesa, uma vez que o sistema capitalista destruiu os últimos resquícios do sistema feudal, chegava a hora da burguesia tomar o poder político e para isso foi fundamental o apoio da classe proletária. As promessas de liberdade de direitos eram o carro chefe das ideologias burguesas o que atraía o proletariado ávido por se libertar das amarras da servidão.

Guerra Civil na França

O caso francês oferece um exemplo histórico de como a luta entre burguesia e Aristocracia se desenvolveram e, como que o proletariado teve um papel

importante nesse processo. Da revolução de 1789 até a guerra civil de 1871 temos o desenvolvimento das classes fundamentais no capitalismo, a burguesia e o proletariado. Desta forma faremos uma contextualização das revoluções na França para chegarmos à Guerra Civil que foi o momento que o proletariado lutou para defender o comunismo, e mesmo que a Comuna tenha durado pouco tempo, ela certamente foi a primeira tentativa de revolução proletária e demonstrou uma alternativa ao capitalismo.

Tendo sido o berço da revolução que foi um marco para o fim do Estado Absolutista na Europa, a França foi palco da luta entre a burguesia e a aristocracia, a primeira aliada da classe operária e, como esta foi desenvolvendo na luta sua consciência de classe:

Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes (...) Começa então uma época de revolução social (...) Uma organização social nunca desaparece antes de se terem desenvolvido todas as forças produtivas que é capaz de conter; nunca se lhe substituem relações de produção novas e superiores sem que as condições materiais de existência destas relações apareçam no seio da velha sociedade. É por isso que a humanidade só levanta problemas que é capaz de resolver (MARX, 2003, p.6).

O caso francês é um exemplo bem claro de como a luta de classes se desenvolve na sociedade capitalista. No estágio inicial a luta é contra o Estado Absolutista e seus privilégios, num segundo momento a com a burguesia já no poder e que todas as promessas de liberdade propostas pelas ideologias liberais servem apenas para encobrir as novas formas de exploração o movimento operário começa perceber que só a revolução proletária pode proporcionar a liberdade e extinguir a exploração de classe.

A Revolução foi seguida de várias fases, e como não é o objeto de nosso estudo, vale destacar o Império de Napoleão Bonaparte, este aliado dos girondinos (alta burguesia) chega ao poder e neste fica até sua derrota para os ingleses em 1815. Seu governo lançou as bases para a hegemonia burguesa na França. Contudo, a nobreza e o clero aliados das outras monarquias da Europa, após a derrota de Napoleão em Waterloo retomam o poder. Em 1848 uma nova crise abala a monarquia e esta é sucedida pelo império de Napoleão III sobrinho do primeiro, o que Marx parodia na famosa frase “(...) todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por

assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 1978, p.329).

Napoleão III buscou fortalecer o império francês no continente europeu, contudo com a ascensão de movimentos nacionalistas e o desenvolvimento econômico e industrial de outros países europeus e, agravado por crises internas, o governo de Napoleão III entrou em crise, e a desastrosa campanha contra a Prússia, terminando com a derrota da França e a queda de Napoleão III. A derrota na guerra e a consequente invasão feita pela Prússia colocou em questão a defesa da nação. O movimento operário luta pela libertação da classe, como Marx coloca no Manifesto Comunista um caráter internacionalista, pois a burguesia que se beneficia do nacionalismo, e as guerras motivadas por esta ideologia reforça os imperialismo nacionais.

Com a invasão do exército Prussiano e a capitulação do império, o Estado fica enfraquecido, e o operariado de Paris se organiza para defender a cidade, criando uma espécie de nova organização denominada Comuna de Paris, essa defesa assume o caráter de um movimento revolucionário e este faz com que os velhos inimigos, se unam para derrubar a Comuna. Com a França derrotada, sua burguesia pede auxílio à Prússia para que esta ajude a derrubar a comuna. Segundo Marx:

Uma vitória de Paris sobre o agressor Prussiano teria sido uma vitória dos operários franceses sobre o capitalista francês e seus parasitas nacionais. Neste conflito entre dever nacional e interesse de classe, o Governo de Defesa Nacional não hesitou um momento em transformar-se em um Governo de Defecção Nacional. (MARX, 2011, p35).

A burguesia francesa preferiu aliar-se ao agressor Prussiano para derrotar a Comuna, o que para Marx demonstra que seus interesses de classe estão acima dos interesses nacionais, diga-se de passagem, tão propalados. Mas o que fazia da Comuna uma ameaça à hegemonia burguesa? O que ela trazia de novo no contexto da luta de Classes?

Inicialmente precisamos entender o que foi a Comuna, para depois chegarmos ao seu legado para o movimento revolucionário. Os operários de Paris pegam as armas para defender a cidade do invasor prussiano, uma vez que é vitorioso na defesa, estabelece uma nova forma de governo, que toma medidas em prol da classe trabalhadora como: supressão do trabalho noturno para padeiros e diaristas; devolução integral do valor dos

aluguéis; abolição do alistamento. Essas medidas assustaram a burguesia francesa e de outros países. Todo o aparato estatal passou a funcionar por eleições diretas nas quais os eleitos eram destituídos de seus cargos caso não correspondessem aos interesses dos *Communards*, segundo Marx:

Dos membros da Comuna até os postos inferiores, o serviço público tinha de ser remunerado com salários de operários. Os direitos adquiridos e as despesas de representação dos altos dignitários do Estado desapareceram com os altos dignitários. (MARX, 2011, p.57)

A Comuna também se livrou do caráter opressor do Estado, na sociedade capitalista o Estado representa os interesses da classe dominante, no caso a burguesia, apesar do discurso universalista este cria mecanismos para amortecer a luta de classes e servir de instrumento legitimador da ordem burguesa, o que se faz necessário o aparato policial, que também foi suprimido junto com o exército permanente e o alistamento militar obrigatório.

Embora tenha durado um curto período, de março a maio de 1871 ela foi derrotada pelas forças do exército francês libertada pelos prussianos, visto que para a classe dominante era fundamental eliminar aquela ameaça que, diga-se de passagem, é o espectro que ronda a Europa, dito por Marx no manifesto comunista. Foi à primeira experiência na qual a classe trabalhadora tomou as rédeas do processo histórico e o movimento revolucionário foi vitorioso. Assim a utopia de uma sociedade sem classes mostrou sua face real, e apesar dos erros dos *Communards*, ditos por Marx em não expandir a revolução para outras cidades e assim barrar o processo contrarrevolucionário, não tirou a importância da Comuna para o movimento revolucionário.

Considerações Finais

Marx foi o principal teórico do movimento operário, quando era estudante de direito começou a se interessar pelas questões ligadas aos trabalhadores. Para isso precisou ir a fundo à gênese da sociedade capitalista, como ela se formou, bem como que a esperança de liberdade prometida pelas ideias liberais escondia uma nova forma de dominação. Desta forma sua obra foi marcada pela causa da emancipação humana, e mesmo que tenha sido um autor que suas ideias foram muito deformadas, lembramos

aqui da socialdemocracia de Kautsky que defendia a participação nas eleições burguesas e a criação de partidos operários como existem até hoje, como uma forma da classe operária chegar ao poder do Estado. Outra deformação do marxismo foi o bolchevismo-leninismo, estes embora defendessem a revolução acreditavam que uma classe de revolucionários, a vanguarda, deveria tomar o poder do Estado e, uma vez estabelecida a ditadura do proletariado para no momento seguinte instaurar o regime comunista.

Acontece que essas duas deformações do marxismo, conseguiram uma ascensão e o partido socialdemocrata se tornou o maior da Alemanha, e o bolchevismo se apoderou da Revolução Russa, e lá implantou o denominado capitalismo de estado, ou seja, um regime capitalista com um discurso socialista, que não realizou o fundamental, e que foi realizada na Comuna, a destruição da produção capitalista, a extração de mais valia, logo o socialismo se converteu em um regime que explora os trabalhadores e no lugar da burguesia, temos a burocracia estatal comandando o processo.

Felizmente, o pensamento de Marx teve seguidores e estes além de se manterem fiéis à perspectiva do proletariado, elaboraram análises que deram continuidade à obra de Marx e elaboraram a crítica das deformações do marxismo. Citaria Korsch que participou do partido comunista alemão e saiu por divergências com o burocratismo deste, bem como da fundação da Escola de Frankfurt de onde saiu por ver que a escola se afastava do movimento operário o que ele via como uma degenerência de seus princípios. Anton Pannekoek outro renegado pelo bolchevismo e socialdemocracia, foi o teórico dos conselhos operários, e um crítico feroz da tendência burocrática dos partidos como do regime soviético. E a história provou que estes teóricos diziam no começo do século XX e os regimes capitalistas de estado ruíram na Europa.

No fim do século XX com a derrocada dos regimes capitalistas de estado, o marxismo passou a ser dito como algo que estava fora da história visto que para os ideólogos capitalistas o fim do dito socialismo real provava a superioridade do sistema capitalista e segundo estes, mesmo com suas contradições é o que sobreviveu. Que o movimento operário estava em crise já que não existia para estes mais a classe operária organizada. Contudo a euforia pela ascensão do modelo neoliberal que na prática aprofunda as contradições do sistema, mas conseguiu certa estabilidade na década de 1980-90, no momento atual (2015) assistimos mais uma crise do sistema, com

consequências no mundo todo, como aumento da fome, miséria e desemprego, aliás, características do sistema capitalista.

Dito isso, julgamos que a experiência da Comuna foi importante para o aprendizado da classe operária no movimento de libertação de si e de toda sociedade da exploração do sistema capitalista. O movimento revolucionário, ao contrário do que propalam os ideólogos capitalistas, está vivo, e experiências como na Argentina na década de 2000, e os movimentos antiglobalização na Europa ameaçam romper com o sistema. Lógico que como na Comuna a implantação de uma sociedade autogerida depende de condições históricas, condições estas que a classe operária assuma o papel revolucionário de libertar a humanidade da exploração capitalista. E, neste ponto a Comuna é um exemplo histórico de como a classe operária tem que se organizar, e conduzir o processo revolucionário.

REFERÊNCIAS

- BLUCHE, Frédéric. *Revolução Francesa*. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, Karl. *A Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MCLELLAN, David. *As Ideias de Marx*. São Paulo: Cutrix, 1975.
- MATTICK, Paul. Karl Kautsky. *De Marx a Hitler*. In *Karl Kautsky e o Marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- PANNEKOEK, Anton. *A Revolução dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Barba Ruiva, 2007.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- VIANA, Nildo. *A Consciência da História*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2007a.
- VIANA, Nildo. *O que é Marxismo?* Rio de Janeiro: Elo Editora, 2008.
- VIANA, Nildo. *Um Marxismo Vivo*. Rio de Janeiro: Barba Ruiva, 2007b.

CAPITAL COMUNICACIONAL E DISCURSO DO PODER

Lisandro Braga*

O conceito *capital comunicacional*, de autoria de Nildo Viana (2007c), é parte da tentativa desse autor em apresentar uma teoria do modo de comunicação na sociedade capitalista, mas que ainda se encontra inconclusa. Porém, tal conceito já apresenta grandes avanços na compreensão sobre tal modo de comunicação, que supera os construtos predominantes nas principais discussões sobre o tema: comunicação de massas, cultura de massas, indústria cultural etc.

Essa proposta está contida no seu capítulo *Para além da crítica dos meios de comunicação* (2007c), na obra *Indústria cultural e cultura mercantil* (2007), no qual resgataremos seus principais argumentos e suas contribuições para pensarmos os interesses de classe por detrás do capital comunicacional, excepcionalmente na sua forma jornalística impressa (e também digital), a relação com os discursos e correntes de opinião que ela produz (seleciona, recorta, destaca, oculta etc.) e veicula, principalmente em contextos de maior radicalidade da luta de classes.

A busca pela compreensão da realidade concreta exige um conceito que expresse adequadamente essa realidade, pois o conceito depende da realidade que busca expressar e não o contrário, visto que é a realidade social que o torna necessário e se expressa através dele. Portanto, se a realidade concreta é multifacetada e complexa, o conceito que busca expressá-la também deve ser: “se o conceito é expressão da realidade, as suas características são as mesmas desta” (VIANA, 2007b). Partindo dessa constatação, o autor contesta os construtos (sistematização de uma noção falsa da realidade), meios de comunicação de massa, cultura de massas, indústria cultural etc., pois esses carecem de um referencial teórico-metodológico mais apropriado e, por conseguinte, obscurecem mais do que expressam a realidade. Para o autor,

as concepções de indústria cultural, meios de comunicação de massa, cultura de massas, entre outras, padecem da falta de uma base

* Doutor em Sociologia/UFG e professor de Teoria Política na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS.

metodológica e conceitual adequada. Apesar da influência do marxismo em muitas elaborações sobre a indústria cultural, as análises, na verdade, não utilizam o método dialético e acabam caindo em posições antidialéticas, mesmo utilizando a palavra dialética ou dizendo adotar tal método. Por outro lado, e mais grave, uma vez produzidas tais concepções, elas acabam se tornando referências obrigatórias e criam uma armadura linguística que dificulta o avanço intelectual sobre o fenômeno da comunicação na sociedade capitalista. O problema da linguagem é fundamental, pois a consciência a usa como elemento mediador para se desenvolver, e, quando a linguagem é coisificada, isto acaba efetuando uma coisificação da consciência. Tendo em vista que vivemos numa sociedade na qual a consciência coisificada predomina, então ela e a linguagem coisificada se reforça mutuamente (VIANA, 2007c, p. 08).

Seguindo sua análise, as teses da sociedade de massas e da cultura de massas, no qual os meios de comunicação (de massa) se inserem, são ideológicas. Primeiramente, o foco fundamental da discussão sobre a comunicação não deve residir nos meios de comunicação, mas sim no modo de comunicação, pois do contrário a mesma focaria fundamentalmente na questão tecnológica ou industrial. No fundo, a ideia de meios de comunicação remete aos “grandes meios de comunicação” (TV, rádio, impressa) e esses não são homogêneos como nos faz entender tais teses. Pelo contrário, existe uma heterogeneidade de meios (empresas oligopólicas, pequenas empresas etc.), que funcionam de formas distintas, mas que, no entanto, também possuem semelhanças entre eles. A questão é que a semelhanças não se encontram nos meios, mas sim no modo de comunicação instituído na sociedade capitalista.

A outra homogeneização que não corresponde com a realidade é a promovida pelo construto “massas”. Esse tal como o construto “povo” é uma abstração metafísica que “a tudo responde sem nada responder”, “aquela palavra mágica, refrão a que todos se apegam, fórmula para todos os problemas, sésamo para todas as portas, não tem limitações, contornos, características” (SODRÉ apud VIANA, 2007c, p. 10). Esse construto ofusca a realidade concreta, pois restringe a heterogeneidade da população, que é dividida em classes sociais antagônicas, com interesses distintos e em oposição umas às outras, à “massa”. No fundo, oculta que o modo de comunicação é capitalista e, portanto, interessado na reprodução das relações de exploração e na sociabilidade que nela se fundamenta. A obtenção de êxito nessa tarefa exige a posse dos meios de dominação (obscurecimento) comunicacional, quer dizer, a posse do capital comunicacional.

Nesse aspecto, a análise de Adorno e Horkheimer contém avanços e limites. Avança no sentido de apresentar as insuficiências e o caráter ideológico do termo *meios de comunicação de massa*, mas se limita a isso, pois não consegue ultrapassar as barreiras da linguagem fetichizada, se aprisionando em outro construto: *indústria cultural*. Sendo assim como os outros, esse construto também precisa ser ultrapassado “efetivamente, não apenas através da crítica, mas também através da explicação do fenômeno que tal ideologia oculta”. E esse é o propósito fundamental de Viana (2007c), qual seja, apresentar um conceito que dê conta dessa realidade concreta e que ultrapasse os limites ideológicos desses construtos.

Apesar do avanço da explicação dos autores frankfurtianos em relação às teses dos *meios de comunicação de massa*, apesar dos seus momentos de verdade, o construto *indústria cultural* apresenta uma grande limitação explicativa e isso se deve, significativamente, aos limites da compreensão, explicação e crítica ao capitalismo, fornecida pela Escola de Frankfurt. A falta do uso do método dialético, conseqüentemente a ausência de uma teoria ampla e profunda do capitalismo, bem como a falta da perspectiva proletária³⁸ permitiu a esses autores apresentarem uma concepção não dialética do modo de comunicação capitalista (a indústria cultural) e, portanto, sem a percepção das contradições, da luta de classes e do potencial revolucionário do proletariado. Afinal de contas, alguns autores dessa escola estavam enfeitiçados pela crença da integração do proletariado ao capitalismo, tal como defendia Marcuse e outros. A não percepção da totalidade capitalista, da existência de um bloco capitalista subordinado, do imperialismo que lhe dá vida e a temporária estabilidade adquirida no bloco imperialista graças à sua superexploração etc. aponta para a principal

³⁸ O termo perspectiva aqui aponta para a questão do *ponto de vista*, do *modo de ver*, isto é, existe o que é visto (sociedade capitalista) e sob que ponto de vista se vê (perspectiva burguesa e perspectiva proletária, fundamentalmente). Por isso, podemos falar de *visão de classe*, *ponto de vista de classe*, que “é perpassado por uma mentalidade e é facilitado e incentivado pelo processo histórico real, bem como pela posição que o indivíduo ocupa nessa sociedade. A posição que um indivíduo ocupa numa dada sociedade se refere à qual classe ele pertence ou a partir de qual perspectiva ele se coloca. Embora seja raro, é possível um indivíduo de uma classe partir da perspectiva de outra, o que não o livra da possibilidade de mesclar perspectivas diferentes, ameaçando, assim, no caso do proletariado, a possibilidade de uma visão correta da realidade em sua totalidade. A perspectiva do proletariado, então, é a perspectiva de uma classe social determinada e que expressa como ela vê a sociedade a partir de sua relação com ela. Essa perspectiva, segundo Marx, marcaria a unidade entre o que é visto e a forma como se vê. A perspectiva de Marx busca ser essa perspectiva de classe e é nesse sentido que se pode compreender sua obra” (VIANA, 2007, p. 74-75).

fragilidade dessa compreensão, ou seja, a não percepção de que a estabilidade era relativa, temporária e não eterna.

Na verdade, a realidade concreta que o construto *indústria cultural* pretende sem grandes êxitos explicar, tem a ver com as características do emergente regime de acumulação conjugado, sua dinâmica etc. A acumulação conjugada (1945-1980), nasce do caminho aberto pela segunda guerra mundial, pois com a destruição massivas das forças produtivas criou-se uma situação generalizada extremamente favorável para a acumulação de capital, em um contexto de grande capacidade tecnológica/produtiva existente. No entanto, como todo regime de acumulação, o conjugado precisou lidar com suas contradições e para isso, como vimos anteriormente, buscou “integrar a classe operária ao capitalismo”, isto é, promover melhores condições para o consumo dessa classe social, aumentando a produção dos meios de consumo, desviando parte dos meios de produção para ele (VIANA, 1996; 2003).

Aqueles que denunciaram a integração da classe operária no capitalismo devido ao aumento do seu nível de renda viram apenas um lado da questão. Na verdade, tal integração ocorreu graças à instauração de um modo de vida capitalista também no interior da classe operária. O que explica isso é o desenvolvimento capitalista. Este é um desenvolvimento contraditório: ao mesmo tempo precisa “revolucionar” constantemente os meios de produção, ele necessita barrar este desenvolvimento [...] A partir das crises do capitalismo mundial que provocaram as duas guerras mundiais, a classe dominante buscou superar esta tendência através da intervenção estatal na produção-distribuição-circulação, da expansão transnacional e da expansão da produção dos meios de consumo e do setor de serviços (VIANA, 1996, p. 14).

Nesse processo de produção de meios de consumo e de serviços, duas características são fundamentalmente marcantes: a burocratização e mercantilização da vida³⁹. Aqui, mencionaremos apenas o processo de mercantilização. A acumulação de capital ampliada exige a transformação de tudo em mercadoria e a produção de meios de consumo se apresenta como uma estratégia para combater a tendência declinante da taxa de lucro, pois cria e fortalece certos setores do capital. É nesse contexto, e visando tais fins, que o capitalismo oligopolista transnacional produz diversas necessidades de consumo, tais como os aparelhos domésticos (televisão, rádio etc.),

³⁹ Cf. (VIANA, 1996).

bens descartáveis e de obsolescência planejada, assim como é instaurada uma nova moral: em que, segundo Baudrillard: despesa, prazer e não-cálculo substituem os valores antigos de poupança, trabalho e patrimônio. Os indivíduos são compelidos a consumir como efetivação de seu dever de cidadãos. É o que o referido autor chamou de *Fun-morality*: “imperativo de se divertir e de explorar tudo a fundo todas as possibilidades de se fazer vibrar, gozar ou gratificar” [...] (ORIO, 2016, p. 08-09).

A transformação de tudo em mercadoria se expande, fortalecendo setores já existentes (capital comercial e outros) e dando origem a “novos” nichos de acumulação, tais como o de serviço (capital dos serviços) e o comunicacional (capital comunicacional). Por conseguinte,

o capital comunicacional é aquele voltado para o investimento capitalista nas empresas de comunicação, cada vez mais oligopolistas. É um novo setor do capital, que já existia de forma embrionária no regime de acumulação anterior, mas que se torna mais forte e vai produzindo um processo de concentração e centralização crescente. Assim, ao invés de indústria, um termo relativamente neutro e pouco preciso, *trata-se de capital, que expressa relações sociais de exploração e acumulação*, em contraposição a um mero processo de produção não definido linguisticamente, tal como indústria ou empresa. É o *domínio do capital nas empresas de comunicação, formando empresas capitalistas de comunicação* que se tornam, com o passar do tempo, oligopolistas. O capital comunicacional não produz cultura, arte. Ele produz mensagens, divulgação, comunicação das obras artísticas, culturais ou de informação. Os seus funcionários são assalariados, os demais, que não possuem vínculo empregatício são remunerados através de direitos autorais, pagamento por prestação de serviços, etc. [...] Assim, o conceito de indústria cultural é impreciso e eufemístico, enquanto que o conceito de capital comunicacional é preciso e nem um pouco eufemístico: expressa a *dominação capitalista no processo de comunicação via meios tecnológicos* (VIANA, 2007c, p. 14 – itálicos nossos).

Como todo capital, o comunicacional tende a se expandir de forma concentrada e centralizada, formando grandes oligopólios comunicacionais, concentrado nas mãos de um pequeno grupo, que passa a controlar um poderosíssimo meio de dominação social: a dominação comunicacional. Com isso, o caráter autoritário e vertical da comunicação, presente em toda sociedade fundada na exploração de uma classe social sobre outra, se amplia significativamente, constituindo, dessa maneira, o modo dominante e autoritário de comunicação capitalista. Por serem empresas capitalistas de comunicação produzem mercadorias (mensagens, informação, discursos etc.) que visam o lucro. A comunicação torna-se, além de autoritária e vertical, mercantil e lucrativa.

O pouco que apresentamos sobre o conceito de *capital comunicacional* e a realidade que ele concretamente expressa são suficientes para percebermos a centralidade que ele adquire em nosso trabalho; a partir desse conceito estabelecemos, como ponto de partida fundamental dessa investigação, que os discursos e correntes de opinião, produzidos e veiculados por algumas empresas capitalistas de comunicação⁴⁰ com o intuito de estigmatizar e criminalizar a contestação sócia etc. são encarados aqui como uma estratégia do bloco dominante para criar um consenso em torno da criminalização da contestação social e dos contestadores sociais, assim como a necessidade de reprimi-los violentamente e ocultar tal violência ou “torna-la” legítima perante a sociedade. Ou seja, tais ações são expressão da luta de classes no plano discursivo (cultural) e dos interesses de classe que se encontram por detrás do capital comunicacional, quer dizer, os interesses do bloco dominante que lhe determina. Chegamos aqui em um aspecto crucial desse debate, a relação entre capital comunicacional, discurso jornalístico e interesses de classes.

O capital comunicacional, através das empresas capitalistas de comunicação, buscam dois objetivos fundamentais. O primeiro consiste na busca pelo lucro, tanto o fornecido pela produção da *mercadoria jornal* quanto aquele oriundo da propaganda comercial que ele veicula etc.; o segundo interesse caracteriza-se pela busca de melhores condições ideológicas que garantam a regularização da sociabilidade (modo de vida) burguesa. Logo,

todo este processo reproduz os interesses da classe dominante. A indústria cultural produz uma padronização e manipulação da cultura, reproduzindo a dinâmica de qualquer outra indústria capitalista, a busca do lucro, mas também reproduzindo as ideias que servem para sua própria perpetuação e legitimação e, por extensão, a sociedade capitalista como um todo (VIANA, 2007c, p. 23).

Nesse sentido, o capital comunicacional não apenas se utiliza da alta tecnologia dos meios de emissão de comunicação/informação, como o faz de determinado modo.

⁴⁰ Nesse trabalho contamos com aproximadamente 507 declarações (discursos) extraídas de jornais de diversas empresas capitalistas de comunicação (jornal Clarín, La Nación, Página 12, La Mañana del Sur, Río Negro, El Tribuno etc.), emitidas por diversos sujeitos sociais (contestadores, burocratas governamentais/partidários/sindicais/militares, membros do aparato repressivo estatal, advogados, membros da classe subalterna, leitores, moradores da região onde ocorreram a contestação social, docentes e vários outros) entre os anos de 1996/1997/2000/2001 e 2002, nas províncias de Neuquén, Salta e Buenos Aires.

Para garantir a regularização das relações sociais existentes, o conteúdo discursivo jornalístico deve ser ideologêmico e axiológico, deve apontar para a naturalização da realidade e para a reprodução das representações cotidianas e ilusórias, que expressam predominantemente o imaginário social, bem como para a formação de uma consciência coisificada e não contestadora. Em síntese, o conteúdo discursivo jornalístico não deve apontar para além da aparência dos fenômenos sociais, tal como a perspectiva da burguesia comunicacional não pode ultrapassar os limites da sociabilidade burguesa (VIANA, 2013; 2007d; 2008a).

O discurso jornalístico tem como propósito fundamental realizar a propaganda, isso é a transmissão de determinadas ideias ou acontecimentos e/ou determinadas ideias sobre determinados acontecimentos. Existem, basicamente, duas modalidades de propaganda, a propaganda comercial e a *propaganda ideologêmica*. Essa última é a que nos interessa. A complexidade e maior sistematização exigida para a produção e propagação de uma ideologia são incompatíveis com o formato discursivo exigido pelo jornalismo (mesmo impresso). Esse precisa de uma linguagem simples, objetiva e de fácil acesso ao grande público, no entanto a qualidade dessa linguagem deve ser ideologêmica, quer dizer sua representação sobre os fenômenos sociais deve se fundamentar em fragmentos de ideologia (sistema de pensamento ilusório), numa representação cotidiana⁴¹ da realidade, marcada pela naturalização das relações sociais e pelos padrões dominantes dos valores na sociedade (axiologia⁴²). O discurso jornalístico, portanto, equivale a uma das formas em que o capital comunicacional transmite sua perspectiva, que é determinada pelo bloco dominante⁴³. Esse, por sua vez, conta com

⁴¹ As representações cotidianas são “expressão da vida cotidiana, a manifestação das atividades cotidianas dos indivíduos não apenas em seu repertório temático (determinado por uma forma concreta de sociabilidade) mas também em sua forma de expressão, marcada pela naturalização, simplificação e regularidade” (VIANA, 2008a, p. 113-114).

⁴² “Um padrão é, de certa forma, uma configuração, uma forma. Um padrão dominante é aquele que possui uma supremacia sobre outros padrões. Um padrão dominante de valores é, então, um padrão de valores que possui supremacia sobre outros padrões de valores. Uma configuração é uma determinada forma que assume os valores dominantes, que são os valores da classe dominante. Os valores dominantes podem assumir diferentes configurações, mas conservam sempre os valores fundamentais correspondentes aos interesses da classe dominante. É por isso que a axiologia é uma determinada configuração dos valores dominantes” (VIANA, 2007d, p. 33).

⁴³ Sobre o bloco dominante e a ideia de blocos sociais, conferir nesse número da Revista Enfrentamento o artigo de Viana (2015a).

seus ideólogos e aparatos institucionais (estado, partidos políticos etc.) para produzir uma concepção hegemônica, uma *corrente de opinião* predominante na sociedade, que é reproduzida pelo capital comunicacional, através dos discursos que ele veicula. As correntes de opinião são entendidas por nós em sua dinamicidade, tendo seu período de nascimento, difusão e perecimento; são relativas a acontecimentos, processos sociais e políticos, questões polêmicas, produções culturais e ideológicas, demandas sociais e também, como veremos, relativas à contestação social. “Elas influenciam a formação de opiniões momentâneas, simuladas e resistentes em determinada conjuntura e por isso são conjunturais” (VIANA, 2015b, p. 12).

Por último, para concluirmos, nos resta apresentar a compreensão teórica que temos sobre o discurso e que utilizaremos na fundamentação desse trabalho. Afinal, o que é um discurso? Para respondermos essa questão é necessário, primeiramente, realizarmos uma discussão sobre a linguagem, isto é sobre o *meio de manifestação* do discurso. Sendo assim, o que é a linguagem? A busca por respostas a essas duas questões compõe, no fundo, parte da procura por respostas a uma questão mais ampla, isto é, a relação entre discurso e poder. Diversos teóricos se debruçaram sobre essa questão, no entanto, nem todas as respostas foram satisfatórias, visto que algumas apontaram para uma concepção metafísica, tanto de poder (como relação), quanto de discurso (*formação discursiva*) (FOUCAULT, 2012; 2012a). Sendo assim, buscaremos respostas a essas questões partindo de uma concepção dialética de linguagem e poder.

Ao partirmos dessa perspectiva, evidenciamos nitidamente a existência de uma relação íntima entre a linguagem e as relações sociais de determinada sociedade dividida em classes sociais. Em *A ideologia alemã* (1991), Marx e Engels já apontavam elementos que levam a essa compreensão:

a produção de ideias, de representações, da consciência, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, ideias etc., mas os homens reais e ativos, os homens que realizam (**die wirklichen, wirkenden Menschen** – o ser humano, ação humana), tal como acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e do

intercâmbio que a ele corresponde até às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E se em toda ideologia os homens aparecem de cabeça para baixo como numa **Câmara obscura**, é porque este fenômeno deriva do seu processo histórico de vida, da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida [...] não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou se representam, e também não dos homens narrados, pensados, imaginados, representados, para daí se chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos, e com base no seu processo real de vida apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos deste processo de vida [...] A moral, a religião, a metafísica e a restante ideologia, e as formas da consciência que lhes correspondem, não conservam assim por mais tempo a aparência de autonomia. Não tem história, não tem desenvolvimento, são os homens que desenvolvem a sua produção material e o seu intercâmbio material que, ao mudarem esta sua realidade, mudam também o seu pensamento e os produtos do seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 1991, p. 36-37).

Nessa passagem, Marx e Engels (1991) nos oferece importantes pistas para pensar a linguagem como um ato social, visto que essa emana do comportamento material dos seres humanos, logo de relações sociais estabelecidas entre eles (a linguagem da política, das leis, da moral etc.) e não uma realidade autônoma, existente por si só, nem tão pouco neutra. O ser humano, ao surgir no mundo, se depara com um conjunto de relações sociais já constituídas, na qual ele não decide se participará ou não delas. Assim como uma série de atitudes lhe serão impostas, o idioma que ele aprenderá a falar não é da sua escolha. Os valores, as ideias, os sentimentos, enfim a mentalidade já estará determinada independentemente da vontade do indivíduo. Sua interferência no mundo se dá a partir do momento em que passa a desenvolver sua consciência com a experiência (vivência). Portanto, sua consciência individual se forma socialmente a partir da imposição da cultura dominante (MARX e ENGELS, 1991; VIANA, 2009c). Porém, ainda assim é preciso questionar qual é a origem da linguagem e o que ela é.

A partir do momento em que a linguística surge como ciência autônoma, através da obra de Ferdinand Saussure, passou-se a estudar internamente a linguagem. Daí por diante, seguindo Fiorin (2007), parte expressiva dos linguistas abandonaram a preocupação com as relações entre linguagem e sociedade, assim como as vinculações entre a linguagem e os seres que dela fazem uso. “Sua preocupação básica passou a ser a análise das relações internas entre os elementos linguísticos. Estabeleceu-se assim a

chamada linguística estrutural” (FIORIN, 2007, p. 05). Essa teve seu momento de apogeu e declínio, influenciou diversos pensadores nas últimas décadas e foi tomada como “ciência-piloto” por alguns, porém, nos últimos anos sofreu duras críticas de diversas outras correntes (sociolinguística, psicologia da linguagem, a análise do discurso etc.), que passaram a apresentá-la como sendo ideológica em seu conjunto, uma linguística burguesa.

Rousseau, em sua obra *Ensaio sobre a origem das línguas* (1987), apresentou uma explicação confusa e limitada sobre a origem da linguagem. Para ele, a linguagem não tem origem nas necessidades e na razão, mas sim (sem argumentos que comprovem) na moralidade e na paixão: “não se começou raciocinando, mas sentindo [...] todas as paixões aproximam os homens, que a necessidade de procurar viver força a separarem-se. Não é a fome ou a sede, mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera, que lhes arrancaram as primeiras vozes” (ROUSSEAU, 1987, p. 164). Apesar da tese insustentável de que os sentimentos – apresentados por ele de maneira metafísica – são a origem da linguagem, Rousseau já apontava aquilo que na contemporaneidade é aceito por muitos: a origem social da linguagem. No fundo, a origem da linguagem é tanto afetiva quanto material, e as duas comprovam seu caráter social. A existência humana só foi possível graças à associação e essa necessitou, sem sombra de dúvidas, da linguagem para se articular e agir em conjunto, como forma de garantir a sobrevivência coletiva.

Então de que maneira, a partir de agora, definir a linguagem? Sapir (1980) e Viana (2007c) apresentam uma definição semelhante de linguagem, na qual estamos de acordo. Para eles, a linguagem equivale a um conjunto de signos⁴⁴ (sonoros, gráficos, gestuais) criados e utilizados pelos seres humanos como meios capazes de possibilitarem a comunicação de ideias entre eles. Desse modo, a linguagem se estabelece através das relações sociais.

A linguagem é tão velha quanto a consciência; ela é consciência prática, tal como existe para outros homens, e por essa razão está começando realmente a existir para mim também pessoalmente; pois a linguagem, assim como a consciência, só brota da necessidade, da exigência, do intercâmbio com outros homens. Onde há um **relacionamento**, ela existe

⁴⁴ Chamado de recursos simbólicos por Viana (2007c) e de sistema de símbolos por Sapir (1980).

para mim: o animal não tem “relações” com coisa alguma, nem as pode ter (MARX apud FROMM, 1975, p. 100 – negritos nossos).

A linguagem

está submetida ao processo social, possuindo, portanto, a mesma dinâmica, historicidade e singularidade da sociedade onde ela emerge. Assim, linguagem, tal como coloca Fromm (1979), está intimamente ligada à sociedade na qual ela emerge, sendo que existe uma sinonímia entre linguagem e sociedade. A sociedade produz uma linguagem adequada a ela, com um léxico, uma semântica, uma gramática etc. que é específica e socialmente organizada (VIANA, 2007c, p. 19).

Nas sociedades de classes, nas quais as ideias dominantes são as ideias da classe dominante, expressão dos seus interesses de classe e a serviço da manutenção das relações de exploração e da consciência coisificada, é de se esperar que a linguagem também esteja perpassada por tais interesses e pela luta de classes que deriva deles. Coube inicialmente a Bakhtin (2010) desenvolver a tese segundo a qual a linguagem é o ringue no qual se confrontam os valores sociais antagônicos. Na introdução da obra de Bakhtin, *Marxismo e filosofia da linguagem* (2010), Yaguello apresenta a principal tese desse autor:

se a fala é o motor das transformações linguísticas, ela não concerne os indivíduos; com efeito, a palavra é a arena onde se confrontam os valores sociais contraditórios; os conflitos da língua refletem os conflitos de classes no interior mesmo do sistema: comunidade semiótica e classe social não se recobrem. A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder, etc. Na medida em que às diferenças de classe correspondem diferenças de registro ou mesmo de sistema (assim, a língua sagrada dos padres, o “terrorismo verbal” da classe culta, etc.), esta relação fica mais evidente (YAGUELLO, 2010, p. 14).

A preocupação central de Bakhtin (2010) nessa discussão vincula-se à questão de saber como a “infra-estrutura” de determinada sociedade determina seu signo (“superestrutura”) e como o signo reflete e refrata a realidade em transformação. Em outras palavras, como o modo de produção determina a linguagem enquanto uma forma de regularização das relações sociais apropriadas para esse modo de produção: sociedade capitalista, linguagem capitalista. No entanto, Bakhtin enfatiza que o signo também pode refratar a linguagem dominante, ou seja, pode constituir-se em um

elemento de resistência à essa linguagem e, conseqüentemente à sociedade que lhe dá fundamento:

na realidade, todo signo ideológico vivo tem, como Jano (deus romano das mutações e transições), duas faces (uma voltada para frente e outra para trás). **Toda crítica viva pode tornar-se elogio, toda verdade viva não pode deixar de parecer para alguns a maior das mentiras.** Esta *dialética interna* do signo não se revela inteiramente a não ser nas épocas de crise social e de comoção revolucionária. Nas condições habituais da vida social, esta contradição oculta em todo signo ideológico não se mostra à descoberta porque, na ideologia dominante estabelecida, o signo ideológico é sempre um pouco reacionário e tenta, por assim dizer, estabilizar o estágio anterior da corrente dialética da evolução social e valorizar a verdade de ontem como válida hoje em dia. Donde o caráter refratário e deformador do signo ideológico nos limites da ideologia dominante (BACKHTIN, 2010, p. 48 – negritos e parênteses nossos).

Nessa passagem, Bakhtin demonstra que a linguagem é perpassada pela luta de classes e essa gira em torno dos signos utilizados na comunicação humana, pois é do interesse da burguesia impor determinados signos e evitar o desenvolvimento de outros, objetivando emperrar o livre avanço da consciência para além das fronteiras do capital. Essa busca, nem sempre intencional, pretende impor a ideologia burguesa, seus valores, concepções e mentalidade. No entanto, há um processo de resistência, levado a cabo pelas classes exploradas, com o intuito de expressar uma linguagem diferenciada. Contudo, tal resistência se apresenta mais nitidamente apenas em períodos de radicalidade e avanço da luta proletária e/ou de outras classes sociais exploradas e desprivilegiadas (BAKHTIN, 2010). Apreendemos, por conseguinte, que embora existam enormes obstáculos para o desenvolvimento de uma consciência e mentalidade contrária à burguesa, existem também brechas que permitem a transformação da linguagem, pois “apesar da língua-padrão (ou “cultura”) ser imposta socialmente pelo estado e instituições auxiliares, especialmente a escola, existe uma língua diferenciada, chamada linguagem coloquial (ou popular) que é muitas vezes vista com preconceito” (VIANA, 2007c, p. 20).

A sociedade capitalista possui uma mentalidade e ideologia dominante, fundada no poder da classe burguesa. É essa classe que, através do auxílio de diversas outras classes sociais (burocracia, intelectualidade etc.), produz uma atribuição de sentido às palavras e a torna dominante. No entanto, outras classes sociais, no enfrentamento contra a classe dominante, tendem a atribuir outros sentidos às palavras, um sentido a

partir da perspectiva das classes exploradas, uma resignificação da linguagem conforme indica a tese bakhtiniana da “plurivalência do signo”. Deste modo, a palavra

é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Dialógica por natureza, a palavra se transforma em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes (BRANDÃO, 2012, p. 09).

Uma cena do documentário *The Take – occupy, resist, produce* (AVI e KLEIN, 2004) fornece uma demonstração clara de como classes sociais distintas significam a mesma realidade de forma também distinta. Em uma entrevista durante o processo de ocupação e tomada da fábrica *Cerâmica Zanon*, na Argentina (outubro de 2001), um operário ao ser questionado pelo produtor do filme, se a ocupação e tomada de uma fábrica não equivalia a um roubo, respondeu: “não, existe outra palavra para designar isso, chama-se expropriação, é por aí que entendemos”. Essa reinterpretação da ocupação e tomada da fábrica demonstra um elevado avanço da consciência operária, pois o termo expropriar, nesse caso, aponta para a restituição da posse aos seus verdadeiros proprietários: os produtores. Nesse sentido, enquanto a classe burguesa utiliza a palavra roubo para explicar determinada realidade, a classe operária, ao buscar reinterpretar a realidade, a partir da sua perspectiva, é coagida a utilizar outra linguagem, outras palavras. Deste modo, a luta contra a classe dominante e seus interesses exige uma linguagem não dominante, pois “o ponto de vista do proletariado se caracteriza discursivamente por tomadas de posição *a favor* de certas palavras, formulações, expressões etc., *contra* outras palavras, formulações ou expressões, exatamente como uma luta pela produção dos conhecimentos” (PÊCHEUX, 2009).

A compreensão sobre o caráter social da linguagem, e da luta de classes que a atravessa, facilita a compreensão da mensagem que a linguagem veicula. E com essa compreensão podemos, a partir de agora, focar nossa análise na relação entre discurso e poder. O conceito de linguagem não deve ser confundido com o de discurso, pois o primeiro é bastante amplo, uma vez que faz referência ao uso de todos os recursos simbólicos existentes em determinada sociedade para efetivar a comunicação social. Além disso, a linguagem é marcada pela polissemia.

De acordo com Viana (2007c), existem basicamente três razões para que discurso e linguagem sejam definidos de forma distinta: a) enquanto a linguagem é

fundamentalmente um meio de expressão, o discurso é a própria expressão. Portanto, a linguagem é um meio de manifestação que pode comportar diversos discursos; b) Ao contrário da linguagem, o discurso é unissêmico, isto é, deve possuir uma coerência semântica. Na linguagem, um termo ou palavra pode possuir inúmeros significados (por exemplo, a palavra economia), já no discurso ele possui um significado único que pode conviver com outros significados externos ao discurso. Nesse sentido, o discurso é composto por seus elementos internos (estrutura) e por seus elementos auxiliares (conjuntura). Portanto, um discurso é unissêmico em sua estrutura, todavia pode ser polissêmico na sua conjuntura; c) Por fim, podemos afirmar que enquanto na linguagem predomina a heterogeneidade e a polissemia, no discurso só há a unissemia em sua estrutura. Dessa maneira, o discurso é uma forma particular de manifestação da linguagem e é da sua particularidade que se extrai sua definição e distinção.

Segundo as análises introdutórias de Helena Brandão (2012) e de Eni Orlandi (2012) sobre a *análise do discurso*, a abertura de um espaço para o ingresso no campo dos estudos linguísticos, daquilo que mais tarde veio a se chamar *discurso*, foi realizada pelos estudos dos formalistas russos (Bakhtin, Voloshinov, Medvedev) nos anos 1920 e 1930. Foi nos anos 1950 e 1960 que a análise do discurso se constituiu como disciplina, principalmente, com a obra de Harris – *Discourse analysis*, 1952 –apresentando a possibilidade das análises ultrapassarem o confinamento no qual as frases se encontravam, estendendo procedimentos da linguística distribucional americana aos enunciados, denominados de discursos. As contribuições de Jakobson e Benveniste sobre a enunciação também foram decisivas na constituição dessa nova disciplina. Uma das poucas e primordiais definições de discurso foi fornecida por Émile Benveniste: “deve se entender por discurso em sua extensão mais ampla: toda enunciação que pressupõe um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar o outro de algum modo” (apud Viana, 2007c). Essa tentativa de definir discurso nos parece pouco frutífera, visto que ela se fundamenta em generalizações grosseiras, pois a interlocução é um traço de toda a comunicação humana e não apenas de uma modalidade específica de sua manifestação, como é o discurso. Da mesma forma, a persuasão é um traço de determinados discursos (religioso, político, científico etc.) e não de todos os discursos (VIANA, 2007c).

No fundo, encontramos pouquíssimas definições para o termo discurso. Mesmo o *Dicionário de análise do discurso* (2004), organizados por Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau, não apresenta uma definição clara de discurso. Esse se contenta em apresentar as formas de discurso (forma de ação, interativo, contextualizado, assumido etc.), o que ele realiza, sem necessariamente defini-lo.

Os trabalhos iniciais no campo da análise do discurso, mencionados acima, demarcariam duas das principais correntes teóricas da análise do discurso: a escola americana e a escola francesa. Nesse trabalho, nos contentaremos em dialogar apenas com a escola francesa, visto que a americana pouco avançou em relação à questão do discurso, apresentando-o como uma simples extensão da linguística. Nos anos 50 seu precursor, Harris, com seu método distribucional, conseguiu

livrar a análise do texto do seu viés conteudista mas, para fazê-lo, reduz o texto a uma frase longa. Isto é, caracteriza sua prática teórica no interior do que chamamos isomorfismo: estende o mesmo método de análise de unidades menores (morfemas, frases) para unidades maiores (texto) e procede a uma análise linguística do texto como o faz na instância da frase, perdendo dele aquilo que ele tem de específico. Como sabemos, o texto não é apenas uma frase longa ou uma soma de frases. Ele é uma totalidade com sua qualidade particular, com sua natureza específica (ORLANDI, 2012, p. 18).

A chamada *Escola Francesa de Análise do Discurso* designou a corrente da análise do discurso predominante na França entre os anos 1960 e 1970. O conjunto de pesquisas que compuseram essa escola foi desenvolvido na segunda metade dos anos 1960 e se consagraria com a publicação do número 13 da *Revista Langages*, cujo título foi *A análise do discurso*, bem como com o lançamento da obra *Análise automática do discurso*, de Michel Pêcheux, no ano de 1969 (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004). Pêcheux foi o autor mais expressivo dessa corrente teórica. No entanto, antes de apresentar sua concepção de discurso, é preciso, antes apresentar as sistematizações ideológicas de Foucault sobre o poder e o discurso, reconhecendo algumas de suas contribuições e apresentando os limites de sua concepção burguesa tanto de poder quanto de discurso. Isso se justifica pelo fato de Pêcheux ter sido influenciado por algumas categorias analíticas de Foucault, que posteriormente são revistas.

O conceito de *formação discursiva* é central na ideologia sistematizada por Foucault, porquanto, como um bom filósofo, esse autor abusa demasiadamente da metafísica em suas conceituações. Para ele,

no caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas se pode definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações) diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1987, p. 43).

Mais adiante, na mesma obra *Arqueologia do saber* (1987), ele reforça: “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar na história” (FOUCAULT, 1987, p. 135). Portanto, o discurso “seria concebido, dessa forma, como uma família de enunciados pertencentes a uma mesma formação discursiva” (BRANDÃO, 2012, p. 33).

Essas passagens confirmam aquilo que está presente ao longo de muitas de suas obras, isto é, a concepção estruturalista, metafísica e ideológica de um intelectual conservador e, diga-se de passagem, que vinha estreitando seus laços com a burocracia e com os poderes institucionais do estado⁴⁵. É interessante perceber que a metafísica, tal como a de diluir o discurso em uma fantasmagórica “formação discursiva”, de um “sujeito” abstrato que não pode ser identificado etc., está presente em diversas obras de Foucault desse período. Sua concepção sobre o intelectual específico e intelectual universal é, como em toda metafísica, destituída de concreticidade⁴⁶, assim como sua discussão sobre o poder⁴⁷ (FOUCAULT, 2012).

⁴⁵ De acordo com Mandosio, em 1965 Foucault “integra o jurí da École Nationale d’Administration, viveiro da alta burocracia francesa, e participa (como membro de uma comissão) da reforma da Universidade lançada pelo ministro Christian Fouchet, que entrará em vigor em 1967 – ‘um dos grandes projetos do gaullismo e mais particularmente de Georges Pompidou, o ‘Primeiro Ministro’, lembra Didier Éribon, informando que ‘Foucault levou muito a sério sua participação no estabelecimento da reforma’. Chegam a lhe oferecer o posto de subdiretor de ensino superior no Ministério da Educação Nacional. Esta proposta, que ele havia aceitado, não chegou a lugar nenhum devido a uma campanha orquestrada contra ele por conta de suas preferências sexuais” (MANDOSIO, 2011, p. 41).

⁴⁶ Viana sintetiza essa crítica afirmando que “a discussão de Foucault sobre os intelectuais e o poder apenas revela o vínculo deste intelectual com as relações de poder expressa em sua ideologia, o que apenas manifesta a relação concreta que outros já demonstraram (Mandosio, 2011). A ideia de um

Como bem constatou Baudrillard em sua obra *Esquecer Foucault* (1984): a metafísica do poder de Foucault nada mais é do que um *discurso do poder*. O vínculo que esse intelectual passou a ter com a burocracia estatal, a partir da segunda metade dos anos 1960, aliado com as teses ideológicas que ele passa a produzir, compõe parte da ofensiva burguesa expressa no plano intelectual/cultural e que caracteriza a transição do regime de acumulação conjugado para o regime de acumulação integral, cumprindo um papel importante na manutenção da hegemonia burguesa. É por isso que em suas produções ideológicas sobre intelectuais, o poder, o discurso etc. as classes sociais concretas desaparecem, assim como suas contradições e a luta de classes.

Pêcheux buscou elaborar as bases de uma teoria materialista do discurso através de uma dupla perspectiva. Para ele, a semântica não constitui parte da linguística como a fonologia e a morfologia, na verdade ela é para a linguística “o ponto nodal das contradições que atravessam e organizam esta disciplina sob a forma de tendência, direções de pesquisa, escolas linguísticas etc.” (BRANDÃO, 2012, p. 39); é exatamente nesse ponto nodal expresso pela semântica que a linguística circunscreve a filosofia e outras ciências sociais ou o materialismo histórico. Para esse autor, a interferência da perspectiva materialista nos domínios da linguística apresentaria uma série de questões em relação ao seu objeto e sobre sua relação com outros domínios científicos (ciências sociais em geral). Alguns mecanismos linguísticos irão compor, segundo o autor, uma área de articulação da linguística com a “teoria histórica dos processos ideológicos e científicos” (BRANDÃO, 2012). Para Pêcheux,

intelectual específico em substituição ao intelectual universal é apenas a forma contemporânea assumida por uma das formas da ideologia dominante no sentido de desmobilizar e retirar o compromisso que alguns intelectuais tinham com a luta proletária e pela emancipação humana. Porém, também tem o papel de legitimar e justificar um microrreformismo e a desarticulação das lutas sociais em geral. No fundo, ambas as coisas provocam uma tentativa de isolar o proletariado em sua luta pela transformação social, pois busca afastar os intelectuais e demais grupos explorados e oprimidos de uma luta mais geral e articulada, gerando a fragmentação, o isolamento, além de produzir ideologias que reforçam isso (e faz isto dizendo que está fazendo justamente o contrário). O Maio de 68 é o grande fantasma que essa ideologia busca esconjurar” (VIANA, 2013a, p. 58).

⁴⁷ Chega a beirar o cinismo a “coincidência” da discussão que Foucault realiza sobre o poder, sua definição apontando para o poder como um exercício no qual ninguém é seu titular, não se sabe quem o detém, ele é relação, logo não se encontra em um único local/instituição etc., com o mesmo período em que ele se aproximava e flertava com o do poder do estado, almejando o poder de suas instituições etc. O que pode ser interpretado como uma estratégia desse intelectual para se auto camuflar e ocultar seus vínculos com o poder, assim como o serviço seus serviços prestados a ele.

sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso: a língua se apresenta, assim, como a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados, que está compreendido nela na medida em que, como mostramos mais acima, os processos ideológicos simulam os processos científicos (PÊCHEUX, 2009, p. 81).

Nessa passagem, Pêcheux realiza uma separação abstrata entre língua e discurso que acaba por reproduzir a dicotomia de Saussure (1995) entre língua (estrutura formal invariante) e a fala (manifestação concreta da língua). Dessa forma, “o discurso estaria no segundo caso, o que demonstra que Pêcheux não percebeu que o primeiro caso só existe na concepção ideológica de Saussure e nunca na realidade concreta” (VIANA, 2007c, p. 27). Portanto, tanto a concepção de Foucault quanto a de Pêcheux pecam por sua abstração metafísica. No primeiro pela influência do estruturalismo e, no segundo, pela influência do pseudomarxismo estruturalista. Por esse motivo, tais concepções são insuficientes para percebermos a relação concreta entre seres humanos concretos, divididos em classes sociais, e seus discursos, os interesses que eles expressam etc. Nesse caso, nos resta buscar uma concepção dialética de discurso.

Essa concepção dialética do discurso nós encontramos na obra *Linguagem, discurso e poder – ensaios sobre linguagem e sociedade*, de Nildo Viana (2007c), e, portanto, é essa concepção que fundamentará nosso trabalho. Nessa obra, o discurso é definido como

uma manifestação concreta e delimitada da linguagem. As suas partes constitutivas são a *estrutura* e a *conjuntura* e o caráter de sua estrutura é unissêmico. Isto quer dizer que o discurso é algo concreto e delimitado, ou seja, é sempre o discurso de um autor, de uma escola, de um grupo social, etc., que possui uma estrutura unissêmica e é uma totalidade. Assim, o discurso é uma manifestação particular, específica, concreta da linguagem que possui uma estrutura unissêmica, pois um todo coerente e organizado, embora o nível da consciência e organização varie dependendo do discurso. A coerência e organização dependem de quem profere o discurso (VIANA, 2007c, p. 27-28).

Ao contrário das concepções fetichistas da linguagem e das abstrações metafísicas de discurso, tal como a “*formação discursiva*” (FOUCAULT, 1987; PÊCHEUX, 2009), aqui o discurso é apresentado como uma manifestação concreta da linguagem do seu produtor, logo é sempre o discurso de alguém, de quem o profere (indivíduo, grupo

social, instituição, classes sociais etc.). Se, como afirmou Marx e Engels (1991), “a consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente”, então o discurso só pode ser a manifestação, por meio da linguagem, da consciência desse ser consciente, que se expressa a partir da posição que ocupa na divisão social do trabalho, a partir da consciência que possui no interior dessa divisão, logo o discurso é um fragmento de uma consciência que para “descobrir seu processo de produção é preciso compreender o seu produtor” (VIANA, 2007c).

Os discursos são formados em determinados contextos sociais e culturais nos quais seus produtores estão inseridos e dependem da posição na qual os mesmos se encontram diante desse contexto, seus valores, interesses e perspectiva de classe. O discurso científico, por exemplo, vincula-se à ascensão do modo de produção capitalista, que vem acompanhado de um gigantesco desenvolvimento das forças produtivas, de uma maior necessidade de controlar o meio ambiente para maximizar os lucros etc. Nesse contexto nascem as ciências naturais (física, química, matemática, biologia etc.) e seus discursos. Porém, a sociedade capitalista não brota do nada, mas sim das ruínas do modo de produção feudal que, por sua vez, foi resultado da luta de classes, inclusive no campo cultural. Nesse sentido, o discurso científico não nasceu da teologia (expressão cultural dominante no feudalismo), mas sim da luta de classes no campo cultural, no qual o renascimento e, posteriormente, o iluminismo foram seus resultados essenciais:

o combate entre burguesia e nobreza feudal forjou as armas culturais que a primeira utilizaria para combater a segunda e seu próprio discurso. Estas armas foram retiradas da sociedade escravista que havia criado a filosofia [...] O renascimento e o iluminismo produziram o contexto cultural necessário para a formação da ciência [...] **O contexto social e o contexto cultural forma as condições de possibilidade de formação de um discurso.** Mas tanto um quanto o outro são formas de expressão da luta de classes e isto significa que as condições de possibilidade de um discurso estão indissoluvelmente ligadas ao desenvolvimento histórico da luta de classes e cada discurso corresponde ao interesse de uma ou outra classe em luta (VIANA, 2007c, p. 30 – negritos nossos).

O discurso é produto das relações sociais e essas são relações entre as classes sociais, logo o discurso é sempre o discurso de alguém, o discurso de uma classe social. As determinações do discurso, assim como de toda realidade social, são múltiplas, apesar disso sua determinação fundamental é o contexto social e cultural no qual ele emerge. Dessa forma, coexistem diversos discursos de indivíduos, grupos e classes sociais

diversas. Eles são compostos pela *estrutura* e *conjuntura* e essas possuem nos termos, palavras, noções e conceitos suas unidades constitutivas. Em sua estrutura ocorre uma articulação entre os termos e em sua conjuntura os termos podem se encontrar desarticulados. Enquanto a estrutura do discurso é unissêmica, a conjuntura é polissêmica, podendo ou não ser coerente com sua estrutura. A depender do grau de articulação e organização de um discurso, ou melhor, do seu produtor, podem predominar a estrutura ou a conjuntura.

Enquanto as palavras estruturantes de um discurso se encontram na sua articulação interna, seus sentidos conjunturais remetem ao papel que desempenham em sua totalidade. A realização de um estudo semântico com vistas a compreender o significado das palavras exige que se remeta ao *contexto discursivo* na qual ela se encontra. Em síntese, para se compreender a unidade de um discurso é necessário compreender sua totalidade e vice-versa. O estudo das unidades do discurso remete à semântica e o estudo da totalidade (estrutura e conjuntura) do discurso remete à análise do discurso e, juntos, se complementam e oferecem ferramentas essenciais para o estudo da linguagem (comunicação, informação etc.).

É importante destacar, como faz Viana (2007c), que sendo o discurso estruturado em um contexto social e cultural atravessado pela luta de classes, seu estudo exige a compreensão de uma totalidade maior, ou seja, a totalidade da sociedade no qual ele é produzido e determinado, quer dizer a dinâmica da luta de classes na sociedade. Aqui temos um aspecto especial para a compreensão da relação entre discurso e poder, pois todo discurso decisivamente carrega em sua estrutura os valores e perspectivas do seu produtor e essa estrutura constitui seu conteúdo, já sua conjuntura é constituída pelos elementos da linguagem que auxiliam sua transmissão. Então, podemos concluir que a luta de classes existente no discurso é manifestação da dinâmica da luta de classes, que no capitalismo é marcada pela supremacia burguesa e se manifesta sob diversas formas.

A discussão realizada pelo freudomarxista Erich Fromm (1975), sobre o *caráter social*, proporciona uma análise interessantíssima a respeito de como esse caráter condiciona o comportamento social (pensamento e ação), levando os indivíduos a reproduzirem da forma mais adequada possível o funcionamento da sociedade; para isso

é importante que os pensamentos e sentimentos passem por um *filtro social* com o objetivo de controlar e impedir o avanço da consciência para fora dos domínios capitalistas:

o caráter social, que faz as pessoas agirem e pensarem do ponto de vista do funcionamento adequado de sua sociedade, é apenas um elo entre a estrutura social e as ideias. O outro está no fato de que cada sociedade determina os pensamentos e sentimentos que poderão atingir o nível de consciência e os que terão de permanecer inconscientes. Tal como há um caráter social, há também um *inconsciente social*. Por inconsciente social entendemos as áreas de repressão comuns à maioria dos membros de uma sociedade; os elementos habitualmente reprimidos são aqueles de cujo conteúdo a sociedade não deve permitir que seus membros tenham consciência, para que possa, com suas contradições específicas, funcionar com êxito (FROMM, 1975, p. 86).

A existência do filtro social, ao qual Fromm (1975) faz referência nessa discussão, demonstra que nas sociedades classistas existe uma seleção daquilo que se pode ou não tornar-se consciente por parte dos indivíduos pertencentes a essas sociedades. Nesse sentido, o filtro social atua como um dispositivo que determina que tipo de discurso deva ser afirmado e que tipo deva ser negado, isto é, existe uma seleção e repressão do que pode ou não ser dito, um caráter coercitivo e repressivo da linguagem e do discurso. O autor aponta três elementos que, segundo ele, forma o filtro social: o sistema conceptual, a lógica e os tabus sociais.

Para que uma experiência se torne consciente é necessária que seja compreendida no interior de um sistema conceptual e categórico nos quais o indivíduo esta inserido, pois todo modo de vida desenvolve seu sistema de percepção (consciência) e esse “trabalha, por assim dizer, como um *filtro socialmente condicionado*: a experiência não pode atingir a consciência se não atravessar esse filtro [...] De modo geral, podemos dizer que raramente atinge a consciência a experiência para a qual a língua não dispõe palavras” (FROMM, 1975, p. 110). Outros elementos seletivos e repressivos da linguagem são formados pela sintaxe, gramática e etimologia das palavras. A lógica forma o segundo elemento que compõe o filtro, pois em toda sociedade existe uma lógica que comanda a consciência dos indivíduos e que é considerada natural e universal; fazendo com que o princípio da identificação predomine e, ao mesmo tempo, obscureça o princípio da contradição (VIANA, 2007c). O terceiro elemento do filtro social é fornecido pelo tabu social. Dentre os três elementos, Fromm destaca que esse é o mais importante,

visto que os tabus sociais não permite que determinados sentimentos e ideias cheguem à consciência real e procura expulsá-los. Os tabus sociais tratam determinadas ideias como sendo perigosas, proibidas e impróprias. Por isso a repressão das mesmas deve ocorrer para evitar que a haja conscientização dos indivíduos. O processo de repressão e censura da consciência é algo concreto e cotidiano na sociedade capitalista. Está presente nas formas de discursos existentes e dificulta bastante a manifestação de um discurso alternativo ao dominante. Uma vez que o poder da classe dominante está presente em todas as instituições burguesas, percebe-se que essa domina e controla a produção discursiva na sociedade.

Os *Estudos Críticos do Discurso* (VAN DIJK, 2015), com uma linguagem bem distinta da nossa, apresentam elementos consideráveis para a compreensão da relação discurso/poder na sociedade contemporânea. Por isso, vale a pena retomar algumas de suas contribuições. Nesse trabalho, ainda não será possível contestar o conjunto de termos utilizados por tais estudos, assim nos contentaremos em recorrer, em algumas ocasiões, às notas de rodapé e parênteses para apresentar os conceitos que achamos mais apropriado para esse ou aquele termo utilizado por esses estudos.

Em sua discussão sobre o *controle do discurso e modos de reprodução discursiva*, Van Dijk (2015) salienta que uma condição fundamental para a prática do controle social através do discurso está no controle do próprio discurso e na sua produção. Dito isto, pode-se questionar: quem pode discursar, o que, para quem e em quais situações? Quem tem acesso à produção discursiva e seus meios de reprodução? Onde são produzidos os discursos?

As classes exploradas possuem infinitamente menores possibilidades de acessar a produção de discursos (escrita, fala) em quase todos os espaços sociais, principalmente porque os *locus* de produção dos discursos são controlados pela classe dominante, especialmente pela burguesia comunicacional que, juntamente, com as demais classes e grupos sociais que compõe o bloco dominante, monopolizam a produção comunicacional:

os grupos mais poderosos (bloco dominante) e seus membros controlam ou têm acesso a uma gama cada vez mais ampla e variada de papéis, gêneros, oportunidades e estilos de discurso. Eles controlam os diálogos formais com subordinados, presidem reuniões, promulgam ordens ou

leis, escrevem (ou mandam escrever) vários tipos de relatório, livros, instruções, histórias e vários outros discursos dos meios de comunicação de massa (capital comunicacional). Não são apenas falantes ativos na maior parte das situações, mas tomam a iniciativa em encontros verbais ou nos discursos públicos, determinam o “tom” ou o estilo da escrita ou da fala, determinam seus assuntos e decidem quem será participante e quem será receptor de seus discursos. Deve-se ressaltar que o poder não apenas aparece “nos” ou “por meio dos” discursos, mas também que é relevante como força societal “por detrás” dos discursos. Nesse momento, a relação entre discurso e poder é próxima e constitui uma manifestação bastante direta do poder da classe, do grupo ou da instituição e da posição ou *status* relativos de seus membros (VAN DIJK, 2015, p. 44 – parênteses nossos).

A produção dos discursos jornalísticos é controlada pela burguesia comunicacional em nome dos interesses do bloco dominante, através do trabalho da intelectualidade e da burocracia que atua na produção dos discursos para o capital comunicacional. Tais indivíduos possuem uma relativa liberdade e, conseqüentemente, poder para decidir sobre os tipos e gêneros de discursos a serem veiculados, os estilos e formas de apresentação de determinados discursos sobre determinadas realidades sociais etc. O poder comunicacional detém o poder de influenciar a sociedade, determinando a agenda da discussão pública, a relevância dos tópicos, a quantidade e qualidade da informação, os valores destacados para o público etc. Ele, juntamente com o bloco dominante, é o produtor do conhecimento, dos padrões morais, do comportamento, das crenças, atitudes, normas e das ideologias. Nesse sentido, o poder comunicacional exerce o controle e a dominação social por meio da cultura.

O capital comunicacional, na sua forma jornalística impressa, exerce o controle do conhecimento através de diversas estratégias, tais como a seleção restritiva de assuntos, ocultação das informações que contrariam seus objetivos, através da reconstrução parcial das realidades sociais, políticas e econômicas. Tal processo é guiado por um sistema axiológico típico da profissão jornalística que define o que deve ou não ser notícia e como ser noticiado, direcionando o foco e o interesse das notícias para os membros das classes auxiliares, tal como a burocracia estatal e governamental que, principalmente em contextos de radicalização da luta de classes, tendem a monopolizar o discurso sobre a realidade, apresentando-o de forma unilateral, ocultando assim as verdadeiras razões das lutas sociais, das condições de vida dos que contestam a

sociedade, bem como apresentando explicações metafísicas⁴⁸ para os problemas sociais, criminalizando os contestadores, construindo inimigos imaginários (guerrilheiros, terroristas, delinquentes, vândalos etc.) abusando de metáforas e expressões negativas e ameaçadoras (exército de ilegais, maré/onda de imigrantes, parasitas, violentos, duros) etc.

REFERÊNCIAS

AVI, Lewis e KLEIN, Naomi. *The take – occupy, resist, produce*. Canadá, 2004. 1 dvd de vídeo (1:27:05 hs).

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRANDÃO, Helena. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CHARAUDEAU, Patrick e MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2007.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir – história da violência nas prisões*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2012.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

FROMM, Erich. *Meu encontro com Marx e Freud*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

ORIO, Mateus. *A ampliação da produção de bens de consumo e as mudanças nos processos de trabalho*. Em: http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt5/a_ampliacao.pdf Acessado em 01/01/2016.

ORLANDI, Eni. *Análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. São Paulo: Abril cultural, 1987.

VAN DIIJK, Teun. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VIANA, Nildo. *Universo psíquico e reprodução do capital*. Em: QUINET, Antônio et al. (orgs.). *Psicanálise, capitalismo e cotidiano*. Goiânia: Edições Germinal, 1996.

⁴⁸ Como exemplo de tais “explicações”, poderíamos citar as duas notícias veiculadas pelo Jornal Clarín (Buenos Aires, Argentina), sobre o fuzilamento de contestadores sociais, em dois episódios de repressão ao movimento piqueteiro. Tanto o fuzilamento de Tereza Rodríguez em Neuquén (1997), quanto o fuzilamento de Darío Santillán e Maximiliano Kosteki na Grande Buenos Aires (2002), foram apresentados, com destaque na capa dos seus jornais, como de responsabilidade da crise social: “a crise já produziu uma morte” e, posteriormente, “a crise causou duas novas mortes”.

_____. *Para além da crítica dos meios de comunicação*. Em: MARQUES, Edmilson et al (Orgs.). *Indústria cultural e cultura mercantil*. Rio de Janeiro: Corifeu, 2007c.

_____. *Os valores na sociedade moderna*. Brasília: Thesaurus, 2007d.

_____. *Linguagem, discurso e poder – ensaios sobre linguagem e sociedade*. Pará de Minas, MG: Virtual Books, 2009c.

_____. *As representações da violência no discurso jornalístico*. *Revista Comunicação e Política*. Volume 31, número 02, 2013.

_____. *Foucault: os intelectuais e o poder*. Em: BRAGA, Lisandro e MARQUES, Edmilson. *Intelectualidade e luta de classes*. São Carlos, SP: Pedro e João editores, 2013a.

_____. *As representações cotidianas e as correntes de opinião*. *Revista Espaço Livre*. Volume 10, número 19, jan./jun./2015.

_____. *Blocos sociais e luta de classes*. *Revista Enfrentamento*. Ano 10, número 17, jan./jul. 2015a.

YAGUELLO, Marina. *Introdução da obra Marxismo e filosofia da linguagem*. Em: BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

**MOVIMENTO
AUTOGESTIONÁRIO**

[HTTP://MOVAUT.NET/](http://MOVAUT.NET/)

[HTTP://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/](http://WWW.ENFRENTAMENTO.NET/)